UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PÂMELA DE ALMEIDA RESENDE

***Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick
no Brasil em 1969***

(Versão corrigida)

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

***Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick
no Brasil em 1969***

PÂMELA DE ALMEIDA RESENDE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para
a obtenção do título de doutora em História

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Cancelli

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Resende, Pâmela de Almeida

R433s Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969 / Pâmela de Almeida Resende ; orientadora Elizabeth Cancelli. - São Paulo, 2019.
204 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Regime militar. 2. Brasil. 3. Estados Unidos.
4. Charles Elbrick. 5. Sequestro. I. Cancelli, Elizabeth, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Pâmela de Almeida Resende

Data da defesa: 12/02/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Elizabeth Cancelli

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/06/2019.

(Assinatura do (a) orientador (a))

RESENDE, Pâmela de Almeida.

Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Cancelli

FFLCH – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Samantha Viz Quadrat

DH – UFF

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Rolim Capelato

FFLCH – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

IFCH – UNICAMP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro

IRI – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais, Francisco e Graça, por terem escolhido a educação para me deixar como meu maior patrimônio. Essa tese seria apenas páginas vazias sem a presença constante que preenche meus dias.

Agradecimentos

A escrita de uma tese é um trabalho inegavelmente árduo. Todo esse processo consome manhãs, tardes, noites e madrugadas adentro. Em meio a tantas idas e vindas, pude contar com a presença de pessoas fundamentais em minha vida.

No âmbito institucional agradeço à Capes pelo financiamento desse trabalho no Brasil e, no exterior, por meio da concessão de uma bolsa PDSE.

Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação da FFLCH agradeço o suporte fundamental nos últimos quatro anos.

O profissionalismo dos funcionários do *National Archives*, *Library of Congress*, *The Nixon Library* e *Rockefeller Archive Center* possibilitou o recolhimento da documentação fundamental para o desenvolvimento desta tese.

À Profa. Elizabeth Cancelli, agradeço a generosidade com que me recebeu como sua orientanda quando eu ainda era uma *forasteira* vinda da Unicamp. Não posso deixar de mencionar a pronta disponibilidade para discutir os rumos da tese sempre que precisei, além do apoio fundamental para que minha estadia nos Estados Unidos fosse a mais proveitosa possível. Não sei se esse trabalho está a altura de tudo o que aprendi com ela nos últimos anos, mas levo comigo seu rigor intelectual, a dignidade pública e a certeza que aprender História com ela é muito mais empolgante. Obrigada por tudo, Beth. Mesmo!

Ao Prof. Federico Finchelstein, meu supervisor na *The New School University*, agradeço a gentileza com que me recebeu em Nova York e os espaços de interlocução proporcionados.

Aos funcionários da *The New School* pelo profissionalismo e suporte durante minha estadia nos Estados Unidos.

Ao Prof. Felipe Loureiro (IRI-USP) e à Profa. Maria Helena Capelato (USP) por terem aceitado participar da banca de defesa.

Ao Prof. José Alves de Freitas Neto (UNICAMP), agradeço pelas contribuições fundamentais feitas durante o Exame de Qualificação. É uma satisfação imensa poder contar com seu olhar fino e observador a conclusão dessa trajetória que você

acompanha desde a graduação. Em tempos tão sombrios, a sua generosidade e abraço sempre acolhedores me inspiram.

À Samantha Viz Quadrat (UFF) pelas contribuições precisas durante o Exame de Qualificação. Fico contente por saber que posso contar com sua presença, generosidade e refinamento intelectual nesse momento tão fundamental da minha carreira. Viva os bons drinks e viva você!

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Guerra Fria (USP) pelo acolhimento e diálogos frutíferos, presencialmente ou via Whatsapp. Sigamos, companheiros!

Nos Estados Unidos, agradeço especialmente à Be Hagos *‘my ethiopian girl* que cansou de compartilhar cigarros e cervejas baratas comigo. Nossa casa amarela, em Washington DC, faz parte das minhas melhores lembranças.

Ao Adriano Correia e Cássia Oliveira porque ser retirante em Nova York com vocês foi infinitamente mais divertido. Obrigada pelas noites regadas à cantoria com direito a cerveja, vinho, violão e pandeiro.

À Gabriela Pinsdorf, por ser uma companheira de viagem para ninguém colocar defeito. Obrigada por me mostrar a Dinamarca e os seus carmins boreais e por se aventurar comigo em terras estrangeiras.

À Cristina Paschoal, porque desde 2005 ela me tira do tédio com convites inesperados para cervejas, shows ou qualquer outra coisa legal. Ao Lino, porque sua musicalidade me encanta.

À Paula Furtado, “estranho seria se eu não me apaixonasse por você”. Obrigada pelo afeto que nunca falta, pelas palavras sempre acolhedoras e por ser meu lar em Barão Geraldo.

À Deborah Neves, porque eu só ando em boas companhias. Agora que a tese parece ter chegado ao fim posso finalmente me aventurar no *surf* com você.

À Gláucia Duarte, por cuidar com tanta responsabilidade do meu corpo e da minha mente.

Ao Daniel Pires, por ser meu amigo “*você sabia?*” desde 2005. Eu faço piada, mas a sua curiosidade diante da vida é a sua melhor qualidade. Te amo, Dan!

Ao Thiago Ribeiro, que mudou para São Paulo para formatar minha tese, não tenho dúvidas. Te devo uma vida em agradecimentos, Thi! Agora vamos flamar pela Paulicéia.

À Soraia Medeiros, a moça mais bonita de todas. E também a mais feminista. Que sorte a minha. Obrigada por entender minhas ausências e sempre me acolher nas minhas chegadas. À Liz, porque é tão bom te ver crescer, curuminha.

À Larissa Riberti, o furacão loiro que me faz viver de saudade e orgulho por vê-la desabrochar tanto e sempre. O sertão nordestino se alumiou quando você chegou.

À Raquel Tôrres, porque te ver se reinventar desde 2005 é uma beleza.

À minha irmã, Priscila Resende, a cineasta-advogada mais bonita, justa e engajada que o meu mundo já viu. As nossas diferenças são certamente o nosso melhor acerto. Obrigada por nunca soltar minha mão, Pé.

Ao meu pai, Francisco, porque nos seus silêncios sempre existiu amor, carinho, afeto e presença. Saber que posso contar com sua disposição me ajuda a seguir em frente. Obrigada porque mesmo em meio a tantas adversidades da vida, o investimento em minha educação continuou sendo um valor inestimável para você.

À minha mãe, Maria das Graças, porque você é música cantada de manhã, a preservação da sua (minha) raiz nordestina nos cafés da tarde e sambas de roda ao anoitecer. Obrigada por ser presença que ilumina, por entender que meu lugar é no mundo, mas que não existe endereço melhor que o seu abraço. Afinal, “viajo porque preciso, volto porque te amo”. Como é bom encerrar esse ciclo ao seu lado compartilhando todas as dores e alegrias.

“Dearest Elfie:

I am all right and am hoping that I shall be liberated and see you soon. Please don't worry. I am trying not to. The Brazilian authorities have been informed of the demands of the people who are holding me. They should not try to find where I am, which might be dangerous, but hurry to meet the conditions for my release. These people, of course, are very determined. All my love, darling, hoping that we shall be together soon”.

Burke

Resumo

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969.** 2019. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

No dia 4 de setembro de 1969, integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – planejaram e executaram, no Brasil, o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. O objetivo imediato era a libertação de 15 prisioneiros políticos e a transmissão de um manifesto em rede nacional que trataria de denunciar a imagem pública do regime, nacional e internacionalmente. O objetivo dessa tese é investigar esse episódio a partir da compreensão das relações entre Brasil e Estados Unidos, tendo como foco as diretrizes da política norte-americana para os casos envolvendo sequestros e assassinatos de diplomatas que tiveram lugar sobretudo a partir da década de 1960. Nesse sentido, assim como as próprias ditaduras do Cone Sul, os sequestros podem e devem ser entendidos também como um fenômeno transnacional e não como acontecimentos isolados. A partir do trabalho de análise nas fontes produzidas, em ambos os países, buscamos inserir esse episódio num quadro mais geral de abordagens descortinando, por exemplo, a carreira do embaixador Charles Burke Elbrick, a redefinição da segurança diplomática norte-americana no pós-1969 e a atuação dos sujeitos envolvidos e suas distintas motivações, conflitos e interesses. Tais reconfigurações certamente não são um ponto isolado, mas figuram como fundamentais na tentativa de elucidar o alcance da negociação estabelecida, além de tornar compreensíveis as “entranhas” desse episódio.

Abstract

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Being an ambassador is not always a bed of roses: the Charles Burke Elbrick kidnapping in 1969's Brazil*. 2019. P.h. D. Thesis, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

At September 4th 1969, Ação Libertadora Nacional (ALN) and Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) members schemed and executed, in Brazil, the kidnapping of the USA ambassador Charle Burke Elbrick. Their main goal was fifteen political prisoners liberation and denounce, domestically as abroad, the regime public image through a manifest read on TV.

In this thesis, we want learn more about this episode through the relationship between Brazil and United States perspective, focusing USA political guidelines for incidents evolving ambassadors kidnappings and murderers, mainly from 1960s onwards. In this sense, as well as the Southern Cone dictatorships, kidnappings like that could be regarded as a transnational event and not as isolated occasion.

Through a comparative source analysis from these two countries, we aim to put this episode in a broader view, uncovering, for example, Charle Elbrick's career as ambassador, the North-American diplomatic security reconfiguration post-1969, and the role played by those evolved in this scenario as well as their motivations, interests and conflicts. These transformations surely are not isolated, but became essential to clarify the negotiation's range between Brazil and USA, in addition to make possible to understand with more accuracy this episode.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Instrumentos Legais Internacionais	67
Tabela 2 – Tipos de Alvos	73
Tabela 3 – Sequestros Diplomáticos (1968-1971)	79

Lista de Abreviaturas e Siglas

AP – Ação Popular

AI-2 – Ato Institucional nº 2

AI-5 – Ato Institucional nº 5

AI-13 – Ato Institucional nº 13

AI-14 – Ato Institucional nº 14

ALN – Aliança Libertadora Nacional

CIA – Central Intelligence Agency

DEEU – Departamento do Exército dos Estados Unidos

DI-GB – Dissidência Estudantil da Guanabara

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

ELN - Exército de Libertação Nacional

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional

FAR – Forças Armadas Revolucionárias

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

IJC – Comissão Internacional de Juristas

KOMINFORM – Escritório de Informação dos Partidos Comunistas

MIR – Movimento de Esquerda Revolucionário

MLN-T – Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MR-13 – Movimento Revolucionário 13 de Novembro

NA – National Archives

NARA – National Archives and Record Administration

NSA – National Security Act

NSA – National Student Association

NSC – National Security Council

NYT – The New York Times

OBAN – Operação Bandeirantes

OEA – Organização dos Estados Americanos

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

Polop – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

PRI – Partido Revolucionário Institucional

SNI – Serviço Nacional de Informações

SY – Office of Security

TPLA - Turkish People's Liberation Army

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	11
Abstract	12
Lista de Tabelas	13
Lista de Abreviaturas e Siglas	14
Sumário	16
Introdução	18
Capítulo I.....	27
O papel da violência e as vozes do dissenso no Pós-Guerra	27
1.1 - “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”	32
1.2 - A experiência cubana em debate: os teóricos da revolução	37
1.3 - “ <i>What are we doing about guerrilla warfare?</i> ”: a ingerência dos Estados Unidos na América Latina e o desenvolvimento da Doutrina de Contrainsurgência durante a Guerra Fria	44
Capítulo II	54
A afirmação do paradigma dos Direitos Humanos e a luta contra o terror na agenda política do Pós-Guerra	54
2.1 - Conceituando o inimigo: terrorismo e guerrilha	61
2.2 - Terrorismo vs. glamour na vida de um diplomata	68
2.3 - “ <i>Nós não negociamos com terroristas</i> ”: as políticas desenvolvidas no âmbito do governo dos Estados Unidos para lidar com sequestros de representantes diplomáticos	74
Capítulo III.....	90
Nos bastidores da diplomacia: revisitando a carreira de Charles Burke Elbrick..	90
3.1 - O governo Richard Nixon e os olhos voltados para a América Latina	96
Capítulo IV	104
4 de setembro de 1969: o sequestro de Charles Burke Elbrick nos papéis produzidos pela diplomacia norte-americana.....	104
4.1 - Rua Barão de Petrópolis, nº 1026, Rio de Janeiro: “ <i>senhor, sequestraram nosso embaixador!</i> ”	112
4.2 - “Indigesto como o sequestro do embaixador”: as repercussões do “caso Elbrick”	124
Considerações finais	144
Referências	147

Documentos.....	147
Estudos	152
Anexos.....	161
Anexo I - Carta do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, s/d.....	161
Anexo II - Manifesto da ALN e do MR-8.....	185
Anexo III - Convenção Diplomática de Viena (1961).....	188
Anexo IV - Convenção de Prevenção ao Terrorismo (1971).....	206
Anexo V - Cronologia do caso "Elbrick"	211

Introdução

No dia 6 de setembro de 1969, o jornal inglês *The Guardian* publicaria em suas páginas uma matéria escrita pelo jornalista e historiador Richard Gott. Intitulada “Quando enviados são sequestrados...”,¹ Gott faz referência ao sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick no Brasil, mas faz questão de enfatizar que aquele tipo de ação tinha virado rotina entre membros do corpo diplomático norte-americano. Além disso, é como se fosse possível mapear uma espécie de *leitmotiv* nesses episódios: o protagonismo de grupos armados com forte inspiração na Revolução Cubana. Ainda em 1967, a *Comissão Internacional de Juristas (IJC)* trouxe à tona a reflexão sobre sequestros à luz do direito internacional. Apoiados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, argumentava-se que

Deve-se ter em mente que um sequestro realizado em território estrangeiro constitui uma violação de dois princípios fundamentais do direito internacional; em primeiro lugar, o rapto mina a soberania territorial do Estado em cujo território se realiza e, em segundo lugar, é contrário a um dos direitos fundamentais do indivíduo que recebeu asilo no Estado cuja soberania foi infringida, ou seja, o direito a ‘liberdade e segurança da pessoa’.²

A análise acima não fazia referência especificamente aos sequestros diplomáticos. Importa pontuar que, quaisquer que sejam os indivíduos sequestrados em território estrangeiro, um rapto significa, em última instância, a violação de códigos e leis internacionais de proteção à vida humana. Durante as décadas de 1960 e 1970 chamou atenção mundial a incidência dos sequestros de representantes diplomáticos

¹ *The Guardian*, 6/9/1969.

² Tradução nossa. No original: “It should be borne in mind that an abduction carried out on foreign territory constitutes a violation of two fundamental principles of international law; first, the abduction undermines the territorial sovereignty of the State on whose territory it is carried out and, second, it is contrary to one of the fundamental rights of the individual who has received asylum in the State whose sovereignty has been infringed, namely, the right to ‘liberty and security of person’”. *Bulletin of the International Commission of Jurists*, December 1967, n. 32.

com fins políticos. Embora não fosse um fenômeno novo, não era considerado até o momento uma prática sistemática. Em junho de 1976, o Senado norte-americano prestaria homenagens ao diplomata Francis E. Meloy Jr., assassinado em Beirute por membros da Frente Popular pela Libertação da Palestina. Naquela ocasião, discutiu-se a ocorrência dos sequestros diplomáticos como um fenômeno recorrente.³ Na mídia, nacional e internacional, a cobertura a cada novo episódio era extensa. O jornalista Carlos Castello Branco, na sua conhecida “Coluna do Castello” no Jornal do Brasil, publicou entre 1969-1971 pelo menos sete análises sobre os sequestros de embaixadores.

O modo como esse trabalho está estruturado reflete a necessidade de pensar o sequestro de Charles Burke Elbrick de modo mais amplo. Nas páginas que se seguem, buscamos compreender as agendas construídas pelos governos envolvidos para lidar com essas ações e os conflitos apresentados. Os sequestros foram objetos de audiências públicas, reuniões no Departamento de Estado, debates na Organização dos Estados Americanos (OEA) e, justamente por isso, não podem ser tratados como problemas domésticos.

Terrorismo, guerra de guerrilha e insurgência conformaram um léxico comum para definir indivíduos que fizeram uso da violência como prática política e alternativa à via pacífica no pós-Guerra. Inspirados nas experiências das revoluções Chinesa (1949), Cubana (1959) e Argelina (1962), grupos armados na América Latina utilizaram a violência como ferramenta fundamental na conformação de identidades e enfrentamento ao poder constituído. A contrainsurgência⁴, por sua vez, seria definida pela constituição de ações políticas, militares, psicológicas e cívicas para a dissolução de movimentos insurgentes e a restauração da confiança e legitimidade das instituições governamentais diante da opinião pública. Há uma disputa clara pelo monopólio do uso da violência e a

³ *Congressional Record. Proceedings and Debates of the 94th Congress Second Session*. June 14, 1976, Vol. 122, part. 15.

⁴ Sobre história e teoria da Contrainsurgência, ver: GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003; BLAUFARB, Douglas S. **The Counterinsurgency Era: Doctrine and Performance, 1950 to the Present**. New York: The Free Press, 1977; CASSIDY, Robert M. *Counterinsurgency and the Global War on Terror: Military Culture an Irregular War*. Stanford University Press, 2008; ROSENAU, William. “The Kennedy Administration, U.S. Foreign Internal Security Assistance and the Challenge of ‘Subterranean War’, 1961-1963”. *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 14, N. 3, 2003, pp. 65-99.

necessária conquista de *corações e mentes*. Nesse sentido, se os sequestros políticos que tiveram lugar, nas décadas de 1960 e 1970, representaram para a esquerda armada um ato heroico de enfrentamento direto, para o governo norte-americano e seus *policymakers* tais ações conformariam o aprofundamento da política de contrainsurgência e, em última instância, a legitimação da guerra contra o terror.

É muito comum o Estado atribuir a toda e qualquer ação violenta o status de terrorismo. A ideia aqui não é mensurar o componente “terrorista” que pode estar contido nas ações dos grupos armados nos anos 1960, mas pontuar que a discussão sobre o terrorismo contém também aspectos de ordem moral. Ou seja, em vários casos o debate sobre terrorismo está circunscrito a posições ideológicas e não morais objetivas. O enfrentamento e a negação do mundo do terror serviram como importante instrumento na tentativa do chamado *mundo livre* de reafirmar seus princípios morais e éticos.

Apesar de estar assegurado pelo estatuto da inviolabilidade diplomática, embaixadores foram alvos prioritários dos grupos guerrilheiros, sobretudo na América Latina. Os sequestros políticos ao violarem todos os princípios do direito internacional criaram inúmeros problemas para os governos envolvidos. Apesar do tema dessa pesquisa ser o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, acreditamos que esses episódios não devem ser entendidos como incidentes isolados, mas sim como parte de uma sequência de eventos. Partindo dessa premissa, a compreensão das políticas desenvolvidas para combatê-los nos ajudou a mapear a centralidade dos sequestros e da luta contra o “terror” como pauta de destaque na agenda internacional.

A multiplicação dos sequestros diplomáticos, a observação do aprofundamento do cenário de instabilidade política nos países da América Latina levou o governo norte-americano a reconhecer que era não apenas necessário, mas urgente formular uma política formal para combater esse tipo de prática e prevenir o surgimento de novas ações. Com seus diplomatas e embaixadas entre os alvos mais populares desses sequestros, o governo dos Estados Unidos, principalmente através do Departamento de Estado e da Agência Central de Inteligência (CIA), há alguns anos faz esforços para estudar esse aspecto do chamado terrorismo internacional e conceber medidas, a partir da análise de determinados casos. Conforme pode ser visto na relação de fontes no final

desta tese, os relatórios produzidos pela famosa *think tank*⁵ norte-americana *Rand Corporation* (*Research and Development Corporation*) forneceram importante subsídio para a compreensão das políticas desenvolvidas no âmbito do governo dos Estados Unidos para lidar com os sequestros e com a ameaça “terrorista” de um modo geral.

Criada em 1946 pelo general da Força Aérea dos Estados Unidos, Henry Arnold – com um orçamento de US\$ 10 milhões -, a *Rand Corporation* foi originalmente arquitetada como um projeto da fabricante de aviões *Douglas Aircraft Company* em parceria com a Força Aérea.⁶ Na esteira do mundo que ganhava novos contornos nos anos iniciais da Guerra Fria, o papel desse importante *think tank* estava alinhado à retórica que informava a necessidade de contenção da disseminação dos ideais comunistas, em especial a URSS. Ao longo dos anos, a *Rand* cresceria em tamanho e importância, passando a funcionar como um “reservatório de ideias”.⁷ As *think tanks*, via de regra, possuem papel central na formulação da agenda da política interna e externa de um determinado país. No caso dos Estados Unidos, logo após a criação, na Organização das Nações Unidas (ONU), do Comitê de Combate ao Terrorismo, em 1972, começaram os financiamentos de pesquisas sobre terrorismo e contraterrorismo encabeçadas pela *Rand* e patrocinadas conjuntamente pelo Departamento de Estado e a Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas de Defesa.

A análise documental forneceu pistas sobre a evolução da política dos EUA que, apesar das mudanças em suas medidas, sempre evitou ser envolvido diretamente nas negociações. Além disso, apoiados nos princípios da inviolabilidade diplomática, o governo norte-americano argumentava que a responsabilidade pela garantia da integridade de missões diplomáticas era, em última instância, do governo anfitrião. O jornalista norte-americano Arthur John Langguth no livro *A face oculta do terror* chama atenção para um ponto interessante: no momento em que Elbrick foi sequestrado, Nixon não havia completado nem um ano na presidência e, portanto, não tinha formulado uma política para lidar com esse tipo de ação. Para Langguth, a pressão para que os militares

⁵ Segundo Tatiana Teixeira, “no geral o termo se refere a organizações que apoiam teóricos e intelectuais que se empenham em produzir análises ou recomendações políticas”. SILVA, Tatiana Teixeira da. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 80.

⁶ <http://mentalfloss.com/article/22120/rand-corporation-think-tank-controls-america> Acesso em: 12/11/2018.

⁷ SILVA, Tatiana Teixeira da. *Op. Cit.*, 2007, p. 31.

brasileiros aceitassem as exigências dos sequestradores teria vindo da embaixada do Rio de Janeiro, que teria agido por contra própria. Desse modo, as pressões foram interpretadas como sendo a política de Washington.

Não existiu uma única política, no âmbito do governo dos Estados Unidos, para enfrentar a questão do sequestro de embaixadores no exterior. O que podemos mapear foi a modificação de medidas tomadas com o aparecimento de novos casos. É necessário levar em consideração que, ainda que os sequestros de representantes diplomáticos por grupos guerrilheiros encontrem convergências entre si, cada uma dessas ações teve suas especificidades de acordo com os atores envolvidos.

A escolha por um objeto de pesquisa envolve a importância de saber a viabilidade daquilo que é proposto a partir, por exemplo, da existência de fontes e sua acessibilidade. No caso dos pesquisadores que se debruçam sobre o estudo dos regimes autoritários que tiveram lugar no século XX, essa seara mostra-se ainda mais complexa tendo em vista a existência de arquivos que se encontram indisponíveis à consulta pública e/ou são objetos de causas judiciais.

Analisando a produção contemporânea acerca dos golpes civis-militares que tomaram conta da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, é possível perceber o estabelecimento de um *lugar comum* para o papel e responsabilidade dos Estados Unidos no que diz respeito às ditaduras nessa região. De modo geral, o alinhamento da Casa Branca com os militares brasileiros, evidente já na conspiração que levou ao golpe de 1964 e posteriormente, não é devidamente problematizado a partir de suas nuances, consensos, distanciamentos, tensões e conflitos. A associação entre os EUA e as ditaduras no Cone Sul e, em particular, no Brasil não se deu de maneira tão linear como se costuma supor. De acordo com as historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat:

“Durante muito tempo, e ainda hoje – na historiografia, no meio político, no senso comum – , aos Estados Unidos foi atribuída a conta pelas ditaduras, especialmente nos casos brasileiro e chileno. Não negamos a influência estadunidense, seja por meio de suporte militar e/ou financeiro. Contudo, não lhe podemos atribuir toda a responsabilidade sobre o que aconteceu. A América Latina tem sido compreendida como *sem opção, explorada, à mercê dos interesses internacionais*, ou seja, uma *vítima* através dos tempos. À região é atribuída uma história linear, sem cortes, desde a chegada dos europeus até o *imperialismo americano*. Suas sociedades seriam

sempre manipuladas por governantes pouco preocupados com seus países”.⁸

Pensando no caso do sequestro do embaixador Charles Elbrick, ainda que alguns trabalhos tenham chamado atenção para o tema, inclusive com a publicação de livros memorialísticos⁹, nota-se certa ausência de questionamento acerca do alcance desse episódio e seus possíveis desdobramentos¹⁰. Isso porque, boa parte da historiografia que tem se debruçado sobre o tema da mais recente ditadura brasileira compreende o sequestro a partir de uma mesma chave explicativa: esse episódio teria sido a mais espetacular e ousada ação da esquerda armada contra o regime justamente por se tratar do sequestro do representante diplomático dos Estados Unidos e pelo consequente desgaste que teria conferido aos militares.¹¹ Além disso, há o entendimento de que teria

⁸ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 24.

⁹ O livro de Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?*, publicado ainda em 1979, é a primeira obra memorialística lançada por envolvidos no sequestro do embaixador. Ao articular uma narrativa ao mesmo tempo individual e coletiva, o livro é o resultado de um confronto entre os acontecimentos vivenciados pelo narrador e a sua reflexão sobre esses mesmos acontecimentos quando ele escreve seu relato. Posteriormente, outros relatos seriam lançados: em 1999, o jornalista Flávio Tavares, um dos 15 presos políticos trocados no sequestro de Elbrick, publicou um livro intitulado *Memórias do esquecimento*. Escrito muitos anos após a sua prisão no Brasil e os anos no exílio, Tavares questiona o porquê de fazer esse trabalho de rememoração da sua experiência traumática. O livro, portanto, não é apenas um relato das memórias do autor, já que é permeado a todo o momento pela reflexão da dificuldade em narrar o indizível. No ano de 2013, Cid Benjamin, ex-guerrilheiro do MR-8 e um dos principais articuladores do sequestro de Elbrick, lançou a obra *Gracias a la vida: memórias de um militante*, em que procura narrar a sua trajetória buscando refletir sobre o ato de rememorar ao mesmo tempo em que considera essencial o trabalho da autocrítica. O objetivo do autor ao narrar suas memórias e a participação em episódios decisivos da história do país é contrapor às visões românticas e heroificadas comumente presentes nesses tipos de relatos.

¹⁰ No ano de 1997, com a publicação da coletânea *Versões e ficções: o sequestro da história* temos a primeira iniciativa no sentido de problematizar e questionar a memória acerca do sequestro. Um grupo de intelectuais, jornalistas e ex-participantes da ação, se debruçou sobre o episódio com o objetivo de contestar a versão cinematográfica adaptada do livro homônimo *O que é isso, companheiro?*, dirigido por Bruno Barreto. A partir da leitura do conjunto de textos é possível perceber as reações das pessoas diretamente envolvidas no sequestro. Uma questão bastante discutida no conjunto de artigos é a imagem construída pelo filme do operário Virgílio Gomes da Silva. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Versões e Ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

¹¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 205; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005, p. 189; DA-RIN, Silvio. **Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 11; FICO, Carlos. **O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 216; SILVA, Izabel Pimentel da. “Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro”. In: Sales, Jean Rodrigues

havido uma incontestável pressão norte-americana, exercida pelo então presidente Richard Nixon e por seu secretário de Estado, Henry Kissinger, para que o embaixador fosse libertado com vida.

Não foi objetivo dessa pesquisa negar ou desconsiderar a importância e o protagonismo da ação empreendida por integrantes da ALN e o MR-8 naquele momento. No entanto, a análise desse episódio, pensada a partir de outros casos que vinham ocorrendo no mundo e a própria construção de políticas desenvolvidas pelo Departamento de Estado para lidar com esses episódios, além de documentos recentemente liberados nos permitem trazer à tona aspectos de uma história rica em detalhes, contradições e tentativas de apagamento. A própria figura do embaixador Charles Burke Elbrick é pouco conhecida e com frequência a pergunta que permeou esse trabalho foi *como estudar um episódio cujo personagem principal permanece desconhecido?* O que percebemos, com alguma frequência, é que esse episódio ao mesmo tempo em que é “reverenciado” pela ousadia e ineditismo na historiografia, silencia fundamentalmente sobre como os sequestros políticos colocaram o mundo diplomático, a insurgência e contrainsurgência no centro do debate.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, trabalhamos com um acervo documental diverso. Com o objetivo de mapear as trocas de correspondências e percepções do governo norte-americano, utilizamos a documentação do Departamento de Estado dos EUA, arquivada no *National Archives and Records Administration College Park (NARA II)*, no Estado de Maryland (MD). Tais documentos tratam, via de regra, da correspondência dos funcionários em Washington com os representantes diplomáticos em missões no exterior. Interessou-nos, sobretudo, investigar a dinâmica da produção e troca das informações entre os distintos sujeitos e os interesses envolvidos. Os documentos estão classificados da seguinte forma: confidenciais, secretos, uso interno, uso oficial, restritos, não restritos e não classificados. Quanto a esses documentos, destacamos: os registros do *Foreign Relations of the United States (FRUS)* cuja documentação, disponível também online, contém o registro das decisões da política externa norte-americana, a partir da coleta e organização de documentos oriundos das bibliotecas presidenciais, do Departamento de Defesa, Conselho de Segurança Nacional, CIA, etc. Para o caso que interessa a essa pesquisa, foi possível identificar o seguinte

(org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2015, p. 76.

volume: Foreign Relations of the United States (FRUS), 1969-1976, Vol. E-10. *American Republics: Brazil*.

A documentação produzida durante o governo Nixon, entre 1969 e 1974, também pode ser consultada na *The Nixon Library*¹², em Yorba Linda, Califórnia. Nesse acervo, constam documentos como o registro oficial das reuniões presidenciais, a coleção Henry A. Kissinger Office Files, papéis relativos à segurança nacional, além das chamadas *White House Tapes*, conversas gravadas por Nixon entre 1971-1973. Outra documentação fundamental para o desenvolvimento desta tese são os papéis depositados no *Rockefeller Archive Center*, em Sleepy Hollow (NY). A importância dessa variedade de documentos é baseada na percepção de que as decisões presidenciais quanto aos encaminhamentos de sua política externa e os conflitos gerados certamente não estão restritos ou condicionados apenas às observações da diplomacia. A leitura dos principais periódicos que circulavam na época, em ambos os países, ajudou a compreender o destaque conferido ao sequestro, sobretudo, pelas análises produzidas por meio dos editoriais.

Levando em consideração as questões apresentadas, a tese está dividida em quatro capítulos: no primeiro, discutiu-se a construção da retórica anticomunista nos Estados Unidos na década de 1960, o impacto da experiência da Revolução Cubana e o surgimento de diversos grupos armados no continente latino-americano. Investigamos, ainda, o desenvolvimento da Doutrina de Contrainsurgência com o objetivo de enfrentar a guerra de guerrilhas. O capítulo dois buscou compreender o lugar do debate envolvendo a luta contra o terror no pós-Guerra, além de tentar definir a natureza da inviolabilidade diplomática e identificar alguns de seus principais privilégios legais e os tratados e convenções internacionais aplicáveis. Nesse capítulo, há uma tentativa de situar o leitor na discussão mais ampla presente no interior do governo norte-americano acerca das medidas a serem desenvolvidas para lidar com os casos envolvendo o

¹² Disponível em: <http://www.nixonlibrary.gov/index.php>. Acesso em: 12 jul. 2018.

sequestro de representantes diplomáticos. No capítulo três, destacamos não apenas a discussão sobre os debates envolvendo a reformulação da política externa do governo Nixon, em 1969, mas, sobretudo, a construção do perfil do embaixador Charles Burke Elbrick a partir da sua trajetória antes de ser nomeado para o posto no Brasil. Por fim, no capítulo quatro, com base na documentação coletada, buscamos mapear a narrativa acerca do sequestro de Elbrick, os sujeitos envolvidos nas negociações, tensões e conflitos, além da identificação de duas temporalidades distintas: os debates que aconteceram nos dias que duraram o sequestro e as discussões posteriores até o momento que o embaixador é afastado do cargo, em 1970.

Capítulo I

O papel da violência e as vozes do dissenso no Pós-Guerra

Na história humana não existem parênteses inexplicáveis. E é precisamente nos períodos de ‘exceção’ – esses momentos infelizes e desagradáveis que as sociedades pretendem esquecer e colocar entre parênteses – que aparecem, sem mediações nem atenuantes os segredos e as vergonhas do poder cotidiano. (...) Se a ilusão do poder está em sua capacidade de fazer desaparecer o disfuncional, não menos ilusório é a sociedade civil supor que o poder desaparecedor desapareça através de uma mágica inexistente.¹³

A segunda metade do século XX marcou o mundo todo, mas, sobretudo o continente europeu por suas migrações populacionais forçadas e cidades em ruínas. A convivência com o fantasma dos horrores da Segunda Guerra Mundial e a presença de feridas individuais e coletivas trouxeram à tona a perda da dimensão humana e a dificuldade em *narrar o indizível*. Reconstituir, ressignificar e transformar a complexa tessitura da experiência concentracionária significa, ainda hoje, um desafio para os sobreviventes. Não à toa, o mundo do Pós-Guerra trouxe consigo uma grande ruptura de interpretação política, ausência de liberdade, esvaziamento da esfera pública e, principalmente, a imposição do terror.¹⁴ Para Hannah Arendt na *Introdução* do livro “As Origens do Totalitarismo”,

Já não ansiamos por uma eventual restauração da antiga ordem do mundo com todas as suas tradições, nem pela reintegração das massas, arremessadas ao caos produzido pela violência das guerras e

¹³ CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 40-1.

¹⁴ CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na guerra fria cultural: o pós-guerra em releitura**. São Paulo: Intermeios, 2017, p. 76.

revoluções e pela progressiva decadência do que sobrou. Nas mais diversas condições e nas circunstâncias mais diferentes, contemplamos apenas a evolução dos fenômenos – entre eles o que resulta no problema de refugiados, gente destituída de lar em número sem precedentes, gente desprovida de raízes em intensidade inaudita.¹⁵

Ainda em 1950, quando esse livro foi escrito, Arendt já teria compreendido que um dos legados da Segunda Guerra e seus regimes totalitários era justamente a impossibilidade da transmissão da tradição. Para ela, “a tradição transforma a verdade em sabedoria, e a sabedoria é a consistência da verdade transmissível”.¹⁶ De acordo com Walter Benjamin, “a matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva”¹⁷ é a experiência (*Erfahrung*)¹⁸. A celebração das vitórias no presente e o esquecimento dos mortos significaria o rompimento com nossos referenciais ou, em última instância, a destruição da experiência. Recuperando novamente as reflexões arendtianas, Benjamin teria percebido que a transmissão do passado foi substituída por sua “citabilidade” e que, mesmo sem autoridade, tinha o “estranho poder de se assentar aos poucos no presente e de privá-lo da ‘paz descuidada da complacência’”.¹⁹ Em outras palavras, o rompimento do indivíduo com o peso da tradição e a autoridade dela decorrente seria substituído por novas formas de *perceber* e *estar* no mundo. Esse movimento traria à tona histórias obliteradas pela tradição.

As reflexões de Arendt e Benjamin nos dão elementos para pensar o mundo que emergiu no pós-1945 e que precisou ser ressignificado entre o luto e a melancolia, o silêncio e a ausência. As perdas humanas e materiais naquele momento certamente tiveram impacto no modo e como o continente europeu deveria se reerguer. No entanto, essa falência de interpretação política e das próprias relações sociais só foi possível

¹⁵ ARENDT, Hannah. “Introdução”. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11.

¹⁶ ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 121.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 105.

¹⁸ A palavra alemã – *Erfahrung* –, remete à experiência enquanto memórias e trajetórias que, de algum modo, nos vincula ao passado.

¹⁹ ARENDT, Hannah. *Op. Cit.*, 1998, pp. 165-6.

porque a existência de Auschwitz representou o fim e a ruína de qualquer ética da dignidade, a chamada *vida nua* a que o homem foi reduzido.²⁰ O desafio agora era lidar com as crescentes guerras locais, o deslocamento dos apátridas, o reordenamento de antigas fronteiras e as formas de violência que ganharam contorno com todo esse processo.

O pós-guerra, mas, sobretudo, as décadas de 1950-1960 seriam marcados, portanto, pela mudança de paradigma onde a confiança no governo e nas instituições foram substituídas por outros modos de atuação política. O desprezo pelas leis e pelas autoridades governamentais caracterizariam, a partir de então, uma geração que buscava o rompimento com antigos valores, práticas e costumes. Nesse cenário, a intervenção norte-americana no Vietnã começou a ser gradualmente contestada por uma nova geração que reivindicava a valorização das subjetividades e outros modos de *fazer política* e *estar no mundo*, a partir do protagonismo do sujeito em relação às estruturas e a articulação de novos signos e linguagens.

No campo moral, a vida domesticada, regrada e ordeira da sociedade norte-americana dos anos 1950 parecia não caber mais nos anseios daquela geração que lutava pelo rompimento com um estilo de vida tido como rígido e disciplinador. No âmbito político, toda essa efervescência trouxe para a esfera pública o intercâmbio de diferentes grupos e demandas que, ora de modo difuso, ora de modo mais articulado, exigiam que sua voz fosse ouvida. Não à toa, movimentos pelos direitos civis ganharam forma nos Estados Unidos com destaque para a luta pelos direitos dos negros, depois das mulheres²¹ e da comunidade gay. Na luta do movimento negro, as ações e reivindicações tiveram um estopim no ano de 1955 com o emblemático caso envolvendo a costureira Rosa Parks no momento em que a mesma, rompendo com a lei local, se negou a ceder seu lugar no ônibus a um homem branco na cidade de Montgomery (Alabama). A partir desse episódio, conhecido como *Montgomery Bus Boycott*, e com a prisão de Parks, muitos ativistas ganharam projeção como o pacifista Martin Luther King. No entanto, é importante ressaltar que:

²⁰ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (*Homo Sacer* III). São Paulo: Boitempo, 2008, p. 76.

²¹ Publicado no ano de 1949, o livro “O Segundo Sexo” da filósofa e ativista Simone de Beauvoir foi considerado um marco para a posterior consolidação da segunda onda feminista na década de 1960.

O movimento negro norte-americano dos anos 1960 tinha três vertentes principais, inteiramente diferentes entre si, representadas por Malcom X, Martin Luther King Jr. e os Black Panthers. Três nomes, três direções, três formas distintas de encarar o problema do racismo nos Estados Unidos. E, principalmente, três propostas diferentes de mobilização política. Luther King, alicerçado no movimento pelos direitos civis, liderou um movimento pacifista por igualdade e integração dos negros na sociedade americana; Malcom X liderou um projeto de ‘separatismo negro’ e os Black Panthers, concebendo-se a si próprios como uma ‘vanguarda revolucionária’ no sentido marxista, propunham uma mudança global da sociedade.²²

As observações de Maria Paula Araújo trazem um aspecto fundamental para a discussão proposta nesse capítulo: a importância de pontuar a existência de diferentes modos de atuação por parte dos grupos que ganhavam cada vez mais a cena pública. No caso do movimento negro, por exemplo, há claramente a opção pela via pacífica e/ou a radicalização da luta a partir da crença da violência como tática política.

Nesse sentido, a análise do processo de articulação de diferentes grupos nos anos 1950, mas, sobretudo, na década de 1960 parte da necessidade de compreender como se deu a opção pela violência como modo legítimo de ação. Nessa perspectiva, a ação direta aparece como alternativa à via pacífica e, igualmente, como ruptura e desencantamento com o modo de fazer política.

Assim, o crescimento desse movimento de contestação internacional dos regimes políticos e dos sistemas ideológicos encontra lugar na própria experiência das lutas anticoloniais e de libertação nacional dos países periféricos, com destaque para o caso da Argélia e seu levante contra o domínio francês.²³ No mundo todo, mas, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos, surgiram grupos que buscavam reinventar o modo de fazer política, e muitos intelectuais se debruçaram na tentativa de explicar o papel e a glorificação da violência que estes grupos projetavam para a História, a partir da noção da utilização da violência como meio legítimo de transformação social e prática revolucionária.

No prefácio escrito por Jean Paul Sartre para o livro *Os condenados da terra*, de autoria do médico martinicano Frantz Fanon, ele relaciona a centralidade do uso da

²² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 48.

²³ Esse conflito durou entre 1954 e 1962.

violência não apenas como importante instrumento de libertação, mas como resposta à desumanização gerada pelo projeto colonizador.

Nossas belas almas são racistas. Elas farão bem em ler Fanon. Ele mostra perfeitamente que essa violência indomável não é uma absurda tempestade nem a ressurreição de instintos selvagens, nem mesmo um efeito do ressentimento [...] as marcas da violência nenhuma doçura apagará, só a violência pode destruí-las. E o colonizado se cura da neurose expulsando o colonizador pelas armas. Quando sua raiva estoura, ele reencontra a sua transparência perdida, ele se conhece na mesma medida em que se faz.²⁴

Publicado no ano de 1961, *Os condenados da terra* influenciaria não apenas Sartre, mas uma série de intelectuais que também se debruçaram sobre esse assunto. A filósofa Hannah Arendt, por exemplo, vai tratar dessa questão no livro *Da violência*²⁵, escrito em 1969, onde problematiza a identificação que segmentos da esquerda do pós-guerra, especialmente a Nova Esquerda²⁶ e o movimento estudantil, estabeleceram da violência como prática política. Essa valorização da violência, acompanhada da necessidade de justificá-la teoricamente, seria, segundo Arendt, uma demonstração de como o uso da violência estaria legitimado não apenas em casos extremos, como o de invasão de territórios, mas funcionaria como um dispositivo constituinte da identidade desses grupos. Porém, na visão arendtiana, a ideia de uma “violência justa” nega o espaço da coisa pública na medida em que promove um esvaziamento da política e a própria negação da diversidade e da possibilidade de diálogo. Além disso, Arendt questiona a identificação, um tanto enviesada, que esses movimentos estabeleceram entre a violência e a ação política ao pensamento marxista:

²⁴ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 39.

²⁵ ARENDT, Hannah. “Da Violência”. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

²⁶ A chamada Nova Esquerda abarca não apenas a *New Left* norte-americana, mas movimentos no mundo todo como a extrema-esquerda na Europa, Argélia, América Latina, etc.

Naturalmente Marx conhecia o papel da violência na história, mas para ele era um papel secundário; o que traria o fim da velha sociedade não era a violência, mas as contradições inerentes a esta sociedade. O surgimento de uma nova sociedade seria precedido, mas não causado por violentas insurreições as quais ele comparou às dores do parto, que precedem, mas obviamente não causam o nascimento orgânico.²⁷

Parte da esquerda na década de 1960 apregoeou o repúdio à política imperialista e intervencionista norte-americana no Vietnã e enalteceu a violência, a valorização da ação e a dissidência como marcas de atuação política. Também na América Latina parte da esquerda pregou a violência como alternativa à via pacífica e às formas tradicionais de ação política.²⁸

1.1 - “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”²⁹

A segunda metade do século XX foi marcada pelo surgimento de novas linguagens e estéticas pautadas, sobretudo, na defesa da liberdade e no questionamento de modelos de participação política. A experiência totalitária, entretanto, questionava a violência e perguntava-se sobre a superficialidade dos seres humanos. Respeitadas as devidas particularidades, havia um certo *ethos* comum entre as esquerdas que

²⁷ Arendt, Hannah. *Op. Cit.*, 2010, p. 100.

²⁸ Segundo Izabel Priscila Pimentel da Silva “As teses terceiro-mundistas e a noção de *violência justa* também repercutiram em significativos setores da Igreja Católica na América Latina. A partir de mudanças institucionais introduzidas pelo Concílio Vaticano II, setores progressistas da Igreja aproximaram-se dos projetos de transformações sociais defendidos pelas esquerdas radicais latino-americanas”. SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **“Por ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2016, p. 54.

²⁹ *Segunda Declaração de Havana*, 1962.

emergiram principalmente a partir da década de 1960 onde a radicalidade política e a opção pela violência apareciam como modo legítimo de ação.

A chamada utopia revolucionária que varreu boa parte dos chamados países do *Terceiro Mundo* estava calcada na crença de que era preciso romper com a burocratização dos partidos tradicionais de esquerda e com a influência da URSS. Havia uma crescente disputa entre os grupos considerados reformistas e aqueles que apostavam na instauração do socialismo através da luta armada. Essas duas correntes que apregoavam entre modos distintos de atuação ficariam cada vez mais evidentes, e não seria exagerado afirmar o papel decisivo que teve a Revolução Cubana nessa disputa. De acordo com Carlos Alberto Barão,

A Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio ‘quintal’, mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário. O poder não foi alcançado por meio de um partido de vanguarda, como no modelo russo, nem basicamente como resultado de uma vitória militar camponesa, como no modelo chinês.³⁰

A experiência cubana aparece diretamente relacionada a dois debates presentes entre a esquerda revolucionária dos anos 1960: i) a chamada *natureza da revolução*; ii) o desenvolvimento de uma vertente da teoria da dependência. Numa conjuntura marcada pela ingerência cada vez maior dos Estados Unidos no mundo, importantes correntes intelectuais buscaram compreender a história e as sociedades latino-americanas. A trajetória de um grupo de intelectuais brasileiros, que atuou na Universidade de Brasília (UnB), se destacou por seus estudos sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina. O arcabouço teórico criado por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank consiste em uma leitura crítica da abordagem nacional-desenvolvimentista da CEPAL – Comissão Econômica

³⁰ BARÃO, Carlos Alberto. “A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60”. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil – Volume I: o impacto das revoluções**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 263.

para a América Latina, criada em 1948 com o objetivo de promover a inserção dos países periféricos através da cooperação e do desenvolvimento tecnológico.

Em contrapartida às teses cepalinas, Marini, Santos, Bambirra e Gunder Frank elaboraram a chamada *Teoria da Dependência*. Para eles, o subdesenvolvimento econômico dos países da América Latina passaria inevitavelmente pela ruptura com a dependência em relação aos países centrais e não pela modernização e industrialização da economia. Era necessário romper com o capitalismo dependente. Nessa chave, o socialismo era entendido como a única via possível de ruptura. De acordo com Claudia Wasserman, “eles pretendiam constituir um *corpus* teórico, baseado no marxismo, que fosse capaz de entender o funcionamento peculiar das sociedades periféricas, sem considerar necessariamente as relações entre países como fundamento da análise”.³¹

Questões como alianças de classe, métodos de luta e a compreensão do desenvolvimento capitalista na periferia figuravam como pontos-chaves entre intelectuais e diversas organizações armadas que surgiram nos países da América Latina. Como já mencionado, estava presente também a crítica à ingerência dos Estados Unidos nos países periféricos, tendo em vista a ideia de que a revolução deveria ser, antes de tudo, anti-imperialista. É válido ressaltar que, após a Primeira (1960) e a Segunda Declaração de Havana (1962)³², ocorreu o crescimento de organizações guerrilheiras no continente como um todo, entre elas: as *Forças Armadas de Libertação Nacional* (FALN) e o *Movimento de Esquerda Revolucionário* (MIR), na Venezuela; as *Forças Armadas Revolucionárias* (FARC) e o *Movimento Revolucionário 13 de Novembro* (MR-13), na Guatemala; o *MIR* e o *Exército de Libertação Nacional* (ELN), no Peru; a *Frente Sandinista de Libertação Nacional* (FSLN), na Nicarágua; o *Movimento 14 de Junho* na República Dominicana; o *ELN* na Bolívia; o *Sendero Luminoso*, no Chile; o *Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros* no Uruguai; os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, na Argentina.

³¹ WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência:** do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 111.

³² As duas declarações foram textos lidos em praça pública, na cidade de Havana, com o objetivo de denunciar a presença norte-americana na América Latina e conclamar a libertação de todo o continente. A *Segunda Declaração de Havana* deixava claro: “Que é a história da América Latina senão a história da Ásia, da África e da Oceania? E que é a história de todos esses povos senão a história da exploração mais impiedosa e cruel do imperialismo do mundo inteiro?” CASTRO, Fidel. *Segunda Declaração de Havana*, 4 de fevereiro de 1962, p. 101.

No caso brasileiro, a origem dos diversos grupos que optaram pela luta armada no pós-1964 também esteve calcada na crise de representação dos partidos de esquerda e movimentos atuantes antes do golpe: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B)³³, Ação Popular (AP) e Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop). Um dos argumentos utilizados era que esses partidos, com destaque para o PCB, teriam sido responsáveis pela derrota da esquerda em 1964 dado seu caráter imobilista e etapista.³⁴

Com a deposição do presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares, as cisões e debates no interior da esquerda fizeram surgir ao longo dos anos a formação de diversas organizações e partidos, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)³⁵, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ala Vermelha, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, entre outros.³⁶ De acordo com o

³³ O surgimento do PC do B, em 1962, tem suas raízes ainda na década de 1950, mais precisamente em 1956 na ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A divulgação dos crimes de Stálin, feita pelo secretário geral do partido Nikita Krutchev, provocou rupturas profundas no interior do PCB com o surgimento de diferentes grupos e distintos alinhamentos ideológicos. Ver: SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.

³⁴ Jacob Gorender com a publicação do livro *Combate nas trevas*, em 1987, buscou identificar a derrota da esquerda nas duas vezes em que a opção se deu pelo conflito armado: 1935 e 1968-1974. Pensando nos anos de vigência do regime militar, Gorender atribui o fracasso da esquerda à demora no enfrentamento direto contra o regime que, segundo ele, deveria ter ocorrido ainda em 1964. De acordo com essa perspectiva, o desencadeamento da luta armada teria sido tardio, num momento em que as forças de repressão já estavam articuladas no combate aos movimentos de oposição. O autor vai destacar, ainda, o distanciamento do projeto político da esquerda armada com os diversos setores da sociedade, num momento em que, segundo ele, a conjuntura era favorável ao confronto armado. Cf. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Atica, 1987.

³⁵ Nas negociações com os militares, durante o sequestro do embaixador Charles Elbrick, surge o MR-8, anteriormente conhecido pelo nome de Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB)

³⁶ É importante ressaltar que, já na segunda metade da década de 1970, houve uma espécie de ressignificação das ações daqueles que pegaram em armas nos anos 1960. Assim, a discussão sobre a violência como uma forma legítima e, sobretudo, como ação e opção política acabou marginalizada em detrimento de versões conciliadoras. Para Marcelo Ridenti: “(...) o termo ‘democracia’ – seja qual for o sentido que se atribua a ele – ganhou tal relevância em nossos dias que, para muitos, a luta das esquerdas armadas só teria legitimidade se considerada como parte da resistência democrática à ditadura”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p.59.

inventário produzido pelo Projeto Brasil: Nunca Mais³⁷, existiram mais de 40 grupos de esquerda atuando no Brasil durante a ditadura.

Não obstante, o campo de atuação desses grupos armados seria progressivamente fechado principalmente a partir da promulgação de atos e leis, desde o governo do general Castelo Branco,³⁸ como a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) que determinava a extinção dos partidos políticos, instituindo o bipartidarismo; eleições indiretas para presidente; a transferência de plenos poderes para o Executivo; ainda no governo do “moderado” general Castelo Branco, de caráter claramente autoritário, como a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) que determinava a extinção dos partidos políticos, instituindo o bipartidarismo; eleições indiretas para presidente; a transferência de plenos poderes para o Executivo; e a decretação que os crimes de natureza política seriam julgados pela Justiça Militar.³⁹ Importa ressaltar a importância da Constituição de 1967⁴⁰ que legalizou as medidas arbitrárias presentes nos Atos Institucionais.

A despeito da centralidade do governo Castelo Branco responsável pelo fortalecimento dos poderes do Executivo, mas também das Forças Armadas, temos durante o mandato de Costa e Silva (1967-1969) o estabelecimento de algumas medidas responsáveis pela constituição da estrutura repressiva do regime. Destaca-se a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que conferia ao Executivo o poder de fechar o Congresso, além de suspender o *habeas corpus* para crimes considerados

³⁷ BRASIL: NUNCA MAIS. **Perfil dos Atingidos**. Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

³⁸ Acreditamos que o governo do general Castelo Branco estava longe de corresponder à moderação legalista que se cristalizou na memória da opinião pública. Além disso, para uma melhor compreensão do caráter do regime militar brasileiro, outra questão que merece ser problematizada é a noção de uma periodização da repressão a partir de duas temporalidades distintas: i) imediatamente após o golpe de 1964 e no período posterior à edição do AI-5, em 1968, como marcos da violência generalizada; ii) os anos de 1964 e 1965 e a segunda metade da década de 1970 seriam considerados nessa lógica períodos de afrouxamento das práticas repressivas. No entanto, se é inegável que houve intensidades distintas no combate à oposição, nos parece limitador estabelecer ciclos de violência de maneira tão demarcada. Seria admitir, então, que os atos do regime foram frutos de alguns militares no interior das Forças Armadas mais ligados aos chamados “excessos”, a partir da própria divisão entre duros e moderados, além de não reconhecer que desde 1964 já havia um plano sistemático de eliminação dos opositores do regime. Ver: RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

³⁹ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de doutorado. Departamento de História. São Paulo: USP, 2008, p. 12.

⁴⁰ A partir da aprovação dessa Carta Constitucional, o governo de Castelo Branco deixava claro o processo de radicalização em curso, com a noção de que era preciso combater o “inimigo interno” e promover a manutenção da ordem e da segurança nacional a partir da perseguição de opositores ou possíveis opositores do regime.

contra a segurança nacional. Além disso, a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), em junho de 1969 no âmbito do II Exército também está inserida nesse contexto de sofisticação do aparato de segurança. Instalado na Rua Tutóia, em São Paulo, a OBAN funcionou como centro catalisador da estrutura repressiva do regime, já que contava com uma estrutura mista que incluía militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de agentes do SNI e policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). A partir da década de 1970, a OBAN passaria a ser chamada de DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão subordinado ao Exército.

1.2 - A experiência cubana em debate: os teóricos da revolução

As operações do tipo guerrilha não são um fenômeno novo. Qualquer sociedade camponesa tem seu bandido ‘generoso’ ou Robin Hood, que ‘toma dos ricos para dar aos pobres’ e escapa a todas as grosseiras ciladas de soldados e policiais até ser traído. Porque enquanto nenhum camponês o denunciar e enquanto o mantiverem plenamente informado sobre o movimento de seus inimigos, ele é realmente tão imune às armas e tão invisível aos olhos hostis quanto apregoam invariavelmente as lendas e canções a seu respeito.⁴¹

O ano de 1959 pode ser considerado o *turning point* para a esquerda radical, sobretudo nos países da América Latina. Para o sociólogo argentino Juan Carlos Portantiero, a Revolução Cubana inaugurou um novo momento no continente latino-americano marcado pela difusão do pensamento marxista e dos ideais socialistas.⁴² Com o sucesso obtido pela experiência cubana, temos a publicação extensiva de livros e

⁴¹ HOBBSBAWN, Eric. **Pessoas extraordinárias – resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 290.

⁴² PORTANTIERO, Juan Carlos. “O marxismo latino-americano”. In: HOBBSBAWN et al. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 333.

manuais que buscavam compreender aquela experiência e, sobretudo, seu potencial catalisador para a luta dos povos dos países periféricos, com destaque para o continente latino-americano. A esquerda revolucionária que emergiu durante a década de 1960 foi influenciada diretamente pelos escritos dos chamados “teóricos da revolução”.

Um ano após a derrocada do ditador Fulgêncio Batista e a entrada vitoriosa dos guerrilheiros em Havana, Che Guevara surgiu como uma das principais referências, entre os teóricos da revolução, ao sistematizar as condições materiais para a transição ao socialismo, a luta revolucionária, suas características e abordagens. Em 1960 era lançado *A Guerra de guerrilhas*⁴³, a primeira análise de Guevara sobre os rumos da estratégia revolucionária latino-americana.⁴⁴ De acordo com ele, a Revolução Cubana fez três contribuições fundamentais para o desenvolvimento da luta revolucionária na América⁴⁵:

- 1) – As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército;
- 2) – Não é preciso esperar sempre que todas as condições se reúnam para fazer a revolução; o núcleo insurrecional pode criá-las;
- 3) – Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve, fundamentalmente, ser o campo”.⁴⁶

Ali encontravam-se os elementos centrais da teoria da guerra de guerrilhas. A luta armada era encarada como uma luta de massas com o apoio e a formação de um exército popular que tornaria possível a chegada da vitória. Para Guevara, as condições para a revolução podem e devem ser criadas, numa clara crítica à burocratização dos partidos tradicionais, suas alianças com as burguesias nacionais e os dogmas stalinistas. A morte de Stálin, em 1953, e a publicação do relatório denunciando seus crimes, por Nikita Krushev, representou também um marco para parte do movimento comunista

⁴³ GUEVARA, Ernesto Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

⁴⁴ Além do conhecido *A Guerra de Guerrilhas*, Che Guevara publicou outros escritos ao longo dos anos 1960 que influenciaram de modo decisivo os agrupamentos guerrilheiros na América Latina. Destacamos *Passagens da guerra revolucionária* (1963).

⁴⁵ Che Guevara reafirmaria seus pressupostos em outro texto, lançado em 1963, denominado *Guerra de guerrilhas: um método*.

⁴⁶ GUEVARA, Ernesto Che. *Op. cit.*, p. 13.

internacional. A partir de então, a União Soviética inaugura uma nova fase política de abertura do diálogo com os países capitalistas. De acordo com o historiador Eduardo Rey Tristán:

a nova linha é caracterizada pela defesa da coexistência pacífica com o mundo capitalista, dado o equilíbrio militar alcançado e a abordagem para a luta no campo econômico considerado superior o socialismo sobre o capitalismo para o seu progresso na última década. Defendia também a participação política dos comunistas nos países com democracias parlamentares, com o objetivo de tentar ganhar o poder e conseguir uma transformação pacífica do socialismo, bem como apoio às forças progressistas do Terceiro Mundo para impulsionar seus países na direção do socialismo.⁴⁷

Guevara defendia, ainda, o deslocamento da luta revolucionária da cidade para o campo⁴⁸, levando em consideração o acesso mais difícil das forças repressivas. Em sua concepção, as cidades eram consideradas um terreno desfavorável para a instalação da guerrilha, já que um único ataque bem sucedido poderia levar à destruição dos movimentos guerrilheiros. Esse terceiro ponto é fundamental porque traz à tona a chamada *teoria do foco*.

Para Guevara, o “foco” se concretizaria a partir da ação de um pequeno grupo de guerrilheiros localizados preferencialmente em alguma região rural. Com a formação de colunas guerrilheiras, a próxima etapa seria angariar simpatizantes, sobretudo entre os camponeses. Não à toa, as experiências da Guerra do Vietnã e da Guerra da Argélia

⁴⁷ Tradução nossa. No original: la nueva línea se caracterizaba por la defensa de la coexistencia pacífica con el mundo capitalista, dado el equilibrio militar alcanzado, así como por el planteamiento de la lucha en el campo económico, en donde se consideraba superior al socialismo sobre el capitalismo por su avance en la última década. Defendía además la participación política de los comunistas en aquellos países con democracias parlamentarias, para de ese modo intentar acceder al poder y lograr una transformación pacífica al socialismo, así como también el apoyo a las fuerzas progresistas del Tercer Mundo para que hiciesen avanzar sus países en sentido socialista”. TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina**: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006, p. 43.

⁴⁸ Segundo Guevara, “o guerrilheiro é antes de tudo um revolucionário agrário. Interpretam os desejos da grande massa camponesa de ser dona da terra, dona de seus meios de produção e de seus animais, de tudo aquilo que desejou durante anos”. GUEVARA, Ernesto Che. *Op. cit.*, p. 16.

reafirmavam o protagonismo do campo como local da luta revolucionária e dos camponeses como atores principais.

A consolidação dessas ideias diversificou-se em Janeiro de 1966 durante a I Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, realizada na cidade de Havana.⁴⁹ Nessa ocasião, Guevara já estava atuando clandestinamente na Bolívia, mas mesmo assim mandou uma mensagem ressaltando a importância dos países latino-americanos para a luta revolucionária:

A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação, que começa a se fazer ouvir por intermédio da Tricontinental, por meio da voz da vanguarda de seus povos, que é a Revolução Cubana, terá uma tarefa de muito maior relevância: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo. Definitivamente, deve-se levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo, e que é preciso batê-lo em um grande confronto mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo (...). O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, portanto, a libertação real dos povos; libertação que ocorrerá pela luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase inexoravelmente, a propriedade de se transformar em uma Revolução Socialista.⁵⁰

A influência e recepção da mensagem enviada por Che Guevara foi significativa entre os grupos guerrilheiros ao reforçar o protagonismo da América Latina naquele processo. A ideia de que a revolução e a libertação dos povos só teria sucesso via luta armada é reiteradamente enfatizada. Durante a Tricontinental, foi criada a OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade cuja função era coordenar o processo revolucionário, principalmente através do financiamento e treinamento de quadros guerrilheiros. Na primeira conferência da OLAS, no ano seguinte, 1967, participaram diversos grupos revolucionários e as posições tomadas naquela ocasião demonstram a independência da posição cubana em política internacional com relação à China e ao

⁴⁹ A Tricontinental surgiu como um catalisador dos movimentos anti-imperialistas em regiões como África, Ásia e América Latina.

⁵⁰ GUEVARA, Ernesto Che. “Mensagem à Tricontinental”, 1967. In: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016, p. 305

bloco socialista liderado pela URSS, na medida em que descartava o papel progressista das burguesias nacionais defendida por ambos.⁵¹ Naquela ocasião, a OLAS reafirmou, ainda, a oposição da organização ao imperialismo norte-americano na América Latina e reforçou, de modo incisivo, a opção pela luta armada e pelo socialismo como instrumento de emancipação da América Latina.⁵² Para Jean Rodrigues Sales, a realização da Tricontinental, em 1966, e a criação da OLAS, no ano seguinte, são as partes mais visíveis da política cubana de se tornar um centro revolucionário no continente americano.⁵³

A publicação do livro *Revolução na revolução*, escrita pelo intelectual francês Régis Debray, em 1967, representou também um novo paradigma revolucionário. Partindo das teses desenvolvidas por Che Guevara e Fidel Castro, Debray criou sua teoria revolucionária inspirada na Revolução Cubana, buscando disseminar a ideia de uma revolução continental e a principal tese guevarista: a teoria do foco. O papel desempenhado por esse autor foi de fundamental importância para a consolidação desse arcabouço teórico no interior da esquerda latino-americana. Para Debray, a experiência cubana é comumente compreendida de modo equivocado, o que acabaria por obliterar sua importância, já que:

O impacto da revolução cubana tem sido vivido e pensado, principalmente na América Latina, através de formas e esquemas já catalogados pela história, entronizados, consagrados. Por isso, apesar de todo impacto que provocou, o golpe foi recebido amortecidamente. Hoje, passada a euforia, se começa a descobrir o sentido próprio de Cuba, o alcance de seu ensinamento, que antes havia escapado. Uma nova concepção de guerra de guerrilhas vem à luz.⁵⁴

⁵¹ BARÃO, Carlos Alberto, *Op. cit.*, p. 269.

⁵² A Declaração final do evento apresentou 20 resoluções com destaque para: “1. Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução (...); 2. Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses e latifundiários. Consequentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, para se emancipar das oligarquias, e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento (...); 4. Que a guerrilha – como embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria de nossos países”. “Declaração Final da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)”. *Idem*, pp.270-1.

⁵³ SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 94.

⁵⁴ DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de las Americas, 1967, p. 4.

Os caminhos percorridos por Debay para construir seu argumento apontam para uma década de grande efervescência na América Latina e no mundo. A opção pela radicalização política seria a grande chave para compreender os caminhos de determinados grupos naquele momento. Segundo ele, o processo aberto por Cuba era irreversível, na medida em que gerava um modelo para a América Latina, por meio do emprego de uma *força móvel estratégica*, núcleo do exército popular e do Estado socialista.⁵⁵ Tal como sistematizado por Guevara, o campo seria o grande palco da guerra de guerrilhas. Com as publicações de Che Guevara, dos discursos e escritos de Fidel Castro e os textos de Régis Debray, nascia na América Latina, segundo Jean Sales, uma nova corrente revolucionária: o castro-guevarismo.⁵⁶

Usamos a expressão castro-guevarismo como o conjunto de ideias oriundas de escritos de Che Guevara e discursos de Fidel Castro, que foram sistematizadas por Régis Debray em seu livro 'Revolução na Revolução'. Em resumo, tratava-se de mostrar que a luta armada, através da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos sessenta para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pelos marxistas.⁵⁷

É importante ressaltar, contudo, que a centralidade da Revolução Cubana para a compreensão da constituição da identidade política dos grupos armados que vão surgir na América Latina merece ser objeto de análise mais cuidadosa. O historiador Jean Rodrigues Sales, já mencionado nesse trabalho, chama atenção para o alinhamento das organizações comunistas brasileiras e os centros revolucionários internacionais, com

⁵⁵ BARÃO, Carlos Alberto, *Op. cit.*, p.277

⁵⁶ O castro-guevarismo de Marighella é claramente crítico das concepções formuladas por Debray, o que se verifica mesmo na exclusão de *Revolução na revolução* da relação de leituras recomendadas no *Pequeno Manual do guerrilheiro urbano*. Nessa relação aparecem apenas três textos de Guevara e quatro textos da ALN.

⁵⁷ SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 46.

destaque para URSS, China e Cuba. O argumento sustentado por Sales indica que a influência desses modelos é evidente, no entanto, esse fator por si só não explica os projetos políticos adotados pela esquerda brasileira, sobretudo nos anos 1960. O autor fez um mapeamento exaustivo do modo como o modelo cubano foi alvo de crítica e debate não apenas entre os grupos armados, mas inclusive entre o PC e PC do B. O resultado é uma análise que privilegia as contradições internas desses agrupamentos, ao mesmo tempo em que desmistifica a experiência cubana.

Esse ponto é importante porque, com alguma frequência, ao analisarmos o desenvolvimento teórico e prático da experiência cubana, o enfoque do *castro-guevarismo* é privilegiado em detrimento de outras abordagens que também buscam compreender o que teria sido a Revolução Cubana e seus desdobramentos.⁵⁸ Nesse sentido, num momento em que setores da esquerda se alinhavam, a seu modo, às teses defendidas por Castro, Guevara e Debray, intelectuais de diferentes correntes ideológicas se debruçaram sobre os acontecimentos em Cuba a partir da reinterpretação de alguns pressupostos que tinham definido até então as análises sobre o processo revolucionário cubano.⁵⁹

Em 1967, Vânia Bambirra, cientista política, militante da Polop e uma das fundadoras da vertente marxista da Teoria da Dependência, sistematizou sua primeira crítica à teoria do foco com a publicação do artigo *Los errores de la teoria del foco*. Em 1973, vivendo o exílio no Chile durante o governo da Unidade Popular, Bambirra trouxe à tona um estudo questionando de modo mais contundente os principais enfoques teóricos sobre a experiência cubana. Intitulado *A revolução cubana: uma reinterpretação*⁶⁰, o objetivo da autora nesse livro é propor nova abordagem para o caso cubano ao pontuar a importância da resistência nos centros urbanos para o sucesso da luta revolucionária. Para Bambirra, a experiência cubana é equivocadamente analisada quando a centralidade recai no predomínio de apenas uma forma de luta, nesse caso, o

⁵⁸ O historiador Eric Hobsbawm também vai figurar como uma das vozes dissidentes à clássica narrativa da Revolução Cubana. Segundo ele, durante a década de 1960 foram poucas as produções realmente significativas sobre aquela experiência. HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución**: a era das utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵⁹ Obras produzidas fora do Brasil que fazem uma leitura crítica do castro-guevarismo, ver: GOTT, Richard. **Guerrilla movements in Latin America**. Seagull Books, 2008; VEGA, Louis Mercier. **Guerrillas in Latin America**: the technique of the Counter-State. Praeger, 1969.

⁶⁰ BAMBIRRA, Vânia. **A revolução cubana**: uma reinterpretação. Brasil: Ed. Centelha, 1973.

foquismo. Além disso, coloca em evidência a existência de duas etapas no processo revolucionário: democrática e socialista, evidenciando a importância da fase democrática que, segundo ela, é comumente negligenciada. Todas essas questões, na sua visão, acabaram por obliterar o papel histórico da pequena-burguesia nesse processo.⁶¹

1.3 - “*What are we doing about guerrilla warfare?*”⁶²: a ingerência dos Estados Unidos na América Latina e o desenvolvimento da Doutrina de Contrainsurgência durante a Guerra Fria

The Castro regime is a thorn in the flesh; but it is not a dagger in the heart. William Fulbright, 30 de março de 1961.

Em seu discurso de posse, em 20 de Janeiro de 1961, o presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy teria afirmado que estava disposto a “pagar qualquer preço, suportar qualquer encargo, enfrentar qualquer dificuldade, apoiar qualquer amigo, opor-se a qualquer inimigo, para assegurar a sobrevivência e o sucesso da liberdade”.⁶³ Para Kennedy, nenhum esforço deveria ser poupado na defesa do chamado *mundo livre*. A experiência da Revolução Cubana e seus desdobramentos⁶⁴ teria chamado atenção do governo norte-americano para a infiltração cada vez maior do ideário comunista na América Latina. Em 3 de Abril daquele mesmo ano, o Departamento de Estado dos

⁶¹ *Idem*, p. 36.

⁶² Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/JFK/JFK-in-History/The-Cold-War.aspx> Acesso em: 20 abr. 2018.

⁶³ Tradução nossa. No original: “Pay any price, bear any burden, meet any hardship, support any friend, oppose any foe to assure the survival and success of liberty”.

⁶⁴ Outros episódios envolvendo Cuba ocorreram no início dos anos 1960: a fracassada invasão, pelos EUA, da Baía dos Porcos, em 1961, e a Crise dos Mísseis, em 1962.

EUA publicou um panfleto de 36 páginas intitulado “Cuba”. Esse estudo sobre a situação na ilha e o futuro do continente não foi, nem de longe, escrito à revelia do presidente ou elaborado para ser compartilhado apenas entre os integrantes do alto escalão do governo. Houve, de fato, um esforço de distribuição maciça do mesmo nos postos diplomáticos na América Latina e também na imprensa.

O conteúdo presente em “Cuba” é sofisticado justamente porque menciona a ideia de um “assalto do hemisfério e a transformação de Cuba em um satélite da União Soviética”, conclama o povo cubano a romper os laços com o movimento comunista internacional com o objetivo de assegurar a dignidade da “Revolução Cubana original”. Ou seja, a retórica construída informa que o problema não estava exatamente na derrubada do governo Batista e a instauração de um regime revolucionário, mas sim na traição de Fidel Castro aos ideais de liberdade, já que:

“Não está claro se Castro pretendia, desde o início, trair suas promessas de uma Cuba livre e democrática, entregar seu país ao bloco sino-soviético e montar um ataque ao sistema interamericano; ou se ele fez suas promessas originais com toda a sinceridade, mas, ao assumir suas novas responsabilidades, viu-se cada vez mais dependente de homens impiedosos a sua volta, com ideias claras e a organização disciplinada para levar essas ideias à prática. O importante não é o motivo, mas o resultado. O primeiro resultado foi a instauração de uma ditadura repressiva em Cuba. A existência de um regime dedicado a um ataque assim calculado às decências humanas seria por si só uma razão suficiente para uma preocupação intensa dentro do hemisfério. Nos últimos anos, a família americana das nações tem se movido firmemente na conclusão de que a segurança e o bem-estar de todas as repúblicas americanas serão melhor protegidas pelo estabelecimento e garantia dentro de cada república daquilo que a Carta da OEA chama de “direitos essenciais do homem” (...) Pois a liberdade é o destino comum do nosso hemisfério – liberdade da tirania doméstica e da intervenção estrangeira, da fome e da pobreza e do analfabetismo, liberdade para cada pessoa e nação nas Américas para realizar as grandes potencialidades da vida no século XX”.⁶⁵

⁶⁵ Tradução nossa. No original: “It is not clear whether Castro intended from the start to betray his pledges of a free and democratic Cuba, to deliver his country to the Sino-soviet bloc and to mount an attack on the interamerican system; or whether he made his original pledges in all sincerity but, on assuming his new responsibilities, found himself increasingly dependent on ruthless men around him with clear ideas and the disciplined organization to carry those ideas into action. What is important is not the motive but the result. The first result has been the institution of a repressive dictatorship in Cuba. The existence of a regime dedicated to so calculated an attack on human decencies would by itself be a sufficient occasion for intense concern within the hemisphere. In recent years the American family of nations has moved steadily toward the conclusion that the safety and welfare of all the American republics will be best protected by the establishment and guarantee within each republic of what the OAS

O impedimento do surgimento de *novos Castros* e *novas Cubas* estava na ordem do dia na agenda do novo presidente. O enfoque deveria estar no desenvolvimento econômico, progresso social e democracia dos países periféricos, com especial atenção para os países latino-americanos.⁶⁶ O resultado geral desse processo, essa batalha entre a *liberdade* e a *tiranía*, foi um plano de ação com o objetivo de criar um novo programa de ajuda externa. Assim, em agosto de 1961, o Conselho Econômico e Social da OEA (Organização dos Estados Americanos), convocou os representantes de 22 países e Estados Unidos, com exceção de Cuba, para uma reunião que teve lugar na cidade de Punta Del Este, Uruguai. O objetivo do encontro estava assentado na urgência de uma necessária união interamericana visando o desenvolvimento social da região, com apoio do governo norte-americano. A assinatura da Carta de Punta del Este naquele momento lançava oficialmente a *Aliança para o Progresso*, um ousado programa de cooperação destinado ao desenvolvimento econômico e social da América Latina e à tentativa de conter o avanço do comunismo da região.

Com efeito, a abordagem do novo presidente carregava consigo diferenças de estilo em relação ao seu predecessor, o republicano Dwight D. Eisenhower. Segundo João Roberto Martins Filho, “na política externa de Kennedy transparecem os princípios básicos da cultura da Guerra Fria. Tudo que se relacionava a Kennedy parecia novo: o “Grande Projeto” europeu, a “Nova África”, a “Aliança para o Progresso”, a “Resposta Flexível”, a “Guerra Especial” ou a “Contra-Insurreição”.⁶⁷ Kennedy sabia que estava diante de um desafio novo: na luta contra o comunismo, o apoio social tornara-se peça

Charter calls "the essential rights of man" [...] For freedom is the common destiny of our hemisphere - freedom from domestic tyranny and foreign intervention, from hunger and poverty and illiteracy, freedom for each person and nation in the Americas to realize the high potentialities of life in the twentieth century". Disponível em: <https://jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/AMSPP-WH06-009.aspx> Acessado em: 14 jul 2018.

⁶⁶ SCHLESINGER, Arthur. **Mil Dias – John Fitzgerald na Casa Branca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 190.

⁶⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. “Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição”. **Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, n. 12, 1999, p. 67.

fundamental. Não à toa, a criação de programas de ajuda externa, o *Peace of Corps*⁶⁸, entre outros.

A abordagem adotada por Kennedy apostava no discurso anticomunista e anticastrista e reiterava a preocupação com a difusão da experiência cubana para os outros países do continente. De acordo com sua visão, a insurgência era mais uma “batalha de corações e mentes” do que de armas.⁶⁹ Formulada nos marcos da Guerra Fria e da Revolução Cubana, a Aliança para o Progresso foi pensada como um instrumento de luta contra o comunismo com recursos mais sofisticados do que a simples repressão, em função de sua estreita eficácia.⁷⁰ A retórica adotada por Kennedy e seus *brain trusts* recuperava os estratégicos programas do pós-guerra como o *Point Four*⁷¹ e o Plano Marshall, aliado a um intenso esforço desenvolvimentista. Em setembro de 1961, Kennedy lançou o *National Security Action Memorandum 88 (NSAM 88)* em que discutia a importância da capacitação das forças militares dos países latino-americanos⁷² que deveriam atuar na luta contra o comunismo.

Gostaria de ouvir de você quais são os passos que nós estamos dando para treinar as forças armadas da América Latina para controlar tumultos, guerrilhas, etc. Além disso, como os eventos da semana demonstraram no Brasil, os militares ocupam uma posição estratégica extremamente importante na América Latina. Eu quero saber quantos

⁶⁸ Sobre os Corpos da Paz, ver: AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América – Os Corpos da Paz no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

⁶⁹ SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru/SP: EDUSC, 2000, p. 393.

⁷⁰ CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria cultural: o pós-guerra e releitura**. São Paulo: Intermeios, 2017, p. 88.

⁷¹ De acordo com Martha Huggins: “Segundo a lógica do Ponto Quatro, se um país se tornasse economicamente autossuficiente, mediante assistência técnica de consultores anticomunistas, tornar-se-ia capaz de se proteger contra a subversão comunista (...). Em outras palavras, a ‘ameaça’ da Guerra Fria exigia novas medidas para proteger do comunismo a América Latina e outras regiões do mundo”. HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos – América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 88.

⁷² “Na escola de “guerra psicológica”, sediada em Fort-Bragg, desde 1962 é ministrado aos latino-americanos um curso de 18 horas “O comunismo e a propaganda comunista”. São submetidos a uma doutrinação anticomunista particularmente intensa os representantes de todos os tipos de Forças Armadas dos países latino-americanos que fazem cursos ou passam por estágios nas 14 bases militares dos EUA na zona do canal do Panamá. O mais importante desses centros é o Centro de Instrução Militar dos EUA em Fort-Goolik, transformado em 1963 na Escola das Américas”. KATCHATUROV, Karen Armenovitch. **A expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 221.

oficiais nós estamos trazendo da América Latina para treinar aqui e o que nós podemos fazer para aumentar seu número.⁷³

Sobretudo na década de 1960, a ascensão e consolidação da Doutrina de Contrainsurgência (COI) estiveram diretamente relacionadas aos acontecimentos em Cuba e a seus desdobramentos. O início da Guerra Fria, o “espírito de missão” e a retórica de contenção dos ideais comunistas levaram os Estados Unidos a empreenderem uma verdadeira batalha contra a insurgência, através da mobilização de recursos materiais e humanos. Em janeiro de 1962, criou o *Special Group on Counterinsurgency* que incluía o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado e a CIA.

Mesmo que o estabelecimento de políticas para o enfrentamento de movimentos insurgentes não fosse exatamente uma novidade no mundo, a elaboração de um arcabouço teórico para enfrentar a *subversão*, por parte do Departamento de Estado, sofreu forte influência dos manuais franceses de luta contra a independência da Argélia. Segundo abordagem de Roger Trinquier, um dos principais teóricos da Doutrina de Contrainsurgência na França, “na moderna guerra de guerrilha, o inimigo é mais difícil de identificar”⁷⁴ justamente porque as fronteiras são mais ideológicas do que físicas. Trinquier partia da premissa que esse inimigo interno poderia estar em toda parte, de modo que o estabelecimento de uma rede de informações juntamente com o controle da população seriam estratégias fundamentais nesse processo.

No caso norte-americano, a política formulada por Kennedy e seus *policymakers*, estava assentada, assim como na experiência francesa, na noção de que a guerra de guerrilhas não era uma guerra convencional. As estratégias de ingerência na América Latina para lidar com focos de agitação social que poderiam desestabilizar a região deveriam ser repensadas. Em outras palavras, era preciso encontrar um modo de enfrentar a infiltração das ideias comunistas sem fazer uso necessariamente de armas. Não à toa, Kennedy exigia que o Exército desenvolvesse “um novo tipo de estratégia;

⁷³ National Security Action Memorandum 88(NSAM 88). Washington, September 5, 1961. U.S. DEPARTMENT OF STATE. *FRUS*, 1961-1963. vol. XII, American Republics. Washington, D.C., 1996. p. 180.

⁷⁴ TRINQUIER, Roger. **Modern Warfare: a French view of counterinsurgency**. Pall Mall Press, 1961.

um tipo diferente de força e conseqüentemente um novo e diferente tipo de treinamento militar”⁷⁵ para enfrentar o que ele considerava ser a ameaça do dia.

No âmbito interno, o presidente Kennedy contou principalmente com as análises do conselheiro de seu governo: o economista Walt Rostow e sua teoria dos estágios de crescimento econômico. Em seu livro mais conhecido *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*⁷⁶, publicado em 1960, Rostow argumenta que o desenvolvimento econômico ocorre segundo um determinado conjunto de etapas. Em sua visão, o papel da contrainsurgência era justamente proteger o processo evolutivo de desenvolvimento dos países cujas economias encontravam-se instáveis em função da infiltração comunista.

Como em qualquer luta armada, o sucesso da contrainsurgência requer uma apreciação completa das forças, fraquezas e objetivos do adversário. Na contrainsurgência, no entanto, a oposição provavelmente será muito mais elusiva e opaca do que nos conflitos convencionais entre Estados-nação. As insurgências, particularmente em seus estágios de formação, são por natureza movimentos subterrâneos cujos membros "se escondem à vista" ao viver, treinar e operar entre uma população civil mais ampla. Sem uniformes para identificá-los e com muito esforço despendido para permanecer clandestino, é improvável que os quadros, líderes e membros de apoio de uma insurgência apresentem alvos óbvios de inteligência e vigilância.⁷⁷

Nesse sentido, um dos campos contemplados por investimentos oriundos do governo norte-americano é justamente o estudo sistemático das guerras de guerrilhas e o

⁷⁵ Tradução nossa. No original: “a wholly new kind of strategy; a wholly different kind of force and therefore a new and different kind of military training”. KAUFFMAN, Andrew. “On ‘Wars of National Liberation’”, *Military Review*, n. 48, 1968 p. 33.

⁷⁶ ROSTOW, Walt. *The Stages of Economic Growth; a Non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press, 1960.

⁷⁷ Tradução nossa. No original: “As in any armed struggle, success in counterinsurgency requires a full appreciation of the adversary's strengths, weakness, and goals. In counterinsurgency, however, the opposition is likely to be far more elusive and opaque than it is in conventional conflicts between nation-states. Insurgencies, particularly in their formative stages, are by nature subterranean movements whose members 'hide in plain sight' by living, training, and operating among a wider civilian population. With no uniforms to identify them and with much effort expended to remain clandestine, the cadres, leaders, and support members of an insurgency are unlikely to present obvious targets for intelligence and surveillance”. VICK, Alan J; GRISSOM, Adam; ROSENAU, William; GRILL, Beth; MUELLER, Karl P. “The Challenge of Counterinsurgency: lessons from the Cold War and After”. In: *Air Power in the New Counterinsurgency Era*. Rand Corporation, 2006, p. 32.

desenvolvimento de estratégias para combatê-las. Esse tipo de ação foi minuciosamente mapeada em manuais de contrainsurgência produzidos pelos Estados Unidos. Com efeito, tais manuais de combate às guerras de guerrilhas não eram novidade entre as publicações do Departamento do Exército dos Estados Unidos (DEEU), mas ganharam um inegável centralidade e importância depois da Revolução Cubana. David Galula, intelectual e oficial militar do exército francês, teve papel central para o desenvolvimento da teoria e prática da política de contrainsurgência nos Estados Unidos. Galula teve presença ativa no Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Harvard, além de ter ministrado uma série de cursos em escolas militares naquele país.⁷⁸ No seu livro *Counterinsurgency warfare: theory and practice*, ele destaca algumas ideias presentes nesses manuais:

Concentre forças armadas suficientes para destruir ou para expulsar o corpo principal dos insurgentes armados; despache para a área tropas suficientes para se oporem ao retorno do insurgente com força, instale essas tropas em aldeias, vilarejos e cidades onde a população vive; estabeleça contato com a população, controle seus movimentos de modo a cortar ligações com as guerrilhas; destrua as organizações políticas dos insurgentes locais; estabeleça, por meio de eleições, novas autoridades locais; teste essas autoridades ao ordená-las várias tarefas concretas. Substitua os fracos e incompetentes e dê total apoio para os líderes ativos. Organize unidades de auto-defesa; agrupe e eduque os líderes num movimento político nacional; vença ou suprima os últimos insurgentes remanescentes.⁷⁹

O governo norte-americano ao incorporar distintas abordagens na formulação da sua estratégia, buscava deixar claro quais deveriam ser os métodos no combate aos movimentos guerrilheiros num continente que nunca saiu da sua órbita. A natureza da guerrilha e da contraguerrilha foi sistematicamente estudada e mapeada nesses manuais. O foco naquele momento era impulsionar a constituição de governos locais fortes, ao mesmo tempo em que havia a preocupação em eliminar a formação de possíveis focos guerrilheiros e a influência do movimento comunista internacional. A leitura desses

⁷⁸ Cf. MARLOWE, Ann. **David Galula: his life and intellectual context**. Carlisle. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2010, p. 48-9. Disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/PUB1016.pdf> Acesso: 15 maio 2018.

⁷⁹ GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. Praeger Security International. 1964, pp. 55-6.

manuais traz à tona o aprimoramento de uma lógica mais sofisticada para combater o terror, a partir do estudo de noções como preparação ideológica, estratégia, infiltração, inteligência, propaganda e controle.

Em maio de 1961, o Exército publicou sua primeira análise sistematizada sobre como atuar nessa conjuntura. Denominado *FM 31-15 – Operations Against Irregular Forces*, elenca quatro medidas a serem tomadas com o objetivo de eliminar os dissidentes, além de prevenir o surgimento de novos movimentos guerrilheiros. Em primeiro lugar, destaca-se que os governos autoritários deveriam receber capacitação profissional com o objetivo de criar um efetivo sistema de inteligência; em segundo lugar, o Exército deveria trabalhar com o objetivo de separar a população das influências internas e externas; em seguida, a guerrilha deveria ser destruída via força militar; por fim, o governo deveria elaborar estratégias de propaganda anticomunista com o objetivo de reconquistar a população civil. Nesse manual, e em outros⁸⁰, temos a construção de uma retórica que trabalha constantemente com a noção do uso do terror como marca essencial dos grupos guerrilheiros, através da descrição das táticas de guerrilha como a tomada de reféns (os casos envolvendo sequestros de representantes diplomáticos, por exemplo), assaltos a bancos, falsificação de documentos, etc:

[...] Terrorismo por assassinato, bombardeio, assalto à mão armada, tortura, mutilação e sequestro; provocação de incidentes, represálias e detenção de reféns; atividades de negação, tais como incêndio criminoso, inundação, demolição, usos de agentes químicos ou biológicos, ou outros atos destinados a impedir o uso de uma instalação, área, produto ou facilidade.⁸¹

A construção da argumentação presente nesses manuais encontrava respaldo justamente na ideia que o *mundo livre*, representado pelos Estados Unidos, estava em

⁸⁰ Entre os manuais produzidos pelo Departamento do Exército, temos: *Operations Against Irregular Forces*, maio de 1961; *Counter guerrilla Operations*, maio de 1970; *Counterinsurgency Operations*, outubro de 2004; *Counterinsurgency*, dezembro de 2006; *Army Special Operations Forces Unconventional Warfare*, setembro de 2008; *Tactics in Counterinsurgency*, abril de 2009.

⁸¹ Tradução nossa. No original: “terrorism by assassination, bombing, armed robbery, torture, mutilation and kidnapping; provocation of incidents, reprisals, and holding of hostages; and denial activities, such as arson, flooding, demolition, use of chemical or biological agents, or other acts designed to prevent use of an installation, area, product, or facility”. U.S. Department of the Army, **Operations Against Irregular Forces**, *FM 31-15* (May 1961), p. 6-7.

risco. O discurso devidamente trabalhado informava que a contrainsurgência era uma solução para um problema maior a ser enfrentado: o terror considerado intrínseco ao sistema comunista. Assim, a noção do “terror utilitário”⁸² foi sistematicamente empregada para justificar a necessidade da utilização dos mesmos “métodos sujos” atribuídos aos grupos guerrilheiros.

As revistas militares publicadas nos Estados Unidos, especialmente a *Military Review*, também foram fundamentais nessa tentativa de entender e lidar com a guerra não-convencional. Em muitos textos publicados nessa revista, embora a questão do uso da força militar pelo governo norte-americano fosse enfatizada, havia a noção de que o sucesso da contrainsurgência dependia do controle da sociedade civil em sua batalha contra os guerrilheiros. Essa ideia estava presente também em trabalhos produzidos por grupos ligados diretamente ao presidente dos EUA. Em agosto de 1962, um documento intitulado “Política de defesa interna no exterior dos EUA”⁸³, produzido conjuntamente pelo Departamento de Estado, Departamento de Defesa e CIA, assinalava o seguinte:

A insurgência está fundamentada nas lealdades e atitudes do povo. Suas origens são domésticas e seu apoio deve continuar assim. As causas da insurgência, portanto, resultam das inadequações do governo local para retribuir ou remover insatisfações populares ou grupais. Os EUA devem sempre ter em mente que o alvo final e decisivo é o povo. A própria sociedade está em guerra e os recursos, motivos e alvos da luta são encontrados quase totalmente dentro da população local.⁸⁴

⁸² Tal abordagem foi adotada por Douglas Pike, oficial de informação do governo norte-americano durante a Guerra do Vietnã e considerado uma das principais autoridades americanas nesse assunto. Cf: PIKE, Douglas. **The Vietcong Strategy of terror**. Saigon: U.S. Information Agency, 1970.

⁸³ Esse documento foi incorporado ao National Security Action Memorandum (NSAM) 182: Counterinsurgency Doctrine, August, 24, 1962.

⁸⁴ Tradução nossa. No original: "Insurgency is grounded in the allegiances and attitudes of the people. Its origins are domestic, and its support must remain so. The causes of insurgency therefore stem from the inadequacies of the local government to requite or remove popular or group dissatisfactions. The U.S. must always keep in mind that the ultimate and decisive target is the people. Society itself is at war and the resources, motives and targets of the struggle are found almost wholly within the local population." Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKNSF-338-010.aspx> Acesso em: 14 jul. 2018.

Redefinia-se parte da política externa norte-americana para a América Latina levando em consideração o caráter particular atribuído à guerra de guerrilha e seu modo de atuação. É importante ressaltar, ainda, que se a experiência cubana foi decisiva para o estabelecimento de uma abordagem mais incisiva, o continente latino-americano nunca esteve fora da órbita de atenção dos EUA antes de 1959.

Capítulo II

A afirmação do paradigma dos Direitos Humanos e a luta contra o terror na agenda política do Pós-Guerra

A guerra, apesar de caracterizar desde tempos imemoriais, a vida internacional, é uma situação-limite. Representa a abolição, durante a sua vigência, de um dos mais antigos tabus da espécie humana – a proibição do homicídio, base do direito à vida, hoje considerado o mais intangível dos direitos humanos. Com efeito, a guerra converte a ação de matar outros seres humanos não apenas em algo permitido e legitimado, como também em algo comandado. É esta exceção ao mandamento do ‘não matarás’ que insere a guerra na agenda ética do problema do mal no mundo.⁸⁵

Na madrugada do dia 10 de dezembro de 1948, na cidade de Paris, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁸⁶ como um importante instrumento de proteção universal dos direitos humanos. É importante ressaltar que tal declaração foi aprovada sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e a tentativa de reconstrução de um mundo que surgia dos escombros. Deixara-se claro que os horrores da experiência concentracionária e dos regimes totalitários exigiria um rompimento radical com o passado. Como bem lembrou Theodor W. Adorno, em 1949: “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro”.⁸⁷

Uma nova proposta de ordem mundial trazia consigo questões de ordem ética, moral e política a serem enfrentadas: a questão dos refugiados e o seu *não-lugar* no

⁸⁵ LAFER, Celso. “A ONU e os direitos humanos”. *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 25, Setembro/Dezembro, 1995, pp. 169-185.

⁸⁶ Com 48 votos a favor, nenhum contra e oito abstenções dos seguintes países: Bielorrússia, Tchecoslováquia, Polônia, Ucrânia, União Soviética, Iugoslávia, África do Sul e Arábia Saudita.

⁸⁷ ADORNO, Theodor. *Cultural Criticism and Society*. **Prisms**. Massachusetts: MIT Press, 1997, p. 17-34.

mundo, conflitos étnicos, a reconstrução de comunidades inteiras e o enfrentamento do terror. Posicionava-se em um dos lados do que se viria a ser denominado Guerra Fria: o chamado *mundo livre* da democracia em oposição ao totalitarismo. O discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, dirigido ao Congresso norte-americano, em 1947, delimitava claramente esta posição.⁸⁸ Com uma retórica que colocava Estados Unidos e União Soviética em polos opostos, Truman dizia:

No atual momento da história mundial cada nação deve escolher entre os modos de vida opostos. A escolha não é frequentemente livre. Um modo de vida baseia-se na vontade da maioria e se caracteriza por instituições livres, governo representativo com eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de expressão e de religião, e pela supressão das formas de opressão política. Uma outra forma de vida baseia-se na vontade de uma minoria imposta à força à maioria. Ela se apoia no terror e na opressão, no controle da imprensa e do rádio, em eleições manipuladas e na supressão das liberdades individuais. Acredito que a política dos Estados Unidos deve ser de apoiar os povos livres que estão resistindo a subjugação por minorias armadas ou por pressões exteriores. Acredito que nossa ajuda deve ser primeiramente através da estabilidade econômica e da ordenação do processo político.⁸⁹

De um lado, a tentativa de promoção da liberdade e dos valores democráticos. Do outro, o totalitarismo. Naquele momento, o governo norte-americano agia de

⁸⁸ Ainda em 1947, o presidente Harry Truman assinou o *National Security Act (NSA)*. O *National Security Act* fortaleceu o papel das instituições militares reunindo o Departamento da Marinha e o Departamento de Guerra no recém-criado Departamento de Defesa. Além disso, criou o *National Security Council (CSN)* que atuaria coordenando o crescente fluxo de informações diplomáticas e de inteligência com o objetivo de assessorar o presidente. Destaca-se, ainda, a criação da *Central Intelligence Agency (CIA)* que atuou, durante os anos da Guerra Fria, não apenas como uma agência de inteligência, mas diretamente em operações secretas e no financiamento de intelectuais de centro e esquerda. Ver: CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural: o pós-Guerra em releitura**. São Paulo: Intermeios, 2017; SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. São Paulo: Record, 2008.

⁸⁹ Tradução nossa. No original: “At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life. The choice is too often not a free one. One way of life is based upon the will of the majority, and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio, fixed elections, and the suppression of personal freedoms. I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures. I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumantrumandoctrine.-html>. Acessado em: 20 nov. 2018.

maneira assertiva com o objetivo de conter o expansionismo soviético. As análises de seis intelectuais – Dean Acheson, Charles E. Bohlen, W. Averell Harriman, George F. Kennan, Robert A. Lovett e John J. McCloy –, foram fundamentais na construção da política do governo dos Estados Unidos para a União Soviética durante a Guerra Fria. Posteriormente conhecidos como “os homens sábios”⁹⁰, esse grupo atuou assessorando presidentes como Harry Truman no desenvolvimento de sua política externa. Além disso, são considerados arquitetos políticos da Doutrina Truman, Plano Marshall, OTAN e Banco Mundial. George Kennan, diplomata e profundo conhecedor da política soviética, é tido como um dos principais articuladores da Doutrina de Contenção, que visava impedir o expansionismo da URSS nos anos iniciais da Guerra Fria. Em fevereiro de 1946, Kennan teria enviado, a pedido do Departamento de Estado, aquele que ficou conhecido como o “Longo telegrama”⁹¹ no qual argumentava que o expansionismo soviético precisava ser contido em regiões consideradas estratégicas para os Estados Unidos. Kennan enfatizava, ainda, que não considerava viável uma coexistência pacífica entre comunismo e capitalismo, na medida em que o modelo de política externa pensado por EUA e URSS eram irreconciliáveis.⁹²

Arthur Schlesinger, intelectual influente nos círculos do governo norte-americano, considerava nessa luta contra o totalitarismo o papel fundamental da esquerda não-comunista. Em 1948, Schlesinger publicaria no jornal *The New York Times* um manifesto intitulado “*Not Left, Not Right, but a Vital Center*”. Como o próprio título sugere, o objetivo do autor era chamar atenção para o centro vital que seria a articulação de uma Terceira Força na luta contra os regimes totalitários. Ou seja, “a ascensão do fascismo e do comunismo ilustrou vividamente as falácias da concepção

⁹⁰ ISAACSON, Walter; THOMAS, Evan. **The Wise Men: Six Friends and the World they made**. Nova York: Simon & Schuster, 1986.

⁹¹ KENNAN, George. Telegrama. 861.00/2 - 2246. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/coldwar/-documents/episode-1/kennan.htm>. Acessado em: 20 nov. 2018.

⁹² Em julho de 1947, ou seja, um ano depois da publicação do “Longo telegrama”, Kennan publicou na revista *Foreign Affairs*, sob o pseudônimo “X”, o artigo “The Sources of Soviet Conduct”. KENNAN, G./X. The Sources of Soviet Conduct, **Foreign Affairs**, vol. 25, no. 4, 1975. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em 20 nov. 2018.

linear da direita e da esquerda”.⁹³ A concepção desse importante intelectual liberal é fundamental para compreendermos não apenas o fenômeno do totalitarismo, mas, sobretudo, como ele ganha destaque na política e nos meios acadêmicos nos anos 1950. Naquele momento, pensadores de distintas posturas ideológicas se debruçaram com o objetivo de compreender essa forma de governo baseada na dominação total onde a humanidade tornou-se absolutamente supérflua e descartável.

Na concepção de Hannah Arendt, nazismo e stalinismo estavam assentados em um rompimento da ética e da moralidade, pois “o perigo é que as soluções totalitárias possam sobreviver ao fim dos regimes totalitários, toda vez que parecer impossível aliviar a miséria, política, social ou econômica, de um modo digno do homem”.⁹⁴ De modo que, para ela, a preocupação em relação à extensão dos governos totalitários na vida contemporânea dizia respeito não apenas à questão judaica, mas a todos os povos. A negação da ação promovida pelos regimes totalitários colocaria em risco a própria condição humana.

Arendt estava interessada em não banalizar o conceito de totalitarismo e muito menos a herança deixada por ele na conjuntura do pós-Guerra. Em sua visão, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, não assegurava em nenhuma medida a premissa do *direito a ter direitos*. As novas configurações territoriais surgidas com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento dos apátridas teriam gerado uma sensação de não-pertencimento ao mundo, mas, sobretudo, a completa privação de cidadania, a falência da política e, em última instância, a vitória do *animal laborans*⁹⁵, em detrimento do homem político. Essa ausência de pertencimento, ou seja, essa impossibilidade de *sentir-se em casa no mundo* significa,

⁹³ Tradução nossa. No original: “The rise of fascism and communism illustrated vividly the fallacies of the linear conception of the Right and Left”. SCHLESINGER, Arthur. *Not left, Not Right, but a Vital Center*. *New York Times*, 04/04/1948

⁹⁴ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 511.

⁹⁵ O termo *animal laborans* perpassa de maneira decisiva a obra de Hannah Arendt. Esse conceito surge pela primeira vez no texto “Ideologia e terror”, publicado no ano de 1953, e posteriormente na segunda edição do livro “A origem do totalitarismo” e na obra “A condição humana”, ambos em 1958. Ver: CORREIA, Adriano. “Quem é o *animal laborans* de Hannah Arendt?”. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.

na visão arendtiana, “uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter”.⁹⁶

Também naquela década, em 1956, temos a publicação do livro *Totalitarian Dictatorship and autocracy*, do intelectual alemão Carl J. Friedrich e do cientista político Zbigniew Brzezinski. Nessa obra, esses dois autores compreendem e definem o fenômeno totalitário a partir de seis pontos considerados fundamentais: i) a presença de uma ideologia comum para todos; ii) a existência de um partido único; iii) a conformação do terror; iv) o controle total dos meios de comunicação de massa; v) o monopólio das armas; vi) vigilância da economia.⁹⁷ Evidencia-se assim a essência negativa dos regimes totalitários.

No combate ao totalitarismo, o anticomunismo tornou-se a ideologia cuja retórica informava o que precisava ser combatido. O discurso estava centrado na defesa dos direitos e da tradição política liberal e cristã. A elevação da bandeira dos Direitos Humanos, nesse sentido, apontava como contrária ao regime soviético e às ideias comunistas, sendo preciso levar em consideração que a história de *como* e *quando* o tema dos direitos humanos de fato se fez presente no debate político internacional não seja objeto de consenso entre os estudiosos do assunto.

A historiadora norte-americana Lynn Hunt, por exemplo, busca na experiência das revoluções do século XVIII a emergência da discussão sobre os direitos humanos na contemporaneidade.⁹⁸ Na visão de pesquisadores como o historiador Samuel Moyn, não parece restar dúvidas, de que a década de 1970 foi a grande destinatária da bandeira dos direitos humanos numa conjuntura marcada por conflitos civis e golpes militares em diversas partes do mundo. De acordo com Moyn, entre o início da Guerra Fria e o desenvolvimento de uma ampla rede de contestação à Guerra do Vietnã, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, a pauta dos direitos humanos foi absolutamente periférica para a política externa dos Estados Unidos,

Na história real, os direitos humanos eram periféricos tanto para a retórica da guerra quanto para a reconstrução do pós-guerra, o que não é central para o seu resultado. Ao contrário dos pressupostos

⁹⁶ ARENDT, Hannah. *Op. Cit.*, p. 527.

⁹⁷ FRIEDRICH, Carl J., Brzezinski, Zbigniew. *Totalitarian Dictatorship and autocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1956, pp. 230-1.

⁹⁸ HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

convencionais, não havia uma consciência generalizada do Holocausto no pós-guerra, portanto os direitos humanos não poderiam ter sido uma resposta para isso. Mais importante, nenhum movimento internacional de direitos surgiu na época. Essa história alternativa é forçada, portanto, a assumir como seu principal desafio compreender porque não foi em meados da década de 1940, mas em meados da década de 1970 que os direitos humanos definiram as esperanças das pessoas para o futuro como a base de um movimento internacional e uma utopia do direito internacional.⁹⁹

Apesar de não concordar com a prerrogativa de que o conceito de direitos humanos tem origem com o fim da Segunda Guerra Mundial como uma resposta aos horrores provocados pelo Holocausto, Moyn reconhece o papel crucial dos direitos humanos para a civilização ocidental em contraste com os ideais totalitários.¹⁰⁰ De acordo com sua visão, quanto mais um Estado é democrático, menos ele fica vulnerável aos riscos e abusos do totalitarismo.¹⁰¹ Os trabalhos de Reinold Niebuhr, entretanto, apontam em outra direção. A defesa dos Direitos Humanos foram fundamentais neste combate ao totalitarismo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos exerceu papel fundamental na proteção dos direitos humanos como um componente importante de sua política externa. A promoção da democracia como valor universal e a defesa do *mundo livre* naquele momento funcionariam não apenas como um dispositivo moral, mas também como um modo de preservar e garantir a segurança nacional. A nomeação de Eleanor Roosevelt para a Comissão de Direitos Humanos da ONU colocava em primeiro plano a preocupação com esse tema.

A defesa cristã dos direitos humanos chamava atenção para a necessária proteção dos indivíduos contra o poder arbitrário do Estado, além de destacar o risco

⁹⁹Tradução nossa. No original: “In real history, human rights were peripheral to both wartime rethoric and postwar reconstruction, not central to their outcome. Contrary to conventional assumptions, there was no widespread Holocaust consciousness in the postwar era, so human rights could not have been a response to it. More important, no international rights movement emerged at the time. This alternative history is forced, therefore, to take as its main challenge understanding why it was not in the middle of the 1940s but in the middle of the 1970s that human rights came to define people’s hopes for the future as the foundation of an international movement and a utopia of international law”. MOYN, Samuel. **The Last Utopia: Human Rights in History**. Cambridge, Massachusetts, Londres. The Belknap Press of Harvard University Press, 2010, p. 7.

¹⁰⁰ MOYN, Samuel. “The First Historian of Human Rights”. **The American Historical Review**, v. 116, n. 1, pp. 58-79, 2011.

¹⁰¹ *Idem*.

ético e moral da perda dessa dimensão. Num compromisso que não era meramente retórico ou ingênuo os *policymakers* buscavam, na verdade, uma estratégia política para a manutenção da ordem mundial assentada na moralidade como um dos principais pilares. O pensamento do teólogo da Guerra Fria, Reinhold Niebuhr, a quem já nos referimos, foi fundamental nas discussões acerca da configuração do sistema internacional no pós-Guerra num mundo permeado por constantes modificações e incertezas. De acordo com o cientista político Vasco Rato:

A preferência moral de Niebuhr pela democracia resulta da observação de que as sociedades democráticas se encontram melhor preparadas para lidarem com os conflitos de interesse entre grupos rivais que definem a ação política cotidiana (...). Por isso, Niebuhr insiste que a separação de poderes nas sociedades democráticas é uma necessidade que impõe limites à propensão humana para pecar. Em contraponto, os estados totalitários não colocam quaisquer barreiras à ambição política, dando assim origem aos mais horrendos crimes, invariavelmente cometidos em nome da transcendência e do amor, ou seja, em prol do bem objetivo de uma classe, de uma raça ou da História. Nesta perspectiva, dir-se-á que os regimes totalitários são maléficos, e os crimes obrigatoriamente acompanham as utopias totalitárias.¹⁰²

Ao mesmo tempo em que temos aqui a noção dos direitos individuais como inerentes às democracias ocidentais e objeto de preocupação por parte da comunidade internacional, em oposição aos regimes totalitários, crimes como o sequestro diplomático são usados como exemplo que ilustram as estratégias dos grupos revolucionários e a utilização do “terrorismo” como prática política com vistas a alcançar objetivos políticos de longo alcance. No que diz respeito à Guerra Fria, nota-se uma expansão significativa dos postos diplomáticos dos EUA ao redor do mundo. Um movimento que foi acompanhado, nas décadas de 1960 e 1970, por sequestros e assassinatos de embaixadores norte-americanos não só na América Latina, mas também na África e Europa. Se na segunda metade do século XX há uma expansão considerável do corpo diplomático norte-americano ao redor do mundo (em 1940, o Departamento de Estado possuía cerca de 58 postos) em 1970, o número de corpos diplomáticos dos EUA

¹⁰² RATO, Vasco. “Um mapa para os tempos: o realismo normativo de Reinhold Niebuhr”. **Relações Internacionais**, n. 16, dezembro 2007, p. 21-36.

no exterior subiu para 117.¹⁰³ Tornar-se alvo político de estratégias revolucionárias é o que tentaremos analisar e responder a elas a seguir.

2.1 - Conceituando o inimigo: terrorismo e guerrilha

O mundo está buscando a paz. O caminho pode ser difícil e traiçoeiro, mas os homens da razão e da decência estão determinados hoje, como talvez nunca antes, a fazer o esforço. Não sejamos perturbados ou afastados por aqueles que espalhariam a anarquia pelo mundo; não procuremos nos acomodar à selvageria, mas sim agir para eliminá-la.

Richard Nixon, 27 de setembro de 1972.¹⁰⁴

No dia 25 de setembro de 1972, apenas dois dias antes da declaração acima, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, oficializava sua campanha internacional contra o terrorismo. Naquele dia, Nixon criou o *Cabinet Committee to Combat Terrorism*¹⁰⁵ numa resposta clara ao atentado ocorrido nas Olimpíadas de Munique naquele mesmo mês.¹⁰⁶ O objetivo do comitê recém-criado, e presidido pelo Secretário de Estado William P. Rogers, era reunir informações sobre o que era considerado

¹⁰³ **History of the Bureau of Diplomatic Security of the United States. Department of State.** United States: Global Publishing Solutions, 2011, p. 55.

¹⁰⁴ Tradução nossa. No original: “The world is reaching out for peace. The way may be hard and treacherous, but men of reason and decency are determined today, as perhaps never before, to make the effort. Let us not be disrupted or turned away by those who would loose anarchy upon the world; let us seek no accommodations with savagery, but rather act to eliminate it. *Statement About Action to Combat Terrorism, September 27, 1972.* Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3602>. Acesso em: 20 nov. 2018.

¹⁰⁵ Esse comitê era composto pelo Secretário de Estado, Secretário de Defesa, Secretário do Tesouro, Secretário de Transporte, o Procurador-Geral, o Diretor da CIA, o Diretor do FBI, o assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional e o embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas. “President Nixon Establishes Cabinet Committee to Combat Terrorism”. **Department of State Bulletin**, October 23, 1972, p. 475.

¹⁰⁶ No dia 5 de setembro de 1972, durante os Jogos Olímpicos de Munique, oito integrantes do grupo palestino Setembro Negro invadiram a Vila Olímpica e fizeram reféns atletas israelenses. A ação levou à morte 9 membros da delegação de Israel.

naquele momento um fenômeno de preocupação mundial: o terrorismo e a proliferação de grupos que usavam a violência com fins políticos.

Ainda que a criação desse comitê tenha sido considerada um marco, o espírito de missão contido na mensagem de Nixon não deixa dúvidas que a luta contra o terror tinha raízes mais profundas. Como vimos anteriormente, o mundo que ressurgiu no pós-Guerra numa conjuntura também marcada pelas guerras de libertação nacional e pelo direito de autodeterminação dos povos, tem na preocupação da utilização da violência, sobretudo por grupos não-estatais, um dos temas centrais da agenda política internacional.

A palavra *terrorismo* tem sido utilizada de várias maneiras para caracterizar ações e motivações políticas. Isso não significa que exista consenso acerca da definição de terrorismo como forma de luta política, do lugar ou não lugar da guerra de guerrilhas nesse debate. Para Walter Laqueur “em sua longa história, o terrorismo apareceu de muitas formas; hoje a sociedade enfrenta não apenas um terrorismo, mas muitos terrorismos”.¹⁰⁷ A tentativa de buscar uma definição mais precisa na conceituação do terrorismo pode levar por vezes o pesquisador a promover uma espécie de *idolatria das origens*¹⁰⁸. O objetivo aqui, portanto, é ressaltar a importância de historicizar o conceito de terrorismo e sua aplicação. Ainda no século XVIII, durante a Revolução Francesa, a Convenção Nacional proclamou que o “terror estava na ordem do dia”:

O propósito do Reino do terror não era destruir indivíduos, mas remanescentes do antigo sistema, e o governo revolucionário entendeu esse sistema como um que, internamente, penetrava nos corações e mentes dos indivíduos, criando propensões ou tendências que, sob circunstâncias apropriadas, poderiam torná-los perigosos para a Revolução.¹⁰⁹

¹⁰⁷ LAQUEUR, Walter. “Postmodern Terrorism: New Rules for an Old Game”. *Foreign Affairs*, September/October, 1996.

¹⁰⁸ Para Marc Bloch, a origem por si só não é suficiente para explicar um determinado fenômeno histórico. BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁰⁹ RAPOPORT, David C; ALEXANDER, Yonah. **The morality of Terrorism: Religious and Secular Justifications**. New York, Pergamon Press, 1982, p. 8.

Para o período que interessa aqui – o pós-Guerra e mais especificamente os anos 1960 -, o terrorismo pode ser compreendido em sua relação com a “*guerrilla warfare*”, a partir da ideia do uso da violência em sua estreita relação com resultados políticos. Segundo essa definição, o ato em si carrega um componente simbólico para além dos danos materiais. Segundo Eric Morris e Alan Hoe:

Terrorismo é a ameaça ou uso da violência extraordinária para fins políticos. Tais atos, contudo, são simbólicos mais do que instrumentais e são praticados mais para efeitos psicológicos do que materiais. É esse aspecto do conteúdo psicológico que constitui a chave para entender o terrorismo nos dias de hoje. A propaganda armada da violência é um ‘teatro’ para o terrorista, onde o alvo é a audiência, atingida por intermédio dos meios de comunicação social. Nesse contexto, a vítima simplesmente torna-se um símbolo.¹¹⁰

Neste fenômeno essencialmente político, os grupos que praticam atos de violência reivindicam a autoria das ações de violência justamente porque existe uma mensagem a ser veiculada. Esta concepção do terrorismo que tem no uso da violência sua força simbólica aparecerá com frequência nos constantes relatórios produzidos pela Rand Corporation¹¹¹. Na visão de Brian Michael Jenkins, assessor da Rand e um dos mais renomados especialistas no assunto:

O terrorismo é frequentemente descrito como violência estúpida, violência sem sentido ou violência irracional. Se deixarmos de lado as ações de alguns lunáticos autênticos, o terrorismo raramente é estúpido ou irracional. Existe uma teoria do terrorismo e, muitas vezes, funciona. O terrorismo pode ser descrito como o uso de violência real ou ameaçada para ganhar atenção e criar medo e alarme, o que por sua vez fará com que as pessoas exagerem a força dos terroristas e a importância de sua causa. Como grupos que usam táticas terroristas são geralmente pequenos e fracos, a violência que praticam deve ser deliberadamente chocante. Os ataques terroristas são muitas vezes cuidadosamente coreografados para atrair a atenção

¹¹⁰ MORRIS, Eric; HOE, Alan. **Terrorism: Threat and Response**. MacMillan Press, 1987, p. 25.

¹¹¹ Desde a década de 1970, a Rand Corporation vem trabalhando na catalogação dos atos terroristas. Como resultado dessas pesquisas, temos o desenvolvimento de uma base de dados chamada “Rand Database of Worldwide Terrorism Incidents (RDWTI)” e a codificação de cerca de 40.000 incidentes ocorridos entre 1968 e 2009. O acesso à base de dados é possível através desse link: <https://www.rand.org/nsrd/projects/terrorism-incidents/download.html>. Acesso em: 10/11/2018.

da mídia eletrônica e da imprensa internacional. Apanhar e manter reféns aumenta o drama. Os reféns geralmente não significam nada para os terroristas. Terrorismo é voltado para as pessoas que assistem, não para as vítimas reais. O terrorismo é um teatro.¹¹²

Também nessa abordagem, o terrorismo é definido pela espetacularização do ato, que vai muito além do dano físico imediato. Esse dado é relevante justamente porque nos ajuda a compreender a importância da dimensão da publicização dessas ações e os efeitos psicológicos delas decorrentes. É importante destacar que, independentemente da falta de precisão na conceituação do tema, os grupos guerrilheiros que tiveram lugar nos países da América Latina na segunda metade do século XX eram considerados grupos terroristas não apenas pelas autoridades locais, mas também pela comunidade internacional.

O impacto da Revolução Cubana, a disseminação das ideias dos chamados “teóricos da revolução” e a noção de que a única saída possível para os povos do Terceiro Mundo era a luta armada encontrou eco nos diversos agrupamentos guerrilheiros que cada vez mais levantavam a bandeira da violência como legítima prática política. Além disso, havia uma forte crítica à interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países da América Latina.

No final dos anos 1960, o modelo cubano de estratégia política de guerrilha e sua ênfase na concentração da luta em áreas rurais (*foquismo*) perde cada vez mais espaço, surge uma outra: a de que o combate armado nos grandes centros urbanos poderia surtir muito mais efeito político. Com a publicação, em 1969, do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, Carlos Marighella, considerado o “inimigo número um da ditadura brasileira”, questiona a teoria do foco e a noção da subordinação da cidade ao campo através da reafirmação da importância das grandes cidades para o

¹¹² Tradução nossa. No original: "Terrorism is often described as mindless violence, senseless violence, or irrational violence. If we put aside the actions of a few authentic lunatics, terrorism is seldom mindless or irrational. There is a theory of terrorism, and it often works. Terrorism can be described as the use of actual or threatened violence to gain attention and to create fear and alarm, which in turn will cause people to exaggerate the strength of the terrorists and the importance of their cause. Since groups that use terrorist tactics are typically small and weak, the violence they practice must be deliberately shocking. Terrorist attacks are often carefully choreographed to attract the attention of the electronic media and the international press. Taking and holding hostages increases the drama. The hostages themselves often mean nothing to the terrorists. Terrorism is aimed at the people watching, not at the actual victims. Terrorism is theater." JENKINS, Brian Michael. **Rand's Research on Terrorism**. Rand Corporation California, 1977.

desenvolvimento da guerrilha. Como assinalado, a propaganda para os grupos armados era um componente fundamental e os grandes centros urbanos funcionariam como o melhor palco para o desenvolvimento das suas ações. Na visão de Brian Jenkins, da Rand Corporation, “quem se importa com um movimento de guerrilha em terras distantes? Poucos prestam atenção ao que o governo faz sobre isso. Mas um único ataque de guerrilha em uma grande cidade captura as manchetes imediatamente”.¹¹³ As cidades enquanto locais primordiais de difusão da propaganda armada tornava a ameaça desses grupos ainda mais latente. Para o cientista político David Apter, seria errôneo considerar os movimentos que utilizam a violência para fins políticos como meros grupos predispostos ao terror:

Torna-se difícil ignorar o lado heroico da violência política. Redistribuição de riqueza, teleologias morais de aperfeiçoamento humanos, doutrinas sobre como realiza-lo, isto também é inseparável da violência política. Seria difícil imaginar a evolução da democracia ou até das revoluções inglesa, francesa e americana sem esse tipo de violência.¹¹⁴

Com efeito, é muito comum o Estado atribuir a toda e qualquer ação violenta o status de terrorismo, inclusive porque acaba por conferir legitimidade a suas medidas de “contra-terrorismo”. A ideia aqui não é mensurar o componente terrorista que pode estar contido nas ações dos grupos armados nos anos 1960, mas pontuar que a discussão sobre o terrorismo contém também aspectos de ordem moral. Isso porque um ato considerado violento e, portanto, ilegítimo pelo Estado, por exemplo, pode ser justificável em outro contexto ou, dependendo, do interlocutor. Ou seja, em vários casos o debate sobre terrorismo está circunscrito a posições ideológicas e não morais objetivas.

¹¹³ Tradução nossa. No original: “Who cares about a guerrilla movement in some remote highlands? Few pay attention to what the government does about it. But a single guerrilla attack in a major city captures headlines immediately”. JENKINS, Brian Michael. **An Urban Strategy for Guerrillas and Governments**. Rand Corporation, California, 1972.

¹¹⁴ Tradução nossa. No original: “It becomes difficult to ignore the heroic side of political violence. Redistribution of wealth, moral teleologies of human perfection, doctrines on how to accomplish it, this is also inseparable from political violence. It would be difficult to imagine the evolution of democracy or even of the English, French, and American revolutions without such violence.” APTER, David E. “Political Violence in Analytical Perspective”. In: **The Legitimization of Violence**. Basingstoke: Palgrave, 1997, p. 3.

No caso desse trabalho, nos interessa compreender a narrativa construída pela comunidade internacional, com destaque para o protagonismo dos Estados Unidos, na justificativa de sua cruzada contra o terror. Nesse sentido, o enfrentamento e a negação do mundo do terror serviram como importante instrumento na tentativa do chamado *mundo livre* de reafirmar seus princípios morais e éticos. A tabela a seguir mostra a preocupação da comunidade internacional com o crescimento dos atos terroristas no mundo todo e o estabelecimento de um ordenamento jurídico que levasse em consideração a existência de diferentes alvos e a necessidade de olhar para cada um deles a partir de suas especificidades e objetivos.

Tabela 1 – Instrumentos Legais Internacionais

Ano	Instrumentos legais internacionais
1963	Convenção sobre Ofensas e certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves
1970	Convenção para a supressão da captura ilícita de aeronaves
1971	Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil
1973	Convenção para a prevenção e punição de crimes contra pessoas protegidas internacionalmente (agentes diplomáticos)
1979	Convenção internacional contra a tomada de reféns
1980	Convenção sobre a proteção física do material nuclear
1988	Protocolo para a repressão de atos ilícitos de violência nos aeroportos ao serviço da aviação civil internacional
1988	Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da navegação marítima
1988	Protocolo para a repressão de atos ilícitos contra a segurança das plataformas físicas situadas na plataforma continental
1997	Convenção internacional para a repressão de atentados terroristas
1999	Convenção internacional para a repressão do financiamento ao terrorismo
2005	Convenção internacional para a repressão de atos de terrorismo nuclear
2010	Convenção para a repressão de atos ilícitos relacionados com a aviação civil internacional

Fonte: Organização das Nações Unidas. *Office of Counter Terrorism*¹¹⁵

A partir da premissa de que o terrorismo viola todos os princípios, direitos e garantias assegurados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948¹¹⁶, as medidas criadas para o seu enfrentamento implicam a tipificação dos atos considerados terroristas e a implementação de leis e tratados internacionais. A tabela acima mostra, ainda, que as ações envolvendo o sequestro ou qualquer outra ameaça à liberdade contra diplomatas foram objeto de tratado específico criado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas: a Convenção para Prevenção e Punição de Crimes

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.un.org/en/counterterrorism/legal-instruments.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2018.

¹¹⁶ Direito à vida, liberdade e segurança pessoal (art. 3º).

contra Pessoas Internacionalmente Protegidas.¹¹⁷ A criação de um instrumento voltado exclusivamente para os crimes direcionados contra agentes diplomáticos está inserida numa conjuntura em que os sequestros de embaixadores e os ataques a embaixadas cresciam de forma vertiginosa, com destaque para a América Latina.¹¹⁸ Como veremos a seguir, essa nova modalidade de ação, que encontrou seu auge nas décadas de 1960 e 1970, violava todos os códigos relativos à proteção de uma pessoa considerada internacionalmente protegida. Nesse sentido, os ataques envolvendo diplomatas e/ou embaixadas eram considerados, por definição, exemplos de terrorismo.

2.2 - Terrorismo vs. glamour na vida de um diplomata¹¹⁹

Não existe mais uma guerra local. Não há espectadores. Não há imunidade diplomática. Terroristas definiram diplomatas como alvos "legítimos".¹²⁰

A segunda metade do século XX foi marcada pela atuação de grupos não-estatais que utilizavam a violência como ação política. No mundo, mas, sobretudo, na América Latina, ganhou especial popularidade o sequestro de representantes diplomáticos como nova modalidade de ação com o objetivo de atingir fins políticos. A ideia de que “um sequestro político é um ato de propaganda e dentro dele está um

¹¹⁷ Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/db/Terrorism/english-18-7.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

¹¹⁸ Essa convenção foi assegurada na América Latina por países como Equador, Guatemala, Nicarágua e Paraguai. O Brasil só ratificou em 1999.

¹¹⁹ *USA Today*, 10/10/1984.

¹²⁰ Tradução nossa. No original: “There is no longer any such thing as a local war. There are no bystanders. There is no diplomatic immunity. Terrorists have defined diplomats as ‘legitimate’ targets”. JENKINS, Brian Michael. **Diplomats on the front line**. Rand Corporation, California, 1982.

inerente desejo de comunicar”¹²¹ foi a principal motivação para que grupos guerrilheiros em países como Argentina, Brasil, Guatemala e Uruguai sequestrassem embaixadores com a certeza de que suas demandas seriam ouvidas.

Tradicionalmente, missões diplomáticas tem a função de conduzir as relações entre países ao atuarem na mediação de conflitos e no estabelecimento de pactos e acordos. Ainda que o objetivo dessa pesquisa não seja fazer um mapeamento detalhado do modo como se deu a necessidade do estabelecimento das relações diplomáticas ao longo da História, importa pontuar que ao mesmo tempo em que as relações entre os países foram se tornando mais estreitas, todo um arcabouço jurídico foi paulatinamente criado com o objetivo de regular esse intercâmbio de pessoas. Assim, conforme o ambiente internacional ganhava novos contornos tornou-se urgente pensar os privilégios, imunidade e, principalmente, a inviolabilidade dos agentes diplomáticos.

A partir da noção amplamente aceita de que os diplomatas encarnam a figura do representante máximo do seu país no exterior, não é possível prosseguir com a análise dos sequestros de diplomatas sem compreender a natureza da inviolabilidade diplomática e sua aplicação legal. Segundo Hugo Grotius, um dos pais fundadores do Direito Internacional:

Quase todas as páginas da história oferecem alguma observação sobre os direitos invioláveis dos embaixadores e a segurança de suas pessoas, uma segurança sancionada por cada cláusula e preceito do direito humano e revelado. Não é surpreendente que essas pessoas devam ser consideradas invioláveis, já que formam o principal elo na corrente pelo qual os soberanos e os estados independentes mantêm relacionamento entre si.¹²²

Esse direito à proteção por parte dos agentes diplomáticos era praticado e entendido inicialmente como um princípio do direito internacional consuetudinário. O

¹²¹ Tradução nossa. No original: “A political kidnapping is an act of propaganda, inherent within it is a desire to communicate. Holding a hostage guarantees that the kidnappers will be heard”. JENKINS, Brian Michael. **Talking to Terrorists**. Rand Corporation, California, 1982.

¹²² Tradução nossa. No original: “Almost every page of history offers some remark on the inviolable rights of ambassadors, and the security of their persons, a security sanctioned by every clause and precept of human and revealed law. Nor is it surprising that the persons of those should be deemed inviolable, who form the principal link in that chain, by which sovereigns and independent states maintain their intercourse with each other”. GROTIUS, H. **The Rights of War and Peace**. New York: M. Walter Dume, 1901, p. 202. Grotius viveu entre 1583 e 1645.

processo formal da criação de acordos e tratados, ou seja, a codificação dessas práticas teria ocorrido de modo gradual. O fim da Guerra dos Trinta Anos e a assinatura de um conjunto de tratados diplomáticos conhecidos como Paz de Vestfália, em 1648, trouxeram à tona uma nova configuração do sistema internacional. A partir daquele momento, temos o estabelecimento dos Estados-nações modernos cujas relações seriam pautadas nos princípios da soberania territorial, equilíbrio de poder entre os países europeus e a urgente institucionalização da diplomacia. O próximo esforço na tentativa de estabelecer pactos regulatórios que reconhecessem os direitos e privilégios dos agentes diplomáticos iria ocorrer já no século XX, mais precisamente no ano de 1928 por ocasião da realização da Sexta Conferência Pan-Americana, na cidade de Havana. Ainda que tenha representado um avanço, o acordo não garantiu completamente os privilégios e imunidades do corpo diplomático e os direitos e deveres entre Estados remetentes e receptores.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de descolonização afro-asiática e a criação de organismos supranacionais, tornou-se urgente a codificação do direito internacional na condução das relações entre os Estados. A proliferação das missões diplomáticas ao redor do mundo alertava para o fato de que os diplomatas como agentes interlocutores e mediadores de conflitos deveriam ter suas funções regulamentadas através de pactos e tratados que garantissem a sua segurança contra qualquer tipo de ataque que atentasse contra sua dignidade. Em 18 de abril de 1961, foi aprovado o tratado intitulado *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas* elaborado pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.¹²³ Tal documento é emblemático porque sistematizou definitivamente os direitos e deveres de todos os membros de uma missão diplomática, além das obrigações do Estado receptor em relação a essas pessoas. O artigo 29 da Convenção de Viena afirma claramente o caráter inviolável dos funcionários diplomáticos:

A pessoa de um agente diplomático será inviolável. Ele não será responsável por qualquer forma de prisão ou detenção. O Estado receptor o tratará com o devido respeito e tomará todas as medidas

¹²³ Cf. Anexo III.

apropriadas para impedir qualquer ataque à sua pessoa, liberdade ou dignidade.¹²⁴

Na prática, a inviolabilidade diplomática prevê que um embaixador não pode ser preso no país anfitrião e o Estado receptor deve zelar não apenas pela dignidade desse enviado, mas tomar os cuidados necessários no que diz respeito à segurança das instalações da missão diplomática (art. 22), a residência privada dos diplomatas e agentes consulares (art. 30) e a preservação da documentação oficial da missão diplomática (art. 24 e 27). Apesar da Convenção de Viena ser considerada um marco regulatório para a discussão acerca dos privilégios e imunidades que gozam uma missão diplomática no exterior, diferentes abordagens foram criadas com o intuito de sistematizar os significados desses acordos para o mundo da diplomacia. O estudo de Ira Stechel mapeou as principais teorias discutidas no âmbito do Direito para lidar com o tema, pois segundo ela

Historicamente, os juristas ofereceram várias teorias para justificar a concessão de privilégios e imunidades diplomáticas. No entanto, as três teorias que, em diferentes épocas, ganharam a maior aceitação são: 1) a teoria da extraterritorialidade, ou que o embaixador deve ser tratado como se ainda estivesse morando no território do Estado remetente, ou que as instalações da missão do diplomata são uma extensão do território do Estado que o enviava; 2) a teoria da representação pessoal de que a missão diplomática e seu pessoal personificam ou incorporam o Estado remetente, de modo que uma ofensa à dignidade do diplomata é um insulto ao soberano que ele representa; 3) a teoria da necessidade funcional de que a imunidade do diplomata em relação à jurisdição local é necessária para permitir que as nações mantenham relações internacionais com o mínimo de interferência.¹²⁵

¹²⁴ Tradução nossa. No original: “The person of a diplomatic agent shall be inviolable. He shall not be liable to any form of arrest or detention. The receiving state shall treat him with due respect and shall take all appropriate steps to prevent any attack on his person, freedom or dignity”.

¹²⁵ Tradução nossa. No original: “Historically, legal scholars have offered several theories to justify the grant of diplomatic privileges and immunities. However, the three theories that have, at different times, gained the greatest acceptance are: 1) the theory of ‘extraterritoriality’, either that the ambassador is to be treated as if he were still living in the territory of the sending state, or that the premises of the diplomat’s mission were an extension of the territory of the sending state; 2) the theory of ‘personal representation’, that the diplomatic mission and its personnel personify or embody the sending state so that a slight upon the dignity of the diplomat is an insult to the sovereign he represents; and, 3) the theory of ‘functional

Para a maioria dos juristas e pesquisadores, a teoria da extraterritorialidade é desacreditada justamente porque a imunidade diplomática não pressupõe que o diplomata tenha o direito de se considerar alheio à jurisdição do Estado que o recebe. De modo que a teoria mais aceita é aquela que trata da necessidade funcional cujo objetivo é garantir a relação entre os Estados, além de prevenir contra abusos e arbitrariedades que possam acometer uma determinada missão diplomática. Além disso, essa teoria “também explicava a manutenção das relações diplomáticas entre países comunistas e não-comunistas e a preservação dos direitos de seus respectivos funcionários diplomáticos, apesar das hostilidades geradas pela Guerra Fria”.¹²⁶

Apesar da inviolabilidade diplomática ter se tornado um princípio bem estabelecido no Direito Internacional, sobretudo após a Convenção de Viena, esse estatuto foi rompido todas as vezes em que um embaixador foi sequestrado ou embaixadas foram alvos de ataques. Com efeito, missões diplomáticas ao redor do mundo nunca estiveram imunes a riscos, no entanto, o cenário politicamente convulsionado na América Latina e em regiões como África e Ásia tornou a profissão do diplomata mais arriscada. De modo que, a complexidade a respeito da questão da inviolabilidade diplomática ganhou novos contornos com os sequestros de embaixadores ocorridos, com maior frequência, nas décadas de 1960 e 1970.

necessity’, that the diplomat’s immunity from local jurisdiction is necessary to allow nations to carry on international relations with a minimum of interference”. STECHEL, Ira. “Terrorist kidnapping of Diplomatic Personnel”. **Cornell International Law Journal**, vol. 5, n. 2, 1972, pp. 189-217.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 199.

Tabela 2 – Tipos de Alvos

Alvos	Número de incidentes
Desconhecidos	21
Diplomatas	823
Empresários	472
Militares	186
Pilotos	503
Particular	279
Serviços de utilidade pública	43
Governo	75
Exilados	49
Religiosos	35
Marítimos	17
Nuclear	0
Polícia	7
Outros	147
Cidades	0
Transporte	13

Fonte: Rand Corporation¹²⁷

De acordo com essa tabela, é inegável o destaque dos diplomatas como alvos prioritários, sobretudo a partir da década de 1960. Segundo dados do Departamento de Estado dos EUA, citados por Jenkins, diplomatas de pelo menos 113 países foram

¹²⁷ JENKINS, Brian Michael. **A Conceptual Framework for Analyzing Terrorist Groups**. Rand Corporation, California, 1986.

atacados desde 1968 por mais de 100 grupos considerados terroristas.¹²⁸ Já na década de 1970, os diplomatas de cerca de 13 países estiveram na linha de frente desses ataques. Entre 1980 e 1981, uma média de 35 países tiveram suas missões diplomáticas atacadas a cada ano.¹²⁹ Levando em consideração esses dados, parece não restar dúvidas de que sequestros envolvendo representantes diplomáticos não são apenas um problema doméstico, na medida em que constituem uma transgressão aos princípios do direito internacional como a inviolabilidade diplomática. Ou seja, essas ações ao mesmo tempo em que apontam para a suscetibilidade das imunidades e privilégios dos embaixadores, acabam por desnudar as fragilidades dos Estados anfitriões e sua responsabilidade no sentido de garantir proteção física e moral para representantes estrangeiros que se encontram sob sua jurisdição. Como veremos adiante, esse estatuto da responsabilidade por parte dos governos receptores será utilizado como base para a adoção de determinadas políticas nos Estados Unidos em relação aos sequestros diplomáticos.

A criação de um código que regulasse os direitos e deveres das missões diplomáticas foi consequência de uma conjuntura em que o sequestro de embaixadores se tornou prática recorrente, sobretudo entre os grupos guerrilheiros provenientes de países da América Latina. Importa atentar para o fato de que essas ações tiveram implicações legais, políticas e morais que acabaram por impactar a comunidade internacional e não apenas os países diretamente envolvidos. A discussão envolvendo os sequestros, portanto, é mais complexa do que comumente se supõe e por isso mesmo não existem fórmulas prontas para lidar com essas ações.

2.3 - “*Nós não negociamos com terroristas*”: as políticas desenvolvidas no âmbito do governo dos Estados Unidos para lidar com sequestros de representantes diplomáticos

¹²⁸ JENKINS, Brian Michael. **Terrorist Incident Involving Diplomats**. Rand Corporation, California, 1972, p. 3.

¹²⁹ JENKINS, Brian Michael. **Diplomatics on the front line**. Rand Corporation, California, 1982, p.2.

Em junho de 1970¹³⁰, o *Foreign Service Journal*, uma publicação mensal da *American Foreign Service Association*, dedicou seu editorial à questão dos sequestros de embaixadores norte-americanos na América Latina. O alto índice de ataques envolvendo missões diplomáticas no mundo era objeto de preocupação em diversos círculos do governo norte-americano. A análise voltava-se, sobretudo, para o questionamento sobre “o que poderia ser feito para reduzir as tentativas de sequestro”. A narrativa desse editorial reafirma a construção de um discurso que vinha sendo elaborado gradativamente a cada novo caso de sequestro: “enquanto os sequestradores acreditarem que podem influenciar seu próprio governo ou o governo estrangeiro envolvido, o sequestro de autoridades estrangeiras será um modo tentador de ação política”. A saída encontrada seria a não-negociação em nenhum caso. Acreditava-se que assim os grupos guerrilheiros seriam desencorajados a praticar novos atos. A análise presente no *Foreign Service Journal* indicava uma tendência, mas a questão envolvendo o sequestro de diplomatas e o modo como o governo norte-americano estava lidando com a situação é um pouco mais complexa.

Inicialmente, destacamos que a preocupação com a segurança diplomática é anterior aos casos de sequestros. Com o final da Segunda Guerra Mundial e a expansão significativa dos postos diplomáticos norte-americanos ao redor do mundo, o Departamento de Estado se viu na missão de colocar em prática um programa formal de segurança. Uma das primeiras medidas adotadas foi o envio de agentes de segurança para as embaixadas dos Estados Unidos no exterior, além da criação de um plano de emergência elaborado por cada missão diplomática informando quais atitudes seriam colocadas em prática em caso de invasão, desastres naturais e atentados terroristas. De fato, até aquele momento, a maior preocupação do governo norte-americano no que diz respeito à segurança estava direcionada ao Secretário de Estado ou mesmo à visita de delegações estrangeiras nos Estados Unidos.

A conjuntura do pós-Guerra, os movimentos de descolonização na África e Ásia e, sobretudo, a emergência de grupos guerrilheiros na América Latina nos anos 1960 trouxeram à tona não apenas a reivindicação da violência como prática legítima de ação, mas inauguraram um novo tipo de prática: o sequestro de embaixadores diplomáticos

¹³⁰ *Foreign Service Journal*. 06/06/1970. Disponível em: https://www.afsa.org/sites/default/files/fsj-1970-06-june_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

utilizados como moeda de troca. A existência de uma série de tratados e acordos que haviam codificado os privilégios e imunidades que gozavam os diplomatas estabelecia que as missões diplomáticas eram invioláveis e, portanto, deveriam contar com o respaldo do governo anfitrião no sentido de garantir total proteção contra as tensões locais. No entanto, aliada à complexidade causada pela multiplicação de ações consideradas de cunho terrorista, os governos – remetentes e anfitriões – se viram diante da urgência em repensar as medidas que já vinham sendo tomadas para a segurança diplomática. Além disso, estava claro que esse não era um problema doméstico e os governos deveriam atuar, em muitos casos, conjuntamente com o objetivo de desencorajar o surgimento de novas ações.

Ao mesmo tempo em que a fragilidade do trabalho diplomático estava exposta, a saída para lidar com o sequestro de embaixadores, como prática sistemática por parte dos governos envolvidos, evidenciou que esse era um assunto sensível. É importante observar que os países da América Latina lidaram, cada um de acordo com os pactos estabelecidos e a pressão de forças políticas atuantes, de modo distinto com os sequestros de representantes diplomáticos. No caso da política elaborada no interior do governo norte-americano, mapeamos a adoção de diferentes medidas para resolver essa questão.

A decisão sobre negociar ou não a vida de indivíduos escolhidos para representar o país em uma missão no exterior era certamente um tema de difícil resolução. Por isso mesmo, há grande incompreensão entre os estudiosos do assunto justamente porque muitas vezes a adoção de determinadas políticas, pelo governo norte-americano, é entendida sem considerar os distintos agentes e interesses envolvidos. Portanto, os sequestros de diplomatas que se espalharam pelo mundo nas décadas de 1960 e 1970 foram objetos de discussão sistemática entre as autoridades norte-americanas. Acreditamos que a recuperação desse debate constitui tarefa fundamental na tentativa de entender o lugar das negociações envolvendo o sequestro de Charles Burke Elbrick.

Em pesquisas recentes nos documentos produzidos e/ou encomendados pelo Departamento de Estado¹³¹, encontramos estudos sobre como lidar com os casos de sequestros e assassinatos de diplomatas, alvos prioritários dos movimentos da guerrilha

¹³¹ Destacamos a centralidade das análises produzidas nos relatórios da Rand Corporation.

urbana naquele momento. De fato, o aumento dessas ações fez com que o governo norte-americano redefinisse e transformasse a segurança diplomática devido à chamada *ameaça terrorista*. Ainda em 1965, o *Office of Security (SY)* organizou um comitê *ad-hoc* para estudar e mapear as chamadas práticas terroristas e, em particular, os ataques contra postos diplomáticos na América Latina. A publicação do documento *The protection of U.S. personnel and installations against acts of terrorism in Latin America*¹³², em 12 de maio, representou a tentativa de orientar e comunicar às missões diplomáticas os procedimentos que seriam adotados a partir de então. Uma das diretrizes era justamente avaliar as condições de segurança a partir do estabelecimento dos chamados *Security Watch Committees*.¹³³

Nos registros consultados, é evidente o impacto do assassinato do embaixador John Gordon Mein, em 1968, na Guatemala. Mein foi morto numa tentativa de sequestro realizada por integrantes da organização guerrilheira, FAR – Forças Armadas Revolucionárias. No entanto, o episódio envolvendo o sequestro de Charles Burke Elbrick representou, de fato, o estabelecimento definitivo das discussões sobre como lidar com episódios envolvendo representantes diplomáticos no exterior. A partir de setembro de 1969, dois novos programas foram criados em resposta à ação envolvendo Elbrick: i) os funcionários do *Office of Security* transformaram o projeto piloto de veículos blindados no programa formal de veículos de proteção de segurança. Tal medida permitiu não apenas comprar veículos realmente eficazes, mas também instalar rádios móveis em carros da embaixada; ii) a criação da “Reserva Móvel e Equipes de Ação de Emergência” que consistia basicamente em uma reserva de pessoal que poderia ser enviada temporariamente para locais em que as ameaças de sequestro eram altas.¹³⁴ Além disso, o *Office of Security* informava que as embaixadas deveriam, em primeiro lugar, consultar o governo anfitrião a partir da ideia de que a responsabilidade em providenciar a segurança não era apenas do governo norte-americano. Ou seja, na concepção das autoridades norte-americanas, se o governo receptor providenciou segurança adicional e ainda assim algum caso de violência aconteceu, esse não era um

¹³² Office of Security, Inter-Agency Ad-hoc Committee, 12 de maio de 1965, NA. In: **History of the Bureau of Diplomatic Security of the United States. Department of State, Op. Cit, p. 201.**

¹³³ *Idem.*

¹³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 205-6.

caso de incidente diplomático.¹³⁵ Os representantes diplomáticos no exterior foram orientados, ainda, a alterar sua rotina diária levando em consideração que os grupos guerrilheiros costumavam estudar os hábitos e rotina da embaixada antes da ação. Na esteira do sequestro do embaixador Charles Elbrick:

O Sub-Secretário de Estado para Administração William B. Macomber, Jr., defendia o desenvolvimento de uma política formal em relação ao sequestro, mas o Secretário de Estado William P. Rogers preferia uma ‘política *ad hoc* de sequestros’. Sob a direção de Gentile, o SY [*Office of Security*] idealizou um plano de quatro fases que delineava ‘respostas graduais’ para as ameaças contra os representantes diplomáticos e as embaixadas dos EUA no exterior. As quatro fases são: ‘Aviso Prévio’, ‘Clara existência de ameaça’, ‘Clara existência de intensa ameaça’ e ‘Inaceitável nível de ameaça’.¹³⁶

A despeito da criação de medidas de segurança com o objetivo de prevenir o sucesso de novos sequestros, tais ações continuaram a acontecer justamente porque parece óbvio supor que o controle desse tipo de estratégia, por parte dos movimentos guerrilheiros, exigia o estabelecimento de uma política consistente de enfrentamento ao terror e, em específico, aos sequestros de diplomatas. Em 14 de agosto de 1970, o jornal *The New York Times* publicaria em suas páginas uma análise nada otimista sobre a questão, já que afirmava que o sequestro político forçou as embaixadas na América Latina a deslocar sua preocupação para a questão da segurança pessoal dos funcionários diplomáticos, ao invés de lidar com problemas envolvendo as relações internacionais. Pontuava, ainda, que provavelmente nenhuma solução eficaz deveria ser encontrada para lidar com esse assunto.¹³⁷ Em alguma medida, a reflexão presente no artigo do *New York Times* fazia sentido: os sequestros não estavam nem perto de cessar e os grupos

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 204.

¹³⁶ Tradução nossa. No original: “Deputy Under Secretary of State for Management William B. Macomber, Jr., advocated developing a formal policy regarding kidnapping, but Secretary of State William P. Rogers preferred an ‘*ad hoc* policy on kidnappings’. Under the direction of Gentile, SY devised a four-phase plan that outlined ‘graduated responses’ to threats against its missions and staff. The four phases were ‘Early Warning’, ‘Clear Existence of Threat’, ‘Clear Existence of Intense Threat,’ and ‘Unacceptable Level of Threat’”. *Idem, ibidem*, p. 204.

¹³⁷ “Political Insecurity Through Latin America”. *New York Times*, 14/08/1970.

guerrilheiros ousariam cada vez mais nos pedidos de resgate em troca da vida dos embaixadores.

Tabela 3 – Sequestros Diplomáticos (1968-1971)

Data	Nome	Cidadania	Cargo	País de sequestro	Categoria	Resgate
28/08/1968	John Gordon Mein	Estados Unidos	Embaixador	Guatemala	I	Nenhum
04/09/1969	Charles Burke Elbrick	Estados Unidos	Embaixador	Brasil	II	15 prisioneiros
05/10/1969	Hermann Buff	Suíça	Primeiro-Secretário	Colômbia	II	Dinheiro
06/03/1970	Sean M. Holly	Estados Unidos	Secretário político	Guatemala	II	3 prisioneiros
11/03/1970	Nobuo Okuchi	Japão	Cônsul	Brasil	II	5 prisioneiros
24/03/1970	Donald J. Crowley	Estados Unidos	Air attaché	República Dominicana	II	20 prisioneiros
24/03/1970	Waldemar Sanchez	Paraguai	Cônsul	Argentina	III	Nenhum
29/03/1970	Yuri Pivovarov	União Soviética	Assistente comercial attaché	Argentina	I	Nenhum
31/03/1970	Karl Von Spreti	Alemanha	Embaixador	Guatemala	IV	Nenhum
05/04/1970	Curtis C. Cutter	Estados Unidos	Cônsul	Brasil	I	Nenhum
07/06/1970	Morris Draper	Estados Unidos	Secretário político	Jordânia	II ou III	Incerto
11/06/1970	Ehrenfried von Holleben	Alemanha	Embaixador	Brasil	II	40 prisioneiros
31/03/1970	Dan Mitrione	Estados Unidos	Conselheiro da A.I.D.	Uruguai	IV	Nenhum
31/03/1970	Aloysio Dias	Brasil	Cônsul	Uruguai	II	Dinheiro

	Gomide					
07/08/1970	Claude L. Fly	Estados Unidos	Conselheiro	Uruguai	III	Nenhum (ataque do coração)
05/10/1970	James R. Cross	Inglaterra	Cônsul	Canadá	III	Nenhum
01/12/1970	Eugen Beihl	Alemanha	Cônsul honorário	Espanha	II ou III	Incerto
07/12/1970	Giovanni Enrico Bucher	Suíça	Embaixador	Brasil	II	70 prisioneiros
08/01/1971	Geoffrey Jackson	Inglaterra	Embaixador	Uruguai	III	Nenhum
17/05/1971	Ephraim Elrom	Israel	Cônsul geral	Turquia	IV	Nenhum
23/05/1971	Stanley M. F. Sylvester	Inglaterra	Cônsul honorário	Argentina	II	Comida para os pobres

Fonte: The Diplomatic Kidnappings: A Revolutionary Tactic of Urban Terrorism¹³⁸

Nessa tabela, elaborada pela cientista política Carol Baumann a partir de importante estudo acerca da utilização dos sequestros diplomáticos na tática da guerrilha urbana, temos a consolidação dessa prática como um fenômeno mundial, ainda que os países da América Latina apareçam como o principal *locus* onde as missões diplomáticas encontravam-se mais vulneráveis. Mesmo que o levantamento de Baumann não contemple todos os casos envolvendo sequestros – inclusive porque a temporalidade é maior –, a observação da quantidade de casos em apenas três anos nos indica que o modo de lidar com essas ações era diverso. Além disso, a observação da multiplicidade de casos e exigências estabelecidas mostra como os sequestros evoluíram como uma questão de escopo internacional cuja visibilidade é inegável. Baumann discorre sobre a categorização dos sequestros presente na tabela acima ao afirmar que:

¹³⁸ Categoria I: Tentativas de sequestro que falharam; Categoria II: Demandas de resgate atendidas; Categoria III: Sem resgate, mas com liberação do diplomata; Categoria IV: Sem resgate e diplomata morto.

Analisando os casos de *diplonapping*¹³⁹ de acordo com o seu resultado produz quatro categorias possíveis: 1) aqueles em que uma tentativa de sequestro foi feita, mas falhou (a informação sobre esses casos é escassa e pouco pode ser averiguado quanto aos motivos envolvidos); 2) *diplonappings* que tiveram ‘sucesso’ no sentido de que um diplomata ou outro agente governamental foi sequestrado e o resgate foi pago ou os presos políticos foram negociados para sua libertação; 3) *diplonappings* em que o sequestro ocorreu, mas as demandas não foram atendidas e o diplomata foi liberado ileso; e 4) *diplonappings* em que o sequestro ocorreu, mas as demandas subsequentes não foram atendidas e o agente diplomático foi então assassinado.¹⁴⁰

A multiplicação dos sequestros diplomáticos e a observação do aprofundamento do cenário de instabilidade política nos países da América Latina levou o governo norte-americano a reconhecer que era não apenas necessário, mas urgente formular uma política formal para combater esse tipo de prática e prevenir o surgimento de novas ações. É importante ressaltar que, desde o primeiro episódio envolvendo o sequestro de Charles Burke Elbrick, em 1969, as medidas adotadas sofreram mudanças significativas. Podemos identificar a adoção de três tipos de políticas para lidar com esses sequestros: i) política de não-concessão, ou política “linha-dura”, em que a ideia é evitar que os governos envolvidos cedam às chantagens dos sequestradores; ii) política flexível, também conhecida como *ad-hoc*, onde a decisão final sobre negociar ou não cabe ao governo anfitrião; iii) política de libertação segura cujo objetivo principal é não arriscar a vida dos reféns. No caso dos países da América Latina, temos a combinação da adoção de política de não-concessão com políticas de flexibilidade no trato da questão.

¹³⁹ O termo ‘*diplonapping*’ ganhou destaque nas décadas de 1960 e 1970 e faz referência a um tipo específico de ação que vinha ganhando destaque no mundo: o sequestro de representantes ligados à diplomacia de um determinado país.

¹⁴⁰ Tradução nossa. No original: “Analyzing the *diplonapping* cases according to their outcome produces four possible categories: 1) those in which a kidnapping attempt was made, but failed (information on these is scant and little can be ascertained as to motives involved); 2) *diplonappings* which did ‘succeed’ in the sense that a diplomat or other governmental agent was kidnapped and ransom was paid or political prisoners were traded for his release; 3) *diplonappings* in which the kidnapping occurred but demands were not met and the diplomat was nonetheless released unharmed; and 4) *diplonappings* in which the kidnapping took place but subsequent demands were not met and the diplomatic agent was then murdered”. BAUMANN, Carol Edler. **The Diplomatic Kidnappings: a Revolutionary Tactic of Urban Terrorism**, *Op. Cit*, p. 72.

No caso do sequestro envolvendo Charles Burke Elbrick – o primeiro a ser concretizado -, o governo norte-americano partiu da premissa que a responsabilidade pela proteção de uma missão diplomática era do governo anfitrião. Nesse sentido, a decisão sobre negociar ou não com os grupos guerrilheiros era tarefa de competência do governo brasileiro. Como sabemos, a Junta Militar que governava o país optou por ceder às exigências dos sequestradores antes mesmo que qualquer pressão fosse feita pela alta cúpula do governo dos Estados Unidos. Naquele momento, a política adotada estimulava os governos locais a fazer concessões, desde que o governo norte-americano não fosse convidado a se envolver nessas discussões. Segundo Brian Michael Jenkins “o governo dos EUA nunca tentou ativamente dissuadir outro governo de fazer concessões”.¹⁴¹

Em entrevista concedida em 2002, Mario Gibson Barboza, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos no momento do sequestro de Elbrick, recorda que “os Estados Unidos estavam numa posição muito difícil, porque eles não podiam exigir que o Brasil negociasse com os terroristas porque era a linha firme da política americana não negociar com sequestradores, para não incentivar outros sequestros”.¹⁴²

Portanto, o que percebemos é que até o começo dos anos 1970, a política norte-americana supostamente enfatizava a autonomia do governo anfitrião no sentido de adotar a postura que fosse mais razoável e que estivesse de acordo com as normas locais. Nos anos seguintes, temos uma mudança de postura evidenciando cada vez mais a pouca disposição do governo norte-americano em ceder às chantagens dos sequestradores. Acreditava-se que ao adotar uma política de não-concessão novas ações seriam desencorajadas. Além disso, o governo norte-americano sustentava que tal política impediria o governo anfitrião de se ausentar da sua responsabilidade em proteger esses representantes estrangeiros dentro de suas fronteiras. A base teórica implícita para a construção dessa argumentação é a Convenção de Viena, de 1961, mais especificamente o Art. 29 que dispõe sobre a inviolabilidade pessoal dos diplomatas e a obrigação do Estado receptor em provê-la.

¹⁴¹ JENKINS, Brian Michael. **Talking to terrorists**. Rand Corporation, California, 1982.

¹⁴² <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/mario-gibson-barbosa/texto> Acesso em: 5/11/2018.

Recuperando mais uma vez as reflexões feitas por Mario Gibson Barboza, na ocasião do sequestro do cônsul japonês no Brasil, Nobuo Okuchi, ele era Ministro das Relações Exteriores do governo Médici. Barboza relata que as conversas em torno de qual seria a postura do governo brasileiro aconteceram entre ele, o Ministro do Exército, Orlando Geisel; o Ministro da Aeronáutica, Marcio de Souza Melo; e o Chefe do Estado Maior do Exército, Antonio Carlos Muricy. As opiniões eram divergentes sobre negociar ou não com os sequestradores do cônsul japonês. Orlando Geisel e Marcio de Souza Melo acreditavam que o governo não deveria negociar, pois essa postura abriria precedentes para a realização de futuras ações; Muricy, por sua vez, argumentava “por mim fuzilava logo todos esses que estão presos”.¹⁴³ Barboza parecia ser o único a olhar para aquele impasse sob o ponto de vista diplomático e do Direito Internacional:

Devo dizer-lhes, os senhores estão esquecidos de uma coisa: é que o dever do Estado, reconhecido em todas as convenções internacionais, desde o Tratado de Viena, no século XIX, 1915 [1815], é que o Estado tem obrigação de dar proteção ao agente diplomático de um país estrangeiro acreditado junto a esse Estado; liberdade de ir e vir; liberdade de expressão; e total proteção em termos de segurança pessoal. De modo que nós somos responsáveis pela vida, mais do que pela vida, pela própria segurança do Embaixador dos Estados Unidos [cônsul japonês]. O fato de ele estar em cárcere privado já é uma coisa contra o Estado brasileiro. Devia ter dado proteção a este homem, mesmo que não matem. Agora, se matarem, então vai ser um desespero. Nem quero pensar nas consequências se nós não concedermos.¹⁴⁴

Como sabemos, o governo brasileiro atendeu as exigências e cinco presos políticos foram libertados em troca da libertação de Nobuo Okuchi. Nesse caso, importa ressaltar as discussões que estavam ocorrendo nos meios militares e a semelhança com o que estava sendo discutido no interior do governo norte-americano.

O sequestro do policial norte-americano Dan Mitrione, na cidade de Montevideo, em 1970, teria sido a primeira tentativa no sentido de promover um endurecimento da política dos EUA, já que após dez dias sem que o governo uruguaio

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ *Idem, ibidem.*

chegasse a um acordo com os Tupamaros – a exigência era a libertação de 150 presos –, Mitrione foi assassinado. Segundo relatório¹⁴⁵ elaborado pela Rand Corporation, depreende-se que a história acerca desse sequestro é um pouco mais complexa do que comumente é veiculada. De fato, a situação de Jorge Pacheco Areco, presidente do Uruguai, era delicada porque ao mesmo tempo em que havia uma indicação, por parte do Departamento de Estado, no sentido de pressionar o governo uruguaio para que negociasse com os guerrilheiros, por outro lado, a alta cúpula em Washington não queria se ver envolvida em negociações e chantagens num caso que, em última instância, era responsabilidade do Uruguai. De acordo com esse mesmo relatório, “quando confrontados com a obstinação do Uruguai, os Estados Unidos consideraram pagar um resgate disfarçado como uma recompensa por informações”. Com a confirmação da morte de Dan Mitrione, os Estados Unidos negaram publicamente que tivessem exercido qualquer pressão sobre o governo de Jorge Pacheco Areco.¹⁴⁶

Ainda na década de 1970, dois acontecimentos marcariam definitivamente a adoção da política “linha-dura” para lidar com as ações envolvendo sequestros: em 4 de março de 1971, membros de uma organização chamada Exército de Libertação do Povo Turco (TPLA) sequestraram quatro aviadores norte-americanos. Na ocasião, o Presidente Richard Nixon teria declarado que “não sugeriria que o governo turco negociasse sobre esse assunto porque acredito que essa é uma decisão que o governo deve tomar levando em conta sua própria situação interna”.¹⁴⁷ O segundo episódio ocorreu em 1973 quando integrantes da organização Setembro Negro invadiram a embaixada da Arábia Saudita em Khartoum e fizeram reféns dois membros da diplomacia norte-americana: George Curtis Moore e Cleo A. Noel Jr, além de dois diplomatas árabes e um funcionário belga. A exigência, por parte dos sequestradores, era a libertação de prisioneiros políticos em Israel, incluindo Sirhan Sirhan, o imigrante palestino que matou, em 1968, Robert F. Kennedy.¹⁴⁸ O presidente Nixon teria enviado William Macomber Jr. com o objetivo de assessorar o governo do Sudão em suas

¹⁴⁵ RONFELDT, David. **The Mitrione Kidnapping in Uruguay**. Rand Corporation, California, 1987.

¹⁴⁶ *The New York Times*, 11/08/1970.

¹⁴⁷ *The New York Times*, 04/03/1971.

¹⁴⁸ Robert F. Kennedy foi assassinado, em junho de 1968, durante a celebração de sua vitória nas primárias pelo Partido Democrata na Califórnia.

negociações com os sequestradores. O que se seguiu foi o assassinato dos diplomatas após os integrantes do Setembro Negro ouvirem de Nixon, via rádio, uma declaração dada em conferência de imprensa na Casa Branca em que dizia que os Estados Unidos não cederiam às chantagens impostas. A decisão de não negociar com os sequestradores estava oficialmente estabelecida e Nixon fez questão de deixar evidente na cerimônia, organizada pelo Departamento de Estado, em homenagem aos diplomatas mortos em Khartoum:

Todos nós gostaríamos de ter salvado a vida desses dois homens valentes. (...) Mas eles sabiam e sabíamos que no caso de termos cedido à chantagem internacional, isso teria salvado suas vidas, mas teria ameaçado a vida de centenas de outras pessoas em todo o mundo, porque uma vez que o terrorista tem uma demanda que é atendida, ele então é encorajado a tentar de novo. É por isso que a posição do seu governo tem que ser uma, no interesse de preservar a vida, de não se submeter à chantagem internacional ou extorsão em qualquer lugar do mundo. Essa é a nossa política e essa é a política que vamos continuar a ter.¹⁴⁹

Analizados conjuntamente, esses incidentes nos informam que a política norte-americana para lidar com sequestros esteve assentada não na revisão de medidas que já haviam sido tomadas, mas nas respostas aos atos que vinham ocorrendo. Além disso, importa notar a persistência da noção de que a não-negociação funcionaria como um importante elemento para desencorajar futuros sequestros. O que se discutia nos bastidores do governo norte-americano era que o ato de fazer concessões poderia ser interpretado, inclusive pela opinião pública, como um sinônimo de fraqueza e os diplomatas feitos reféns passaram a ser tratados como soldados que, às vezes, devem ser sacrificados em batalha.¹⁵⁰ Não é possível perder de vista, ainda, que todas essas questões estavam sendo colocadas num momento em que os Estados Unidos argumentavam que era necessária a construção de uma política articulada na luta contra o terror:

¹⁴⁹ *The New York Times*, 18/07/1976.

¹⁵⁰ JENKINS, Brian Michael; RONFELDT, David; STRAUCH, Ralph; JOHNSON, Janera. **Dealing with political kidnapping**. Rand Corporation, Califonia, 1976, p. vi.

Em uma discussão privada no início dos anos 1970, o secretário de Estado William Rogers afirmou que os Estados Unidos precisavam de uma ‘política masculina’ para lidar com terroristas. Ele disse isso com força várias vezes, cada vez batendo com o punho na palma da outra mão. O que ele queria dizer era que os Estados Unidos não podiam parecer fracos em face ao terrorismo – eles tinham que parecer duros. Como os terroristas raramente poderiam ser atacados diretamente, ser duro com os terroristas tornou-se difícil nas negociações. Se os Estados Unidos nem sempre conseguissem capturar ou matar terroristas, poderiam ter uma linha dura nas negociações e não serem atacados, recusando-se a se envolver com eles e rejeitando quaisquer concessões.¹⁵¹

Essa necessidade de uma postura pública “dura” e inflexível encaixava-se perfeitamente na construção de uma narrativa onde concessões e barganhas não tinham lugar. Não é possível supor, entretanto, que no interior do governo norte-americano a construção da defesa desse tipo de política não estivesse constantemente sob disputa, afinal, a política é o terreno do dissenso. Para alguns, a postura dos Estados Unidos representava, antes de mais nada, um descaso com a vida dos funcionários diplomáticos no exterior. A aposta de que a política de não-concessão desestimularia o surgimento de novas ações era arriscada demais, afinal, eram vidas que estavam em jogo. De fato, não há nenhuma evidência empírica que sustente que o estabelecimento de uma política “linha-dura”, por parte do governo dos Estados Unidos, levou ao declínio do sequestro de diplomatas para obter fins políticos. É importante não perder de vista que, em casos como esses, os grupos guerrilheiros estavam interessados também em expor o governo local. Ou seja, mesmo na ausência de concessões, os sequestros de diplomatas traziam a recompensa da publicização da ação política.

¹⁵¹ Tradução nossa. No original: “In a private discussion in the early 1970s, Secretary of State William Rogers stated that the United States needed a ‘masculine policy’ for dealing with terrorists. He said this forcefully several times, each time slamming his fist into the palm of his other hand. What he meant was that the United States could not look weak in the face of terrorism – it had to appear tough. As terrorists could seldom be attacked directly, being tough on terrorists became being tough in negotiations. If the United States could not always capture or kill terrorists, it could take a hard line in negotiations and not be shoved around, refusing to engage with them at all and rejecting any concessions”. JENKINS, Brian Michael. **Does the U.S. No-Concessions Policy Deter Kidnappings of Americans?** Rand Corporation, California, p. 3.

A partir dos anos 1970, assistimos não apenas uma mudança gradual da política norte-americana para lidar com os sequestros, mas a convergência de questões mais amplas, no âmbito do direito internacional, no sentido de construir um consenso representado pelo terror, como violação dos princípios básicos da vida humana. Para o caso que interessa a esse trabalho, importa perceber a discussão em torno da política de asilo e a postura adotada por determinados países.

Em abril de 1970, em reunião do Conselho Permanente da OEA foi discutida a preocupação em relação à disseminação do terrorismo e, em particular, dos sequestros políticos. A política defendida por países como Brasil, Argentina e Uruguai advogava que os sequestros deveriam perder o estatuto de “crime político” para serem considerados “crimes comuns”. O pano de fundo de tal proposição era justamente a premissa que o asilo é, em sua essência, uma instituição humanitária e não poderia ser invocado para proteger aqueles que praticaram crimes considerados comuns.¹⁵² O governo norte-americano, num momento em que endurecia sua política em relação aos casos de sequestros, inicialmente se mostrou reticente em relação a essa proposta. O embaixador dos Estados Unidos na OEA, John Jova, argumentava que o governo do seu país reconhecia os esforços por parte da OEA em condenar os sequestros como crimes contra a humanidade, mas chamava atenção para a necessidade de distinguir entre “esses atos criminosos imperdoáveis” e as “expressões legítimas de descontentamento”.¹⁵³ Nas discussões que se seguiram, ficou claro que os Estados Unidos buscavam separar aqueles envolvidos diretamente nos sequestros (nesse caso, o direito ao asilo seria negado) e o segundo grupo que eram os presos libertados como moeda de troca (aqui, o direito ao asilo deveria ser mantido).¹⁵⁴

Numa tentativa de buscar entender os motivos pelos quais os 15 prisioneiros políticos, trocados no sequestro de Charles Burke Elbrick, foram enviados para o México e, sobretudo, o modo como o governo mexicano analisava as ações dos grupos armados tentamos mapear no *National Archives* os documentos produzidos pela embaixada dos Estados Unidos no México. Tal tarefa não foi possível porque boa parte

¹⁵² **The Diplomatic Kidnappings: a Revolutionary Tactic of Urban Terrorism**, *Op. Cit.*, p. 55.

¹⁵³ “Statement by Joseph John Jova” in Department of State. **Bulletin**, Vol. LXII. No. 1613, 25 de maio de 1970. In: **The Diplomatic Kidnappings: a Revolutionary Tactic of Urban Terrorism**, *Op. Cit.*, p. 143.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 143.

dessa documentação não estava disponível à consulta pública. As discussões entre os membros do Conselho Permanente da OEA no que diz respeito à política de asilo e a análise da tradição mexicana no trato dessa questão nos ofereceram algumas pistas.

Inicialmente, destacamos que durante todo esse debate, ocorrido entre os anos 1970 e 1971, o México defendeu veementemente o direito ao asilo político. Essa defesa remonta à Revolução Mexicana e à ideia do asilo como um valor em si tem raízes na política adotada pelo *Partido Revolucionário Institucional* (PRI) durante boa parte do século XX. A retórica nacionalista herdada da Revolução de 1910 e a postura de autonomia em relação aos Estados Unidos era uma maneira do México mostrar, nas suas relações exteriores, diante da imprensa e da opinião pública internacional, que não era aliado incondicional dos Estados Unidos, pelo menos não publicamente. O PRI tinha uma política ambígua: ao mesmo tempo em que construiu pactos e acordos sobre a venda de recursos naturais ou mesmo a abertura da economia ao capital estrangeiro, sobretudo no pós-1930 e 1940 num período conhecido como o *milagre mexicano*, tentou disseminar a imagem de autonomia de decisões. Ou seja, apesar da retórica democrática, nacionalista e autônoma, o México possuía uma série de alianças com o Departamento de Estado, sobretudo na sua postura anticomunista. Lorenzo Meyer classificou tal política como o “anticomunismo discreto”.¹⁵⁵ A política de recepção aos exilados que foi levada adiante ao longo do século XX deve ser compreendida como uma maneira de se distanciar de algumas posturas do governo norte-americano, mas também como uma forma do México se distanciar, pelo menos no plano discursivo, dos países da América Latina, que estavam sofrendo golpes militares com apoio direto dos Estados Unidos. Além disso, muitos dos asilados brasileiros que foram para o México não permaneceram por muito tempo no país, de modo que não se representaram como problema para o governo mexicano.

Para finalizar, na esteira de uma série de tratados, resoluções e políticas adotadas para lidar com os sequestros de representantes diplomáticos no exterior, a resolução adotada pela OEA, já em 1971, se deu no sentido de reafirmar que a luta contra aquele tipo de prática era de interesse internacional. Nesse sentido, a Convenção da OEA

¹⁵⁵ MEYER, Lorenzo, “La Guerra Fría en el mundo periférico. El caso del régimen autoritario mexicano. La utilidad del anticomunismo discreto”. SPENSER, Daniela (coord.). **Espejos de la Guerra Fría. México, América Central y el Caribe**. México, Miguel Ángel Porrúa Editores, Secretaría de Relaciones Exteriores, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2004, p. 95-117.

figura como um importante instrumento jurídico que acabou por classificar os sequestros como crimes comuns e os agentes de tais ações passíveis de extradição.

Capítulo III

Nos bastidores da diplomacia: revisitando a carreira de Charles Burke Elbrick

Para Vossa Excelência Arthur da Costa e Silva,
Presidente da República Federativa do Brasil.
Grande e bom amigo:

Eu fiz a escolha de C. Burke Elbrick, um distinto cidadão dos Estados Unidos, para residir próximo ao governo de Vossa Excelência na qualidade de embaixador extraordinário e plenipotenciário dos Estados Unidos da América. Ele está bem informado dos interesses relativos dos dois países e do desejo sincero desse governo em cultivar em toda a extensão a amizade que em tanto tempo existiu entre eles. Meu conhecimento de seu alto caráter e habilidade me dá toda confiança de que ele irá constantemente se esforçar para promover os interesses e prosperidade de ambos os governos e assim tornar-se aceitável a Vossa Excelência. Por isso, peço a Vossa Excelência recebê-lo favoravelmente e dar pleno crédito ao que ele dirá por parte dos Estados Unidos e as garantias que lhe tenho cobrado para transmitir-lhe os melhores votos deste governo para a prosperidade do Brasil. Que Deus tenha Vossa Excelência em sua guarda. Seu bom amigo, Richard Nixon.¹⁵⁶

Poucos meses após assumir a presidência dos Estados Unidos, o republicano Richard Nixon enviou a mensagem acima ao presidente Costa e Silva com a indicação do nome de Charles Burke Elbrick para o cargo de próximo embaixador norte-americano no Brasil. Apesar da nomeação ter acontecido no dia 1º de maio, o embaixador só desembarcaria no Brasil junto com sua esposa, Elvira Elbrick, em 8 de

¹⁵⁶ Tradução nossa. No original: “To His Excellency Arthur da Costa e Silva, President of the Federative Republic of Brazil. Great and Good friend: I have made choice C. Burke Elbrick, a distinguished citizen of the United States, to reside near the government of Your Excellency in the quality of Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of the United States of America. He is well informed of the relative interests of the two countries and of the sincere desire of this government to cultivate to the fullest extent the friendship which has so long subsisted between them. My knowledge of his high character and ability gives me entire confidence that he will constantly endeavor to advance the interests and prosperity of both governments and so render himself acceptable to Your Excellency. I therefore request Your Excellency to receive him favorably and to give full credence to what he shall say on the part of the United States and to the assurances which I have charged him to convey to you of the best wishes of this government for the prosperity of Brazil. May God have Your Excellency in His wise keeping. Your good friend, Richard Nixon”. *RG 59: Subject Numeric Files* (Box 169). National Archives and Records Administration (NARA II).

julho. A bordo do *Queen Elizabeth*, e por *mares nunca antes navegados*, o casal viajou rumo à parte sul do continente pela primeira vez. Segundo observações presentes no diário de viagem¹⁵⁷ do famoso editor Alfred Knopf, um dos ilustres passageiros a bordo do navio que trazia o embaixador, a família Elbrick estava animada com o novo local de trabalho. Em posterior entrevista, Elvira Elbrick teria afirmado que quando saiu a nomeação para o Brasil eles ficaram maravilhados, sobretudo porque após estar em um país comunista¹⁵⁸ ir a carnavais em Copacabana e encontrar brasileiros parecia agradável.¹⁵⁹ Entre jantares e *cocktails parties*, Knopf observou que Elbrick “parecia muito inteligente, com seu jeito experiente de quem pertence aos quadros mais elevados da diplomacia e que geralmente ocupa postos da mais alta relevância”.

Knopf não estava enganado. As credenciais daquele embaixador informavam a construção de uma carreira sólida que incluía passagens por países-chaves na configuração mundial. Nascido em Louisville, Kentucky, Elbrick se formou Bacharel em Artes pelo Williams College, em 1929, no mesmo dia do *crash* de Wall Street. A diplomacia costuma ser entendida como a representação pacífica dos interesses de um determinado país e a capacidade de diálogo quando interesses conflituosos são deflagrados. A carreira de Charles Elbrick encontrou momentos de grande tensão.

No obituário de Charles Elbrick, publicado no *The New York Times*¹⁶⁰, em 15 de abril de 1983, constam informações que possibilitam conhecer um pouco mais da sua trajetória. Além de destacar traços da sua personalidade, o texto ressalta sua formação como especialista em Europa Oriental e Península Ibérica. Elbrick dominava quatro idiomas, além da sua língua nativa: português¹⁶¹, espanhol, francês e alemão. Como diplomata de carreira¹⁶², posto mais alto no Serviço Exterior, e membro do *United*

¹⁵⁷ Agradeço a professora Elizabeth Cancelli por compartilhar comigo esse diário encontrado em suas pesquisas.

¹⁵⁸ Antes de vir para o Brasil, Charles Elbrick foi embaixador na Iugoslávia entre 1963 e 1969.

¹⁵⁹ Elvira "Elfie" Elbeck. 24/10/1986. The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs. Oral History Project. Spouse Oral History Series. <https://www.adst.org/OH%20TOCs/Elbrick,%-20Elvira.toc.pdf>. Acessado em: 08 nov. 2018.

¹⁶⁰ NYT, 15/04/1983. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1983/04/15/obituaries/c-bruce-elbrick-ex-envoy-is-dead.html> Acessado em: 08 ago. 2018.

¹⁶¹ A maioria dos jornais brasileiros que cobriu a chegada de Elbrick ao Brasil destacou o fato dele falar português muito bem, mas com um sotaque lisboeta.

¹⁶² Charles Elbrick recebeu o posto de embaixador de carreira em 1969.

States Foreign Service, sua primeira missão diplomática foi em 1931 como vice-cônsul no Panamá. Elbrick em muitos momentos passou por locais de conflito: além das ditaduras salazarista e brasileira, esteve como terceiro secretário ligado à embaixada dos EUA em Varsóvia, no ano de 1939, sendo obrigado a deixar o país com a derrubada do governo polaco, após a invasão nazista que daria início à Segunda Guerra Mundial. Elbrick retornou à Polônia em 1945 para reabrir a embaixada norte-americana em Varsóvia. Entre 1949 e 1951, atuou como conselheiro da embaixada em Cuba. Durante a década de 1950, ocupou o cargo de Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Europeus antes de ser nomeado embaixador de Portugal, em novembro de 1958. Antes de chegar ao Brasil, esteve em Portugal (1959-1963) e na Iugoslávia (1964-1969).

Revisitar a carreira do embaixador Charles Burke Elbrick não foi tarefa fácil. É surpreendente perceber como as informações de um diplomata que serviu em postos tão cruciais estejam tão dispersas, confusas e desencontradas. Para boa parte da historiografia brasileira e norte-americana, Elbrick foi apenas o embaixador dos Estados Unidos sequestrado no Brasil em 1969. Percebemos aí um desconhecimento profundo da sua atuação decisiva nas relações luso-americanas durante a Guerra Fria, mais precisamente sua mediação entre o presidente de Portugal, Antonio Salazar, e os presidentes dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower e o seu sucessor John F. Kennedy. Em pesquisa à documentação arquivada no *National Archives*, encontramos registros¹⁶³ do envolvimento de Elbrick na mediação da tensa política que envolvia a autodeterminação das colônias portuguesas. O embaixador, sobretudo nos primeiros anos do governo Kennedy e o acirramento das relações com o governo português, funcionou como um verdadeiro intermediador entre dois presidentes que nunca se encontraram.

Para José Freire Antunes, “Elbrick privilegiava as relações sociais com a elite dominante – círculos do Governo e das Forças Armadas, aristocracia da costa do Estoril, oligarquia financeira – e integrava-se tranquilamente nos meios políticos de

¹⁶³ RG 59: *Records Relating to Portugal (1957-1966)*. Bureau of European Affairs. Folder: American Ambassador Elbrick – 1961 (Box 1); RG 59: *Records Relating to Portugal (1956-1963)*. Bureau of European Affairs. Office of Western European Affairs. Folder: U.S. Effort to change Portuguese overseas policy – 1961 (Box 1); Folder: NATO – 1958-1960 (Box 1); Folder: Angola – 1958-1961 (Box 1); Folder: Presidential visit (Box 2); Folder: U.S. Effort change Portuguese policy overseas 0 1962 (Box 2); Folder: United Nations – 1957-1962 (Box 2). National Archives and Records Administration (NARA II).

Lisboa”.¹⁶⁴ No entanto, em 1963, num momento em que o governo norte-americano decidiu adotar uma política mais conciliatória em relação aos portugueses, Kennedy optou por substituir Charles Elbrick acreditando que o seu poder de persuasão tinha acabado.

A passagem de Charles Burke Elbrick pela Iugoslávia, último posto antes de ser nomeado para assumir o cargo de embaixador no Brasil também exigiu-lhe habilidade. Elbrick assumiu a embaixada em Belgrado num momento em que o chamado Movimento dos Não-Alinhados¹⁶⁵ demandava uma mudança na relação com as grandes potências, a partir do reconhecimento das suas identidades e, sobretudo, das soberanias nacionais numa conjuntura profundamente influenciada pelo movimento de descolonização afro-asiática. A Iugoslávia, governada pelo marechal Josep Broz Tito, possuía um histórico de relações conflituosas com a União Soviética. Em 1948, quando Belgrado e Moscou encontraram seu ponto alto de tensão¹⁶⁶, o governo norte-americano considerou aquele o momento ideal para uma política de aproximação com o objetivo de conter a sovietação dos países do Leste Europeu.¹⁶⁷ De um lado, os Estados Unidos pretendiam capitalizar o crescimento do conflito entre URSS e Iugoslávia; do outro, Tito também sabia que a disputa por territórios de influência entre as duas potências da Guerra Fria poderia ser útil.

Embora a Iugoslávia fosse a principal liderança do Movimento dos Não-Alinhados, cuja política argumentava a favor de uma neutralidade no que diz respeito

¹⁶⁴ ANTUNES, José Freire. **Kennedy e Salazar – O Leão e a Raposa**. Portugal: Dom Quixote, 2013, p. 85.

¹⁶⁵ Em setembro de 1961, aconteceu em Belgrado uma conferência com o objetivo de criar uma aliança entre os países do chamado Terceiro Mundo. Uma das reivindicações era justamente a ideia de que essas nações, muitas recém-criadas, deveriam adotar uma posição política neutra em relação aos conflitos entre EUA e URSS no contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, havia a proposição da criação de uma nova ordem mundial baseada na autodeterminação dos povos. Participaram da conferência os seguintes países: Afeganistão, Argélia, Burma, Arábia Saudita, Iêmen, Iugoslávia, Camboja, Ceilão, Congo, Cuba, Chipre, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, Somália, Sudão, Tunísia e República Árabe Unida. Brasil, Bolívia e Equador participaram como observadores.

¹⁶⁶ O *Kominform* (*Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários*), criado em 1947, foi uma organização que visava congregar os partidos comunistas europeus sob orientação de Moscou. A reunião ocorrida em 21 de junho de 1948, em Bucareste, teria selado definitivamente o rompimento entre URSS e Iugoslávia.

¹⁶⁷ A formulação da Doutrina de Contenção, idealizada por George Kennan, ajustava-se perfeitamente aos objetivos do governo norte-americano nessa aproximação com o Leste Europeu. Em 1951, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, teria enviado ao Congresso uma proposta de ajuda militar e econômica à Iugoslávia.

aos conflitos entre URSS e EUA, na prática o governo iugoslavo soube tirar proveito dessa situação mantendo uma relação pragmática com o governo norte-americano. Quando Charles Elbrick foi nomeado embaixador, em janeiro de 1964, em substituição ao grande arquiteto da Guerra Fria – George Kennan -, sua função não era apenas intermediar as relações entre o presidente Lyndon Johnson e Tito, mas reafirmar que os objetivos da política norte-americana em relação à Iugoslávia permaneciam os mesmos: apoiar a independência e a soberania em relação à Moscou; promover uma aproximação com o Ocidente e fornecer suporte para as reformas econômicas. Além disso, Elbrick parecia especialmente interessado em acompanhar as críticas do governo iugoslavo em relação à política norte-americana em regiões como Vietnã, República Dominicana e Grécia.

Segundo informa o obituário de Charles Elbrick, em agosto de 1968, quando as forças lideradas pelos soviéticos invadiram a Checoslováquia, o marechal Tito teria perguntado para ele acerca da postura a ser adotada pelos Estados Unidos naquele momento. O Embaixador respondeu que o apoio continuava o mesmo, ou seja, apoiar a independência da Iugoslávia. Questionado se precisava de ajuda, Tito teria negado, mas agradeceu a oferta. Ao contrário do que acabou acontecendo em Portugal, Elbrick parecia ser bem visto no meio político. Já em 1969, quando estava deixando o posto, o Conselho Federal Executivo da Iugoslávia ofereceu um almoço em sua homenagem. Seu empenho para estreitar os laços entre Estados Unidos e Iugoslávia foi enfatizado no seguinte discurso:

Senhor Embaixador...Ao longo destes cinco anos, tivemos na sua pessoa um amigo de confiança no nosso país e um defensor das boas relações entre a Iugoslávia e os Estados Unidos. Você realizou a complexa missão de cooperação, visando promover as relações tradicionais e amistosas entre os dois países, com grande habilidade e delicadeza que sempre valorizamos muito...por sua própria análise e conhecimento e também de seu país, você conseguiu preservar e projetar sua firme confiança pessoal na orientação permanente de nossos Governos de se comprometer ou a manutenção e continuação da troca franca e amigável de opiniões, bem como da cooperação concreta em todos os campos político, econômico, e em todos os domínios de intercâmbio de pessoas, ideias, conhecimento científico, cultura, educação, etc...você pode estar satisfeito sabendo que na sua partida...você está deixando para trás a consciência de que sua

contribuição pessoal foi em uma estrutura avançada e ainda mais completa de relações e vínculos entre nossos países.¹⁶⁸

A imagem positiva de Elbrick seria reafirmada naquele mesmo ano, quando o *The New York Times* publicou uma matéria sobre o embaixador, um dia depois de ter sido libertado do cativeiro. O jornal trazia em suas páginas justamente a passagem de Elbrick pelo Leste Europeu afirmando que ele “realmente gostava da Iugoslávia. Ele se dava muito bem com Tito e seu governo”.¹⁶⁹ Além disso, de acordo com Adolf Dubs, conselheiro político de Elbrick durante sua passagem pelo governo de Tito, o embaixador “é um homem calmo e atencioso”.¹⁷⁰

Charles Elbrick foi um homem nascido no início do século e que teve sua carreira diplomática vinculada aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo aos eventos da Guerra Fria. Elbrick era um homem sofisticado, um profundo apreciador de óperas e, por vezes, seus colegas de profissão viam nele “uma caricatura do carreirista impecavelmente vestido, que escolhia opiniões mais descuidadosamente do que escolhia as gravatas”.¹⁷¹ Para além das observações que encontramos acerca de sua personalidade, parece existir uma lógica para os postos em que Elbrick foi nomeado. Há uma vinculação estreita – e previsível –, da sua formação com os locais em que atuou, além do seu papel fundamental como mediador do governo norte-

¹⁶⁸ Tradução nossa. No original: “Mr Ambassador...throughout these five years we have had in your person a reliable friend to our country and an advocate of good relations between Yugoslavia and the United States. You have...carried out your complex mission of co-operation aimed at furthering the traditional and friendly relations between the two countries, with great ability and tactfulness, which we have always highly valued...by your able analysis and knowledge of your own, but also of your country, you succeeded in preserving and projecting your personal firm confidence in the abiding orientation of our Governments to pledge themselves to the maintenance and continuation of the frank and friendly exchange of views, as well as of the concrete co-operation in all fields, political, economic, and in all domains of exchange of individuals, ideas, scientific knowledge, culture, education, etc...you may be satisfied knowing that on your departure...you are leaving behind the awareness that your personal contribution has been in an advanced and still more completed structure of relations and bonds between our countries. “Speech by Yugoslav Government Leader Praising Ambassador and State of US-GOY Relations”. RG 59: *Central Foreign Policy Files (1967-1969). Political and Defense, Yugoslavia*. (Box 2842). National Archives and Records Administration (NARA II).

¹⁶⁹ *The New York Times*, 8/10/1969. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1969/09/08/archives/a-sturdy-ambassador-charles-burke-elbrick.html> Acessado em: 12 nov. 2018.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁷¹ LANGGUTH, Arthur J. **A face oculta do terror**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 146.

americano na sua disputa por territórios com a União Soviética. Os documentos encontrados, no entanto, demonstram que, por vezes, seus posicionamentos não foram objeto de concordância não apenas nos países em que foi embaixador, mas inclusive no interior do governo norte-americano. A curta passagem de Elbrick no Brasil e a repercussão envolvendo seu sequestro confirmam uma carreira intelectualmente bem construída, mas cujos acontecimentos o empurraram para águas turvas e movediças.

3.1 - O governo Richard Nixon e os olhos voltados para a América Latina

No dia 8 de julho de 1969 quando o embaixador Charles Burke Elbrick desembarcou no porto do Rio de Janeiro, foi efusivamente recebido por jornalistas e alguns representantes da missão diplomática norte-americana no Brasil, como o vice-chefe de missão William Belton. Segundo noticiou o *Jornal do Brasil*, as primeiras declarações do embaixador em solo brasileiro foram no sentido de acentuar a importância da manutenção dos laços entre os dois países num momento em que o então governador de Nova York, Nelson Rockefeller, tinha acabado de entregar ao governo Nixon o relatório sobre a situação política e econômica na América Latina. Para Elbrick:

Eu acho que a Aliança para o Progresso tem trazido benefícios básicos para as economias dos países do Hemisfério Ocidental, mas ela não produziu tão rapidamente quanto todos esperavam. Isto não quer dizer que não haja lugar para melhorias, pois é claro que nada pode ser sempre perfeito nem satisfazer as aspirações e esperanças de todas as pessoas. Mas nós devemos continuar. O Presidente Nixon me assegurou que seu interesse em relação à América Latina é muito intenso, e ele espera e deseja formular novos meios políticos que serão muito proveitosos tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina.¹⁷²

¹⁷² *Jornal do Brasil*, 9/7/1969.

A tarefa de Elbrick como embaixador era não apenas mediar a relação entre os governos dos dois países – Brasil e Estados Unidos –, mas sobretudo criar condições para que a política externa do seu país encontrasse respaldo. De fato, é difícil mapear o sentido da nomeação de Charles Elbrick para o Brasil naquele momento, mas alguns indícios nos permitem chegar a algumas conclusões. No momento em que precisou nomear os embaixadores que seriam encaminhados para postos na América Latina, Nixon pareceu optar, salvo algumas exceções, por oficiais de carreira do Serviço Exterior. James Bradshaw em artigo intitulado *Nixon's Stolid Latin Diplomats*, publicado na *New Leader* em setembro de 1969, aponta que um dos critérios adotados por Nixon foi privilegiar embaixadores que passaram a maior parte das suas carreiras fora do continente latino-americano. Além disso, preferia que os diplomatas não carregassem consigo a “mácula” da Aliança para o Progresso.¹⁷³ Outro componente interessante é notar que a maioria dos diplomatas, entre os 17 nomeados, eram membros da classe alta norte-americana com formação em universidades de elite.

Para o caso que interessa a esse trabalho, Charles Elbrick parecia atender todos esses requisitos. Nixon contava não apenas com a formação desse embaixador, mas também com a sua experiência em países cujo cenário político era carregado de tensões. Nessa conjuntura, a “missão Rockefeller” e a chegada de Elbrick ao Brasil estavam alinhadas à formulação da nova política norte-americana para a América Latina. Esse ponto é fundamental, já que o Departamento de Estado, órgão responsável por essa função construía programas com metas e objetivos.

Em janeiro de 1969 quando Richard Nixon assumiu o cargo de presidente dos Estados Unidos, substituindo Lyndon Johnson do Partido Democrata, ele nomeou como Conselheiro de Segurança Nacional e, posteriormente, Secretário de Estado, Henry A. Kissinger. A revista *Time*, já na década de 1970, descreveu a parceria Nixon-Kissinger como “um estranho casal” caracterizando o presidente como “um político reservado, distante e à moda antiga, dado à retórica simplista que fundou sua carreira no anticomunismo”, ao passo que Kissinger aparece como “um professor de Harvard de

¹⁷³ *New Leader*, 29/08/1969.

inteligência urbana e sutil".¹⁷⁴ O papel desempenhado por Kissinger no novo governo foi fundamental na formulação dos novos rumos da política externa norte-americana para a América Latina. Em memorando produzido por Kissinger, em 3 de fevereiro de 1969, nota-se, de maneira evidente as diretrizes a serem seguidas pelo governo recém-empossado, através da elaboração da proposta de um estudo para analisar os interesses dos Estados Unidos para o continente naquele momento:

A análise global deve se concentrar inicialmente em cinco grandes segmentos da política latino-americana: 1. Postura dos EUA em relação ao desenvolvimento da política interna dos países latino-americanos, especialmente os golpes; 2. Requisitos de segurança regional; interesses e objetivos da segurança dos EUA; a finalidade e natureza dos programas de assistência militar; 3. Estratégias de assistência ao desenvolvimento, a Aliança para o Progresso e o papel dos EUA; 4. Comércio e política de investimento; integração econômica regional; 5. O papel da OEA e outras organizações multilaterais.¹⁷⁵

Apesar da continuidade da política de ingerência nos países latino-americanos, não é possível perder de vista a reorientação da administração de Richard Nixon para a política externa norte-americana, sobretudo em relação às medidas tomadas pelos presidentes antecessores: John Kennedy (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-1969). Um ponto fundamental a ser destacado é o progressivo redirecionamento da Aliança para o Progresso, criada em 1961. Isso porque, com a ascensão de Lyndon Johnson ao poder e a nomeação do embaixador Thomas C. Mann, em 1964, como coordenador da Aliança para o Progresso e assistente especial do presidente para a América Latina, temos a reelaboração de algumas políticas para a região. Na chamada Doutrina Mann “rejeitava-se a ideia de esfriar relações com ditaduras militares ou regimes não

¹⁷⁴ “Nixon and Kissinger: Triumph and Trial”. *Time*, 01/01/1973.

¹⁷⁵ Tradução nossa. No original: The overall review should concentrate initially on five major segments of Latin American policy: 1. U.S. posture toward internal political developments in Latin American countries, especially coups. 2. Regional security requirements, U.S. security interests and objectives; the purpose and nature of military assistance programs in the light thereof. 3. Development assistance strategy, the Alliance for Progress and the U.S. role in it. 4. Trade and investment policy; regional economic integration. 5. Role of the OAS and other multilateral organizations. Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d1> Acessado em: 08/08/2018.

democráticos, conquanto eles fossem pró-norte americanos e anticomunistas”.¹⁷⁶ O descontentamento com as novas diretrizes para a política externa norte-americana conduzida por Johnson e Mann acabou por conferir o afastamento de importantes figuras que fizeram parte da concepção do projeto da Aliança para o Progresso, como Richard Goodwin, secretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, e Arthur Schlesinger, historiador pela Universidade de Harvard e ex-assessor de Kennedy.¹⁷⁷

Em 1969, no âmbito das discussões sobre qual seria o papel da Aliança para o Progresso no conjunto de medidas adotadas pelo governo Nixon para a América Latina, predominou a ideia de que a abordagem da Aliança estava esgotada a partir da construção da narrativa de que os latino-americanos estavam profundamente insatisfeitos e frustrados com as falsas expectativas construídas em torno do projeto arquitetado por Kennedy e seus assessores.¹⁷⁸ Na avaliação de Henry Kissinger, era preciso promover a iniciativa nos outros países porque “uma das dificuldades da Aliança era que parecia fabricada demais nos Estados Unidos e dependia, em grande parte, dos recursos americanos.”¹⁷⁹

Em abril daquele mesmo ano, na ocasião do 21º aniversário da Organização dos Estados Americanos (OEA), Richard Nixon fez um discurso em Washington reafirmando o compromisso da sua administração em promover uma nova abordagem no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social da América Latina. Segundo ele “o que precisamos é de uma nova política. O que precisamos são novos programas. O que precisamos é de uma nova maneira de ver os problemas. Eu gostaria que nossas políticas fossem elaboradas com olhos abertos, ouvidos abertos, espíritos

¹⁷⁶ CANCELLI, Elizabeth. “O golpe de 1964 e sua construção antitotalitária: âncoras teóricas e redes intelectuais”. No prelo.

¹⁷⁷ Ver mais: SCHLESINGER, Arthur. **Mil dias. John F. Kennedy na Casa Branca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹⁷⁸ *RG III 4*: Folder 992; Box 121. Nelson A. Rockefeller Personal papers, Series O (FA 350), Subseries 8: Presidential Mission to Latin America. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

¹⁷⁹ Tradução nossa. No original: “one of the difficulties with the Alliance was that it seemed too much manufactured in the United States and that it depended, to a very large degree on American resources”. *RG III 4*: Folder 106; Box 7. Nelson A. Rockefeller gubernatorial records, Ann C. Whitman, Series 35 (FA 374), Subseries 2: Kissinger Reports on World Affairs and Countries. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

abertos e corações abertos”.¹⁸⁰ Na sua concepção, mais do que nunca era necessário esquecer o que tinha sido feito até o momento numa referência clara à Aliança para o Progresso, pois “ao examinar as estatísticas globais relativas ao índice de desenvolvimento da América Latina durante a vida da Aliança para o Progresso, em comparação com o período imediatamente anterior e com o índice de desenvolvimento de outras áreas do mundo, obtive um resultado um tanto desanimador”.¹⁸¹ Nesse mesmo discurso, Nixon informou que havia convocado Nelson Rockefeller, então governador de Nova York, para uma missão: viajar para alguns países da América Latina com o objetivo de debater com os líderes políticos locais algumas das propostas para a região. Nixon apostava numa retórica sedutora para conquistar a confiança, inclusive entre os líderes locais dos países do continente. A habilidosa narrativa construída informava que, enquanto nação amiga, os Estados Unidos estavam interessados em estabelecer um diálogo horizontal que priorizasse a escuta. No encerramento do seu discurso, ele pontuou que o objetivo da viagem de Rockefeller não era “dizer às pessoas dos vários países o que os Estados Unidos querem que eles façam. Mas ele irá ouvir o que eles acreditam que podemos fazer juntos.”¹⁸²

O relatório final¹⁸³ apresentado por Rockefeller foi noticiado, por parte da imprensa brasileira, como de caráter eminentemente político e “o ponto de partida para a política a ser adotada pelos Estados Unidos na América Latina”. A questão da natureza dos regimes latino-americanos e a postura a ser adotada pelo governo norte-americano foram objeto de atenção especial no documento

¹⁸⁰ Tradução nossa. No original: “What we need is a new policy. What we need are new programs. What we need is a new way to look at problems. I would like our policies to be drawn up with eyes open, ears open, spirits open and hearts open”. *RG III 4*: Folder 1227; Box 152. Nelson A. Rockefeller Personal papers, Series O (FA 350), Subseries 8: Presidential Mission to Latin America. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

¹⁸¹ Tradução nossa. No original: “On examining global statistics relating to index of Latin America development during the life of the Alliance of Progress in comparison with the period directly preceding it and with the index of development of other areas of the world, I obtained a somewhat discouraging result”. *RG III 4*: Folder 1227; Box 152. Nelson A. Rockefeller Personal papers, Series O (FA 350), Subseries 8: Presidential Mission to Latin America. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

¹⁸² Tradução nossa. No original: “He will not go to tell the people of the various countries what the United States wants them to do. But he will go to hear what they believe we can do together”. *RG III 4*: Folder 1227; Box 152. Nelson A. Rockefeller Personal papers, Series O (FA 350), Subseries 8: Presidential Mission to Latin America. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

¹⁸³ ROCKFELLER, Nelson. **As condições de vida nas Américas**. Rio de Janeiro: Record, s/d.

Democracia é um problema muito sutil e difícil para a maioria das outras nações no Hemisfério. A tradição autoritária e hierárquica que tem condicionado e formado as culturas da maior parte dessas sociedades não se presta para o gênero típico de governo popular a que estamos acostumados. Poucos dentre esses países, ademais, tem alcançado suficientemente avançados sistemas econômicos e sociais necessários para apoiar uma organização política consistentemente democrática. Para muitas dessas sociedades, portanto, a questão é menos de democracia, ou ausência democrática, do que simplesmente uma maneira de viver em ordem (...). Entretanto, a questão fundamental para os Estados Unidos é de como poder cooperar para atender às necessidades básicas dos povos do Hemisfério, a despeito de desacordos filosóficos que possamos ter com a natureza de regimes específicos.¹⁸⁴

Essa abordagem não era em si uma novidade: em 1968, o cientista político Samuel Huntington alertava para o fato de que o desenvolvimento econômico abrupto seria, na verdade, gerador de instabilidade e declínio da política. Para ele, os chamados países do Terceiro Mundo, em regiões como Ásia, África e América Latina, não amadureceram em termos de ordem pública e instituições políticas para ter uma democracia. Nesse sentido, o problema não seria a forma de governo, mas sim a eficiência e a força do mesmo, já que, segundo essa visão, a abertura de canais de participação política em países em desenvolvimento era considerada um risco.¹⁸⁵ Nessa perspectiva, segundo Elizabeth Cancelli no texto *O golpe de 1964 e sua construção antitotalitária: âncoras teóricas e redes intelectuais*¹⁸⁶ seria possível afirmar que as ditaduras latino-americanas acabaram se convertendo em um ‘mal necessário’. Não seria surpresa, portanto, a participação ativa da gestão de Nixon na derrubada do governo democrático de Salvador Allende, no Chile, e a subida ao poder do ditador Augusto Pinochet.

Em Janeiro de 1970, Arthur Schlesinger, em texto intitulado *The Lowering Hemisphere*, se perguntava o que a administração de Nixon iria fazer pela nova América

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 62.

¹⁸⁵ HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

¹⁸⁶ No prelo.

Latina.¹⁸⁷ Em sua visão, Nixon “arrasta seus pés” na condução da política externa para a região, já que para ele o presidente teria enviado ao Congresso o menor pedido de assistência econômica desde que começou a Aliança para o Progresso. Além disso, as pressões, disputas e conflitos no governo Nixon envolviam membros do Congresso, Departamento de Estado e parte da sociedade civil que reivindicava o alcance do papel da política externa norte-americana em países que violavam direitos humanos. Para Schlesinger, que defendia abertamente o legado de John F. Kennedy, o governo Nixon e a missão Rockefeller pareciam querer imprimir na história das relações externas a ideia de que o projeto dos anos 1960 teria sido um fracasso.

Ainda na esteira das análises feitas por intelectuais ligados ao governo norte-americano, Abraham Lowenthal¹⁸⁸, especialista em política externa com foco na América Latina e Caribe, publicou na *Foreign Affairs* um longo ensaio sobre os efeitos da Aliança para o Progresso para as relações entre Estados Unidos e os países da América Latina. Intitulado *The Alliance Rhetoric versus Latin American Reality*, a construção do argumento de Lowenthal estava assentado, em parte, nos pressupostos defendidos por Nixon para a redefinição da sua política externa, com destaque para a noção de que “a principal premissa da Aliança – a compatibilidade simultânea de todos os seus objetivos: crescimento econômico, igualdade social, estabilidade política, democracia constitucional, promoção dos interesses econômicos privados dos EUA e a proteção da segurança nacional dos EUA – tem sido continuamente minada desde 1961”.¹⁸⁹ Apesar de criticar a real efetividade da Aliança para o Progresso, Lowenthal argumentava que aquele projeto não merecia ser amplamente desacreditado, conforme narrativa criada em meados dos anos 1970. Para ele, o desafio naquele momento “para

¹⁸⁷ No original: “What will the Nixon Administration do – what can it do – about the new Latin America?”. SCHLESINGER, Arthur. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/past/docs/issues/70jan/lowering.htm> Acessado em: 07 nov. 2018.

¹⁸⁸ Abraham Lowenthal enviou esse ensaio, em 26/12/1969, para Nelson Rockefeller apontando suas concordâncias e discordâncias em relação ao relatório dele. *RG III 4*: Folder 1216; Box 46. Nelson A. Rockefeller gubernatorial records, Diane Van Wie, Series 34 (FA 373), Subseries 5: Latin American trip. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

¹⁸⁹ LOWENTHAL, Abraham. *Alliance Rhetoric versus Latin American Reality*, *Foreign Affairs*, v. 48, no. 3, 1970. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/1970-04-01/alliance-rhetoric-versus-latin-american-reality> . Acessado em 10 nov. 2018.

os Estados Unidos e para a América Latina deveria ser não abandonar a Aliança, mas sim forjar uma real”.¹⁹⁰

Nesse sentido, compreender as relações entre Brasil e EUA a partir do apoio aos regimes ditatoriais por parte do governo norte-americano tende a desconsiderar os dissensos, conflitos e disputas no interior do aparato governamental como se o governo dos Estados Unidos fosse consensual em suas ações externas e internas. Importa compreender, portanto, os interesses conflitantes que conformaram a política externa estadunidense e a sua base ideológica de sustentação.

¹⁹⁰ *Idem, ibidem.*

Capítulo IV

4 de setembro de 1969: o sequestro de Charles Burke Elbrick nos papéis produzidos pela diplomacia norte-americana

No dia 18 de junho de 1969, Charles Burke Elbrick fez seu juramento de posse como novo embaixador dos Estados Unidos para o Brasil. Em sessão solene, um porta-voz do governo começou o discurso discorrendo sobre a carreira impecável de Elbrick à serviço do seu país, enfatizando que a apresentação de suas credenciais serviam para reafirmar “a grande confiança que o presidente e todos nós depositamos nele”.¹⁹¹ Ainda naquela ocasião, foi destaque a importância da função atribuída à Elbrick, já que o Brasil era considerado um país-chave no desenvolvimento da política externa dos Estados Unidos:

Eu não tenho que lhe dizer, Burke, o quão significativa considero sua designação para o Brasil. Nosso governo tem um amplo espectro de relações com o Brasil e é gratificante que seus talentos e experiências estejam disponíveis para uma missão tão importante e difícil. Para o Brasil, é claro, é significativo que estejamos enviando como nosso embaixador um dos nossos mais destacados diplomatas de carreira que, por sinal, é extremamente versado na língua e na cultura portuguesas. Burke, quero que você saiba que tem o apoio total de todos nós aqui em Washington por sua ida ao Brasil. Todos desejamos a melhor sorte. Sabemos que você e a Sra. Elbrick contribuirão muito para a continuidade das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos e que você cumprirá sua missão desafiadora no mesmo estilo e com o mesmo entusiasmo que marcou seu trabalho no passado.¹⁹²

¹⁹¹ Tradução nossa. No original: "The great confidence and trust the President and all of us place in him." RG 59: *Records Relating to Brazil (1962-1975)*. Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs. Folder: Ambassador Elbrick 69-70 (Box 14). National Archives and Records Administration (NARA II).

¹⁹² Tradução nossa. No original: "I don't have to tell you, Burke, how significant I consider your assignment to Brazil to be. Our government has a broad spectrum of relations with Brazil, and it is gratifying that your talents and experience are available to us for such an important and difficult mission. For Brazil, of course, it is significant that we are sending as our Ambassador one of our most distinguished career diplomats who, by the way, is extremely well versed in the Portuguese language and culture. Burke, I want you to know that you have the complete backing off all of us here in Washington as you go to Brazil. We all wish you the very best of luck. We know that you and Mrs. Elbrick will contribute greatly

De fato, Charles Burke Elbrick contava com grande prestígio naquele momento e a maior prova disso, segundo o mesmo porta-voz destacado para colocar o embaixador em evidência naquele dia, foi o fato do Senado ter confirmado sua nomeação sem a realização de audiência, o que era considerado raro. Recém-chegado da Iugoslávia, Elbrick era visto como um dos funcionários do Serviço Exterior cujo talento e carreira se destacavam. Seguindo todos os protocolos oficiais, a agenda do novo embaixador foi exaustivamente documentada nos dias que antecederam sua partida para o Brasil. Henry Kissinger alertava para a importância de um encontro entre Elbrick e Nixon, pois “para que ele seja verdadeiramente eficaz como enviado do Presidente, os brasileiros precisam saber que ele se encontrou pessoalmente com o presidente para falar sobre o Brasil”.¹⁹³ Além disso, Kissinger argumentava que Elbrick “estará indo para o Brasil quando as relações entre os dois países estiverem sob algum tipo de tensão, como resultado de desenvolvimentos políticos internos, particularmente desde o 5º Ato Institucional de dezembro passado”.¹⁹⁴

to the continuation of good relations between Brazil and the United States and that you will accomplish your challenging mission in the same style and with the same enthusiasm that has marked your service in the past." *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs.* Folder: Ambassador Elbrick 69-70 (Box 14). National Archives and Records Administration (NARA II).

¹⁹³ Tradução nossa. No original: “Also, for him to be truly effective as the President's envoy, the Brazilians need to know that he has personally consulted with the President about Brazil”. *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs.* Folder: Ambassador Elbrick 69-70 (Box 14). National Archives and Records Administration (NARA II).

¹⁹⁴ Tradução nossa. No original: “he will be going to Brazil when relations between our two countries have been under some strain as a result of internal political developments there, particularly since the 5th Institutional Act of last December”. *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs.* Folder: Ambassador Elbrick 69-70 (Box 14). National Archives and Records Administration (NARA II).

Encontro entre Charles Burke Elbrick e Richard Nixon em 21/06/1969.¹⁹⁵

Um ano depois de ter desembarcado no Brasil, no dia 8 de julho de 1970, entretanto, o embaixador Elbrick enviou a Nixon uma carta de renúncia. Ele informava que no momento em que foi designado para servir no país, no ano anterior, foi uma grata surpresa, não apenas em função da importância da missão, mas também porque “o Brasil é conhecido como caloroso e pessoas carinhosas”. A justificativa de Elbrick para renunciar ao cargo era a de que o sequestro de que ele havia sido vítima teria causado consequências profundas:

[...] Eu estava preparado para permanecer em meu posto – e isso foi possível graças às demonstrações frequentes de calor humano e carinho por parte dos brasileiros – se não fosse pela recomendação do médico da embaixada de que eu voltasse a Washington para exames médicos. Isso eu fiz em maio e, como consequência, fui obrigado a fazer uma cirurgia de emergência em 19 de maio, seguido por outra intervenção cirúrgica em 29 de maio. As opiniões médicas, baseadas na necessidade de um longo acompanhamento exigido após a operação, foram que eu não retornasse ao Brasil. Assim, relutantemente, ofereço-lhe minha renúncia como embaixador no Brasil. Tem sido um grande privilégio e uma honra servir ao meu país como seu representante, e agradeço profundamente a confiança depositada em mim. Lamento apenas não ter concluído minha jornada.¹⁹⁶

Os acontecimentos decorridos na temporalidade compreendida entre a nomeação de Charles Elbrick (1969) e a sua carta de renúncia (1970) foram marcantes e decisivos não apenas para a vida e carreira do embaixador, mas atingiram outros sujeitos políticos

¹⁹⁵ White House Special Files. President's Office files (Box 2). *Richard Nixon Presidential Library and Museum*.

¹⁹⁶ Tradução nossa. No original: "I was quite prepared to stay on at my post - and this was made possible by frequent displays of warmth and affection by the Brazilians - had it not been for Embassy doctor's recommendation that I return to Washington at this time for a medical examination. This I did in May and as a consequence I was obliged to undergo emergency surgery on May 19, followed by another surgical intervention on May 29. Being their opinions largely on the long follow-up required after the operation, the doctors have recommended that I not return to Brazil and so I reluctantly tender to you my resignation as Ambassador to Brazil. It has been a great privilege and an honor to serve my country as your representative, and I deeply appreciate the confidence which you have shown in me. I am only sorry that I did not complete a normal tour." RG 59: *Records Relating to Brazil (1962-1975)*. *Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs*. Folder: Per - Ambassador Elbrick - Resignation (Box 14). National Archives and Records Administration (NARA II).

diretamente envolvidos no sequestro. Em setembro de 1969, Elbrick transformaria-se em personagem principal de um episódio quando as missões diplomáticas haviam se tornado alvo da guerrilha urbana.

Os sequestros políticos, de um modo geral, criaram repercussão não apenas entre os governos diretamente envolvidos, mas o mundo debruçara sua atenção a esta nova modalidade de ação. No caso do episódio envolvendo Charles Burke Elbrick, pela análise de um variado conjunto documental (telegramas, informes, declarações, notícias de jornais, etc) vê-se que o que é discutido não é apenas o sequestro de Elbrick, mas questões como o aperfeiçoamento da segurança nas embaixadas e a ideia, levantada principalmente nos círculos militares, de que Elbrick teria facilitado a ação ao circular pelas ruas do Rio de Janeiro sem a segurança reforçada. Um tópico fundamental também presente nos documentos é o questionamento de como o sequestro poderia interferir no futuro das relações entre Brasil e Estados Unidos, além da necessidade de reavaliar se seria prudente que o embaixador continuasse a ocupar o posto diplomático no Brasil a partir da observação que seu poder de negociação diplomática estava seriamente comprometido.

Em 1969, os sequestros políticos ainda não eram muito comuns e vários governos acabaram por desenvolver um *know how* para lidar com essa nova modalidade de ação. A questão da comunicação seria um ponto fundamental – e por isso mesmo sensível – justamente porque eram muitos os sujeitos envolvidos na trama dos sequestros. Para a grande imprensa, um sequestro político aparecia como uma espécie de *trailer* cinematográfico: emergiam confrontos, divergências e tensões. A busca pelo furo de reportagem comprometeria, em muitos casos, o discernimento necessário para lidar com os fatos. Havia a noção de que a multiplicação de informações de natureza distinta poderia passar a ideia de confusão, já que havia muitas mensagens sendo compartilhadas ao mesmo tempo.

Essas questões permeavam as trocas de informações entre os funcionários do Departamento de Estado que dialogaram diretamente com a embaixada no Brasil no momento do sequestro de Charles Burke Elbrick. Várias delas indicam a preocupação com a necessidade de tomar cuidado na disseminação de notícias falsas, ou mesmo o compartilhamento de informações que interessavam, em última instância, apenas ao governo norte-americano. Em memorando enviado a Charles A. Meyer, em 6 de

setembro de 1969, Robert W. Dean reafirmava o necessário cuidado com o repasse de informações, sobretudo as informações repassadas à grande imprensa, pois:

Belton disse que teve os problemas habituais de declarações falsas em jornais atribuídas a fontes da embaixada. Um exemplo apareceu nos jornais desta manhã no Rio foi o de que o Embaixador Elbrick iria imediatamente para Washington após a soltura, 'de acordo com um porta-voz da embaixada'. Outras declarações de menor importância também foram publicadas na imprensa e foram atribuídas a fontes da Embaixada. Belton disse que mesmo um simples 'sem comentários' frequentemente dá origem a tais declarações, mas ele me assegurou que a Embaixada não emitiu nenhum comunicado nem fez declarações formais à imprensa, apesar da considerável pressão dos jornalistas americanos e brasileiros e de nossa própria assessoria de imprensa da Embaixada, que naturalmente deseja ser ágil aos seus usuários. Solidarizei-me com Bill e insisti que ele continuasse firme nessa questão e disse que temos o mesmo problema aqui, aumentado cem vezes.¹⁹⁷

Brian Michael Jenkins dizia que, de fato, não existiam fórmulas prontas e infalíveis para lidar com os problemas envolvendo o constante intercâmbio de informações, mas existiam alguns princípios gerais a serem seguidos pelos funcionários do governo dos EUA

1) Quanto menos dito em público, melhor. O volume de comunicações é enorme. Tudo o que é dito é provável que se perca no ruído ou, pior, seja mal interpretado com possíveis trágicas consequências.

¹⁹⁷ Tradução nossa. No original: "Belton said he has had the usual problems of false newspaper quotes attributed to Embassy sources. One example appearing in this morning's newspapers in Rio was to the effect that Ambassador Elbrick would proceed immediately to Washington upon release, 'according to an Embassy spokesman'. Other quotes or statements of lesser import have also found their way into the press and have been attributed to Embassy sources. Belton said that even a flat 'no comment' frequently gives rise to such quotes, but he assured me that the Embassy has issued no releases nor made any formal statements to the press despite considerable pressure from U.S. and Brazilian newsmen and from our own Embassy press section, which naturally desires to be responsive to their clients. I commiserated with Bill, urged his continued firm stand on this question, and said we had the same problem here augmented a hundredfold". *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs.* Folder: Kidnapping of Ambassadors and other U.S. personnel 1969-70 (Box 15). National Archives and Records Administration (NARA II).

2) Observações improvisadas de oficiais de alto escalão devem ser completamente evitadas. Elas provavelmente receberão atenção que não merecem. Podem, inadvertidamente, complicar as negociações, excluir opções e enaltecer ainda mais um evento que provavelmente terá um desfecho trágico.

3) O governo deve falar com uma só voz; todas as comunicações devem ser coordenadas. A entrevista off-the-record pode ter um efeito maior do que a palavra oficial.

4) Os vários públicos devem ser identificados. Aqueles que se comunicam devem pensar sobre a mensagem a ser enviada e o efeito que ela provavelmente terá sobre as outras partes. Deve ser lembrado que tudo será ouvido por todos.

5) As respostas públicas do governo devem ser mantidas tão discretas quanto possível. O governo dos EUA está na margem, sua capacidade de determinar o resultado de um seqüestro político de maneira positiva é limitada. Os sequestradores podem decidir assassinar um oficial americano e não podemos detê-los. Em tais circunstâncias, não há razão para elevar o confronto.

6) As mensagens devem ser diretas e simples. Esta precaução é susceptível de azedar os corações dos diplomatas. Mas um seqüestro é um momento de crise. O volume de ruído é alto. Mensagens sutis raramente são recebidas.

7) A regra não deve equiparar as comunicações às negociações e concessões. Elas são coisas diferentes.

8) Cuidado com intermediários. Eles raramente são neutros ou passivos. Eles vão conduzir o governo a concessões e denunciá-lo por não fazê-las.

9) Jargão de comissões não funciona. Não será compreendida por aqueles que não estão presentes no debate.¹⁹⁸

¹⁹⁸ Tradução nossa. No original: "1. The less said in public the better. The volume of communications is enormous. Anything said is likely to be lost in the noise or, worse, misinterpreted with possibly tragic consequences. 2. Off-the-cuff remarks by high-ranking officials should be avoided altogether. They are likely to get attention they don't deserve. They may inadvertently complicate affairs, foreclose options, and further elevate an event that is likely to have a tragic outcome. 3. The government must speak with a single voice; all communications should be coordinated. The off-the-record interview may have greater effect than the official briefing. 4. The various audiences should be identified. Those communicating should think about the message to be sent and the effect it is likely to have on the other parties. It must be remembered that everything will be heard by everyone. 5. The government's public responses should be kept as low-key as possible. The U.S. government is at the margin, its ability to determine the outcome of a political kidnapping in a positive way is limited. The kidnappers may decide to murder an American official, and we cannot stop them. In such circumstances, there is no reason to elevate the confrontation. 6. Messages should be blunt and simple. This admonition is likely to curdle the hearts of diplomats. But a kidnapping is a time of crisis. The volume of noise is high. Subtle messages are seldom received. 7. Policy ought not to equate communications with negotiations and concessions. They are different things. 8. Beware of intermediaries. They are seldom neutral or passive. They will drive the government toward concessions and denounce it for not making them. 9. Committee language does not work. It will not be understood by those not present at the debate. JENKINS, Brian Michael. **Talking to terrorists.** Rand Corporation, California, 1982, p. 14-5.

As advertências presentes nesse manual, produzido pela Rand Corporation, são especialmente interessantes porque a dificuldade não é a comunicação em si, mas os problemas decorrentes de muitas declarações públicas circulando ao mesmo tempo e as consequências disso. Essas questões foram levantadas com o objetivo de delinear a natureza do papel dos respectivos governos – brasileiro e norte-americano – nas negociações envolvendo o sequestro de Charles Burke Elbrick. A análise dos documentos nos informa que temos duas temporalidades distintas para as discussões envolvendo o sequestro de Elbrick: os dias que duraram a ação e os meses que se seguiram desde sua libertação até o seu afastamento do cargo de embaixador e retorno aos Estados Unidos.

Social network diagram¹⁹⁹

O diagrama acima é uma representação visual dos vínculos que podem ser estabelecidos com Charles Burke Elbrick. Como veremos nas páginas a seguir, a maioria dos indivíduos listados possuiu estreita relação com o Embaixador, sobretudo em função do sequestro. O esforço para desnudar aspectos da carreira de Elbrick, seus posicionamentos políticos e as repercussões em torno do sequestro exigiu, assim como o diagrama, um esforço para tentar compreender o papel dos personagens que, aos poucos, foram aparecendo nos documentos e informando novas pistas.

4.1 - Rua Barão de Petrópolis, nº 1026, Rio de Janeiro: “*senhor, sequestraram nosso embaixador!*”

¹⁹⁹ <http://revoltnow.wikifoundry.com/page/Charles+Burke+Elbrick+-+Career+US+Ambassador> Acesso em: 20/11/2018.

sequestro, o clima tornou-se tenso junto aos integrantes da Junta Militar, pois parte da corporação considerava inadmissível que o governo negociasse com “terroristas”.

De fato, o clima naquele começo de setembro não estava nada calmo no país, pois, além do sequestro, um derrame cerebral sofrido pelo presidente Costa e Silva, no dia 1º de setembro de 1969, acabou resultando na edição do Ato Institucional nº12 (AI-12) que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo e nomeava uma Junta Militar provisória. Os nomes escolhidos para compor a Junta foram: o Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha; general Aurélio de Lira Tavares, do Exército; e Márcio de Sousa e Melo da Aeronáutica. De acordo com Maud Chirio, “a imposição hierárquica causa um mal-estar na oficialidade contestadora mais afastada dos círculos do poder, que, por sua vez, transfere para a Junta toda a desconfiança que lhe inspiravam o círculo presidencial e parte do governo”.²⁰¹

Por outro lado, é válido ressaltar que os conflitos intramilitares certamente não começaram ou tiveram fim em 1969. Na verdade, a conjuntura aberta pelo período em que a Junta Militar esteve no poder e o sequestro de Elbrick trouxeram à tona, mais uma vez, as disputas de poder no interior da corporação militar. Não é possível perder de vista que estas disputas envolviam não apenas a legitimidade da Junta, mas também e, sobretudo, as discussões sobre quem ocuparia o próximo cargo de presidente.

A divulgação de um “manifesto revolucionário” dos sequestradores em rede nacional e a libertação de 15 presos políticos em troca da vida do embaixador fez com que o jornalista Carlos Chagas, Secretário de Imprensa de Costa e Silva, assim se pronunciasse:

Se se registravam sinais de inquietação militar e inconformidade quanto à permanência da Junta, foi com o sequestro que eles cresceram. Vejo o primeiro bilhete dos raptos, impondo condições, de início que todas as emissoras de rádio, televisão e os jornais divulgassem seu manifesto conclamando o povo à revolução. Depois, exigindo a troca do americano por um grupo de estudantes e líderes operários, presos em vários Estados, aparentemente sem a menor ligação entre eles. Os mais radicais tiveram reação imediata, especialmente no Rio: ‘jamais compactuar com os subversivos. Lutar até o fim. Para cada ação violenta de um lado, três ou quatro do outro.

²⁰¹ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 148-9.

Deixar os acontecimentos como estavam e, caso cumprida a promessa e morto o Embaixador, fuzilar os quinze exigidos em troca.²⁰²

O Alto Comando militar também não parecia satisfeito com a ideia de “se render” às exigências dos sequestradores. A divulgação do manifesto lido em rede nacional, em plena Semana da Pátria, atingia um dos objetivos da ação: a denúncia, no Brasil e no exterior, de violações de direitos humanos praticadas pelo regime. Circulava nos círculos militares e na imprensa o fato de que Elbrick havia dispensado, duas semanas antes do ocorrido, a segurança pessoal oferecida pela Secretaria de Segurança do Estado alegando que estava há pouco tempo no Brasil e era pouco conhecido.²⁰³ Como veremos adiante, as declarações do embaixador em relação ao tempo em que ficou no cativeiro e sua convivência com seus raptos foi outro fator de descontentamento no governo militar.

O chefe-adjunto de missão da embaixada norte-americana, William Belton, foi um dos principais articuladores nas negociações pela soltura de Elbrick junto ao governo brasileiro e, em especial, com o Ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto. Em Washington, Belton comunicava os rumos das negociações aqui no Brasil, via de regra, com Robert W. Dean, diretor do *Bureau for Latin America* do Departamento de Estado. Um dos objetivos de Dean era não apenas transmitir as notícias e análises à alta cúpula do governo norte-americano, mas sugerir estratégias de ação. A partir do intercâmbio de informações que se seguiu durante os três dias que duraram o sequestro, Belton insistia que a libertação com vida do embaixador Elbrick não dependia apenas da “boa vontade” do governo brasileiro. Os ruídos no interior das Forças Armadas eram visíveis e indicavam um dissenso absoluto sobre o “caso Elbrick”. Ademais, a ausência de uma mensagem assinada diretamente pelo presidente dos EUA não contribuía em nada para o desfecho do caso.

Belton que estava no local dos acontecimentos parece sugerir que pouco estava sendo feito para que a vida de Elbrick fosse preservada, inclusive por parte do governo norte-americano. No dia que o embaixador foi sequestrado, Dean registrara que “Belton

²⁰² CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979, p. 100.

²⁰³ “Elbrick dispensara segurança pessoal oferecida pelo Estado há duas semanas”. *Jornal do Brasil*, 5/9/1969.

pediu orientação sobre a recomendação de Washington ao governo do Brasil em relação ao cumprimento dessas demandas. Eu disse que o deixaria saber qual era a nossa posição o mais cedo possível, mas que minha reação inicial foi que, por todos os meios, se fizesse tudo o que fosse necessário para salvar o embaixador”.²⁰⁴ O documento confidencial assinado em 5 de setembro de 1969 por Jeffrey C. Petersen, Ministro para Assuntos Comerciais da Embaixada Britânica no Rio de Janeiro, e intitulado “Sequestro do Embaixador dos Estados Unidos”, era revelador da tensão existente:

Se o embaixador não for recuperado vivo, o efeito nas relações Brasil/Estados Unidos poderá, obviamente, ser grave, e o efeito da imagem do Brasil nos Estados Unidos, pouco aquém de desastroso. Para evitar essa situação, o governo brasileiro talvez seja forçado à humilhação de aceitar todas as exigências dos grupos terroristas responsáveis, pouco depois de ter alegado que as atividades desses mesmos grupos não apresentavam uma séria ameaça.²⁰⁵

Em conversa com Magalhães Pinto, Belton insistia que o problema não estava apenas na pressão de setores da corporação militar, mas também na inexistência de coordenação das forças de segurança no Brasil.²⁰⁶ Além disso, nenhuma carta oficial do governo norte-americano havia chegado à Junta Militar. O governo brasileiro, no entanto, sabia que independentemente de uma manifestação de apreço por parte do presidente Nixon ou do seu Secretário de Estado, no final das contas, a responsabilidade pelas negociações e pela vida do embaixador era da Junta Militar. No mesmo dia em que Elbrick foi sequestrado, reuniram-se no Itamaraty os integrantes da Junta Militar, o

²⁰⁴ Tradução nossa. No original: “Belton asked for guidance as to Washington's recommendation to the Government of Brazil concerning compliance with these demands. I said I would let him know what our position was as soon as possible but that my initial reaction was that by all means urge everything necessary to save the Ambassador”. *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs.* Folder: Pol 23-8 – Kidnapping Amb. Elbrick 1969 (Box 11). National Archives and Records Administration (NARA II).

²⁰⁵ CANTARINO, Geraldo. **A ditadura que o inglês viu: documentos diplomáticos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura política em 1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, pp. 76-7.

²⁰⁶ *RG 59: Subject Numeric Files* (Box 169) – National Archives and Records Administration (NARA II).

Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, o general Jaime Portela e o chefe do Serviço Nacional de Informações, Carlos Alberto Fontoura. Após intensas negociações, a decisão sobre o “caso Elbrick” havia sido tomada e a Junta Militar optou por ceder às exigências dos sequestradores. No dia 5 de setembro, Magalhães Pinto fez o seguinte comunicado à imprensa nacional e internacional:

São do conhecimento público as circunstâncias ligadas ao sequestro do Embaixador dos Estados Unidos da América, Sr. Charles Burke Elbrick, por terroristas empenhados na subversão da ordem pública nacional. Em manifesto lançado na ocasião do delito, os terroristas exigem, sob a ameaça de matar o Embaixador, que o governo faça divulgar na íntegra aquele manifesto e envie para o exterior quinze indivíduos atualmente detidos por atividades subversivas. Convencido de interpretar com fidelidade os sentimentos profundos e autênticos do povo brasileiro, o governo decidiu fazer o que está a seu alcance para evitar que se sacrifique mais uma vida humana, sobretudo quando se trata da pessoa de um representante diplomático, ao qual o Estado brasileiro, tradicionalmente hospitaleiro, deve proteção especial. O governo já autorizou a divulgação do manifesto e determinará a transferência para o exterior dos 15 detidos, cujos nomes já lhe foram indicados. Desse modo, recairá totalmente sobre os sequestradores a responsabilidade por qualquer dano à incolumidade da pessoa do Embaixador Charles Burke Elbrick.²⁰⁷

A declaração de Magalhães Pinto não foi apenas uma mensagem informando que o governo havia decidido se curvar às demandas dos guerrilheiros. A Junta Militar sabia que a leitura do manifesto²⁰⁸, produzido pela ALN e MR-8, representaria, ao menos no plano simbólico, uma derrota muito grande para o regime militar. O governo se antecipou e antes de divulgar o manifesto em rede nacional decidiu construir a sua própria narrativa a ser intensamente divulgada nos meios nacionais e internacionais sobre aquele incidente político. Magalhães Pinto enfatizava que os sequestradores eram terroristas e os presos políticos a serem libertados, autores de atividades subversivas. O

²⁰⁷ *Jornal do Brasil*, 6/9/1969.

²⁰⁸ Cf. Anexo II.

governo lembrava ao povo brasileiro a tradição hospitaleira e, por isso, a inadmissibilidade de colocar em risco a vida de Elbrick. O fato é que estava fora de questão relativizar, pelo menos publicamente, a importância de preservar a integridade do embaixador, mesmo que para isso fosse necessário que o governo militar sofresse um *revés* político e simbólico. Por mais que Elbrick estivesse sendo duramente criticado, o foco naquele momento era demonstrar a boa vontade que o governo brasileiro, como nação amiga, estava concentrando todos seus esforços para a resolução do caso.

Nos bastidores, no entanto, o clima era outro. No momento em que a Junta Militar resolveu negociar com os sequestradores, foi a vez de Magalhães Pinto pressionar Belton que, imediatamente, respondeu com uma mensagem não mais para Robert W. Dean, mas para o Secretário de Estado, William P. Rogers:

O ministro do Exterior Magalhães Pinto me disse essa tarde que a decisão de negociar com os sequestradores foi muito difícil para os ministros militares e que há grupos dentro das Forças Armadas que estão descontentes com a decisão. (...) Magalhães Pinto também afirmou que alguma manifestação de apreço por parte do governo dos EUA, que poderia ser publicada na imprensa de amanhã também poderia ser muito útil. Ele acha que deve vir de Washington, em vez de partir daqui.²⁰⁹

Belton foi ainda mais enfático na mensagem seguinte ao afirmar que, por mais que o Departamento de Estado estivesse enviando notas de agradecimento ao governo brasileiro pelos esforços que estavam sendo feitos, seus compatriotas não poderiam subestimar como o impacto daquele episódio poderia ter um custo político muito alto para as relações entre os dois países. Assim como Magalhães Pinto, Belton considerava que as manifestações de apreço deveriam vir de Washington, mas, sobretudo da alta cúpula do governo: “peço que o Presidente e o Secretário de Estado enviem mensagens

²⁰⁹ Tradução nossa. No original: “Foreign Minister Magalhães Pinto told me this afternoon that decision to negotiate with kidnappers was a very difficult one for military ministers and that there are groups within the military who are unhappy about the decision. (...) Magalhães Pinto also felt that some manifestation of appreciation from U.S. government which could be published in tomorrow’s press would also be very useful. He thought it should come from Washington rather than from here”. *RG 59: Subject Numeric Files* (Box 169) – National Archives and Records Administration (NARA II).

adequadas o mais rapidamente possível depois de sabermos da libertação segura de Elbrick”.²¹⁰ Solicitava, ainda, que o texto fosse endereçado à Junta Militar, tendo em vista que foi ela quem negociou com os sequestradores. Em Washington, a pressão de Belton se espalhou pelo Departamento de Estado. Em 5 de setembro de 1969, Charles A. Meyer recebeu a seguinte mensagem de Robert W. Dean²¹¹:

Belton também afirmou que a decisão de negociar com os sequestradores e cumprir com suas exigências era muito difícil para o governo e que certos elementos nas fileiras não estavam muito felizes com isso. Ele disse que foi perguntado em bases confidenciais (presumivelmente por Magalhães Pinto) que nós fazemos o que podemos para que isso pareça ser a coisa certa a ser feita. Ele sugeriu que uma mensagem de alto nível de apreciação na linha da declaração do meio-dia de McCloskey hoje seria muito útil, particularmente se chegasse ao Brasil hoje à noite a tempo para os jornais de amanhã de manhã. Uma mensagem do próprio presidente Nixon seria ótima, mas, se isso fosse difícil, uma do Secretário Rogers seria de grande ajuda. Sugiro a seguinte mensagem ao Presidente Costa e Silva ou ao Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto: ‘Em meu próprio nome e em nome do Governo dos Estados Unidos, gostaria de expressar-lhe nossa profunda gratidão pelas ações que você e o Governo do Brasil tomou e está adotando para o retorno seguro do Embaixador Elbrick’. Pessoalmente, acredito que uma mensagem do secretário Rogers ao Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, pode ser o nível correto nesse caso. Talvez devêssemos reservar qualquer palavra do nosso Presidente para o momento da libertação do Embaixador Elbrick. No entanto, se decidirmos enviar uma mensagem de Presidente para Presidente neste momento, eu recomendaria acrescentar uma nota sobre a saúde do Presidente, talvez na seguinte linha: ‘Fiquei muito triste por saber de sua doença recente, mas sou encorajado por relatos que tenho tido sobre a melhora de sua saúde e envio meus melhores votos pessoais para uma rápida recuperação’.²¹²

²¹⁰ Tradução nossa. No original: “I urge that the president and the secretary of state send appropriate messages as soon as possible after we know of ambassador Elbrick’s safe release”. *RG 59: Subject Numeric Files* (Box 169) – National Archives and Records Administration (NARA II).

²¹¹ Notamos nos documentos analisados que as informações que chegavam do Brasil para Robert W. Dean eram essencialmente enviadas para conhecimento de Charles A. Meyer.

²¹² Tradução nossa. No original: “Belton also stated that the decision to negotiate with the kidnappers and comply with their demands was a very difficult one for the GOB to make and that certain elements in the ranks were not very happy about it. He said he was asked on a confidential basis (presumably by Magalhaes Pinto) that we do what we can to make this seem to be the right thing to have done. He suggested that a high level message of appreciation along the lines of McCloskey’s noon statement today would be very helpful in this regard, particularly if it reached Brazil tonight in time for tomorrow morning’s newspapers. A message from President Nixon himself would be great, but if that should prove difficult, one from Secretary Rogers would be helpful. I would suggest the following message either to

No dia 7 de setembro, uma breve mensagem do Departamento de Estado exaltando os esforços que foram feitos na condução do caso pelo governo brasileiro foi divulgada.²¹³ Pelo que consta, Richard Nixon tinha resolvido se pronunciar, mas deixava claro que a Casa Branca não tinha interesse em divulgar aquela mensagem para a imprensa. Não é possível afirmar se a carta enviada teria sido mesmo escrita por Nixon, mas o que importa notar aqui é a pouca disposição da alta cúpula do governo norte-americano em se enredar numa teia de trocas de informações, chantagens e pressões internas e externas. Ainda que o presidente Nixon não tivesse naquele momento o manual de como proceder em casos envolvendo sequestros diplomáticos, não há dúvidas sobre o entendimento de que as obrigações no que diz respeito à garantia da integridade das missões diplomáticas eram, em última instância, do governo anfitrião.

Nesse primeiro momento, ou seja, os três dias que duraram o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, diversas narrativas foram construídas, mas, sobretudo, muitas tensões foram expostas na tentativa de encontrar um modo para lidar com as demandas dos guerrilheiros, ao mesmo tempo que isso não evidenciasse que o governo brasileiro não tinha mais controle da situação. Por isso mesmo, a Junta Militar tratou de capitalizar rapidamente o sequestro: nos dias que sucederam a ação e nos meses seguintes, a repressão aos grupos armados mostrou-se cada vez mais intensa e sofisticada, já que quase metade dos participantes *caiu* antes que a libertação do embaixador tivesse completado um mês.²¹⁴ No mesmo dia em que Elbrick foi libertado,

President Costa e Silva or to Foreign Minister Magalhaes Pinto: 'On my own behalf and on behalf of the United States Government I would like to express to you our very deep appreciation for the actions you and the Government of Brazil have taken and are taking to effect the safe return of Ambassador Elbrick'. I personally believe that a message from Secretary Rogers to Foreign Minister Magalhaes Pinto may be the right level in this case. Perhaps we should reserve any word from our President for the moment of Ambassador Elbrick's release. However, should we elect to send a President-to-President message at this time, I would recommend adding a note about the President's health, perhaps along the following line: "I was very sorry to hear of your recent illness but am encouraged by reports I have seen of improvement in your health and send you my personal best wishes for a speedy recovery". *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs. Folder: Pol 23-8 - Kidnapping Amb. Elbrick 1969 (Box 11). National Archives and Records Administration (NARA II).*

²¹³ *RG 59: Subject Numeric Files (Box 169) – National Archives and Records Administration (NARA II).*

²¹⁴ DARIN, Silvio. **Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 20.

a retórica utilizada pela Junta Militar, em comunicado oficial, informava que não apenas a existência da Junta era legítima como todas as medidas tomadas a partir daquele momento:

Os acontecimentos que acabam de abalar profundamente os sentimentos do povo brasileiro, despertando-lhe a mais justa indignação, demonstram de modo inequívoco o quanto eram procedentes as razões que determinaram a decisão adotada pelo Alto Comando das Forças Armadas, no impedimento transitório do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de editar o Ato Institucional nº 12 (...). Serão preservadas a qualquer preço, a ordem e a tranquilidade da comunidade brasileira. Pode o povo confiar, nesta grave conjuntura, na ação serena e energética dos seus dirigentes, que contam com o apoio patriótico das forças armadas, unidas e coesas para a salvaguarda dos valores espirituais e dos ideais que inspiraram a Revolução de março.²¹⁵

De acordo com o cineasta Silvio Da-Rin, o assassinato de Marighella, em novembro de 1969, está diretamente ligado a uma polêmica que se desenvolve há 40 anos: o sequestro do embaixador norte-americano representou ou não um marco na repressão política no Brasil? É inegável que a própria ideia de *fazer concessões* aos grupos armados envolvidos na ação, aliada ao desgaste que o episódio certamente causou teria servido como justificativa para a intensificação da repressão. Ainda assim, nos parece prematuro estabelecer uma relação de causa e efeito entre o recrudescimento da repressão e a opção da esquerda pela luta armada naquele momento, ou o seu contrário, através da compreensão retrospectiva de ambos os lados. Isso porque, de acordo com a historiadora Denise Rollemberg “se o AI-5 explicou e justificou a luta armada, jogou um véu sobre uma opção substancial que parte das esquerdas brasileiras vinha assumindo, antes de 1968, antes de 1964, ainda mesmo nos anos 1950”.²¹⁶

²¹⁵ BERQUÓ, Alberto, 1997, p. 129.

²¹⁶ ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**, p. 4. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

O ponto levantado por Rollemberg é de fundamental importância na tentativa de compreender também as *batalhas de memórias* em torno da luta armada, sobretudo no momento da chamada abertura política em fins da década de 1970. A dificuldade de lidar com a aceitação da violência revolucionária, aliada à conjuntura aberta pelas discussões em torno da luta pela anistia e a *necessária* transição rumo a um novo tempo, sem os chamados revanchismos, teria sido responsável pela ressignificação das ações dos militantes que pegaram em armas na década de 1960 como jovens românticos, destemidos, inconsequentes e, sobretudo, como “parte integrante da *resistência democrática*”.²¹⁷

O que pode ser verificado de imediato como consequência direta do sequestro de Charles Elbrick é que foram suspensos direitos como a nacionalidade e a inviolabilidade do direito à vida previstos, respectivamente, nos artigos 140 e 150 da Constituição de 1967. No dia 8 de setembro de 1969, com a promulgação do Ato Institucional nº13 (AI-13) foi instituído o banimento do território nacional aqueles considerados “inconvenientes, nocivos ou perigosos à segurança nacional”.²¹⁸ Em 9 de setembro desse mesmo ano, ou seja, um dia após a decretação do banimento, outra medida discricionária diretamente relacionada ao sequestro foi tomada: a edição do Ato Institucional nº 14 (AI-14) que previa a pena de morte e a prisão perpétua para os chamados “subversivos” da ordem.

A promulgação do banimento e o restabelecimento da pena de morte podem ser compreendidos levando em consideração que a Junta Militar dava também demonstração de força com o objetivo de prevenir o sucesso de novas ações, e acenava aos setores militares que ainda criticavam a decisão de negociar com os sequestradores. A saída encontrada pela Junta Militar era considerada “uma humilhação inadmissível: a vida de um embaixador estrangeiro em troca de feridas na honra nacional”.²¹⁹ Em

²¹⁷ FICO, Carlos. “1968: o ano que terminou mal”. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. **1968: 40 anos depois: História e Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 225.

²¹⁸ RIBEIRO, Denise Felipe. **A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. Dissertação de mestrado. Departamento de História. Rio de Janeiro: UFF, 2012, p. 60.

²¹⁹ Tradução nossa. No original: “an admissible humiliation: the life of a foreign ambassador in exchange for wounds on the national honor”. RG 84: *Brazil U.S. Consulate General (1962-1974)*, São Paulo: *Classified Central Subject Files*. Folder: Pol 23-8 – Demonstrations Riots (Box 34). National Archives and Records Administration (NARA II).

documento amplamente veiculado nos círculos oficiais, em 6 de setembro, quando o governo já havia acenado em direção à negociação, argumenta-se quais seriam os principais motivos pelos quais a Junta não deveria se submeter às exigências dos sequestradores:

A honra da nação e de seu governo está em jogo. Submeter-se ao ultimato constituiria uma humilhação admissível: a vida de um embaixador estrangeiro em troca de feridas na honra nacional. O risco que o embaixador americano administra é natural para sua função. Em nenhuma parte do mundo alguém desfruta de garantias absolutas. Nos Estados Unidos, apesar de seu forte sistema de segurança, ocorrem seqüestros e até assassinatos (...). Ser embaixador de um país para outro é como ser soldado em um campo estrangeiro; ambos obviamente correm riscos. O risco inútil, no entanto, que um embaixador assume por conta própria, ao dispensar a proteção do Estado ao qual ele está credenciado, deve ser debitado de sua conta. Além disso, no mundo e no Brasil há uma guerra contra o comunismo. No Vietnã, os Estados Unidos perdem semanalmente uma média de 2.000 homens. Seria fácil não mais perdê-los fugindo do campo de batalha, capitulando as exigências do inimigo. Eles não fazem isso, no entanto. A defesa do princípio pelo qual eles lutam, a causa das liberdades do mundo, está acima das vidas daqueles que morrem no Vietnã, ou daqueles que correm riscos de vida em outros lugares. Como se pode esperar que o Brasil, para salvar a vida de um único embaixador norte-americano se entregue às exigências do inimigo, deponha a seus pés todos os braços. Não, nós também defendemos princípios, lutamos por uma causa cuja importância está acima de uma vida, embora essa vida seja muito querida para nós e mereça toda nossa simpatia.²²⁰

²²⁰ Tradução nossa. No original: "To be an ambassador of one country to another is like being a soldier in a foreign field; both obviously run risks. The useless risk, however, that an ambassador assumes on his own, by dispensing with the protection of the state to which he is accredited, should be debited from his account. Furthermore, in the world and in Brazil there is a war against communism. In Vietnam, the United States loses weekly an average of 2000 men. It would be easy to lose them no longer by fleeing the battlefield, capitulating to the demands of the enemy. They do not do it, however. The defense of the principle for which they fight, the cause of the liberties of the world, are above the lives of those who die in Vietnam, or of those who run risks of life in other places. How then can it be expected that Brazil, in order to save the life of a single north american ambassador should surrender to the demands of the enemy, lay down at its feet all its arms. No, we also defend principles, fight for a cause whose importance is above a life, though that life is very dear to us and deserves all our sympathy. RG 84: *Brazil U.S. Consulate General (1962-1974)*, São Paulo: *Classified Central Subject Files*. Folder: Pol 23-8 – Demonstrations Riots (Box 34). National Archives and Records Administration (NARA II).

Em destaque temos apenas uma parte da argumentação utilizada pelos descontentes para tentar dissuadir a Junta Militar da decisão de ceder às demandas dos sequestradores. Merece atenção a ideia de que o embaixador Elbrick, assim como qualquer outro membro de missão diplomática, não teria vindo servir no Brasil sem conhecer os riscos que corria. Além disso, como já mencionado, Elbrick era duramente criticado pelo fato de ter negado a segurança oferecida pelo governo brasileiro. A princípio, os argumentos presentes nessa mensagem naquele 6 de setembro pode parecer injustificada ou mesmo um sinal da falta de solidariedade com a vida de um inocente.

4.2 - “Indigesto como o sequestro do embaixador”: as repercussões do “caso Elbrick”

Reina a mais completa tranquilidade em todo o território nacional. As festividades referentes à Semana da Pátria transcorreram com excepcional brilhantismo, em todas as capitais, sendo de destacar o desfile da juventude em Porto Alegre e as grandiosas realizações da Guanabara. Todos os brasileiros aguardam com ansiedade o Dia da Independência. No caso do sequestro do senhor Embaixador dos Estados Unidos da América, o governo atuou ponderadamente, para evitar que se consumasse o sacrifício de um representante diplomático que o Brasil tinha o dever de proteger. Com essa atitude, demonstrou força moral, aliada a um espírito hospitaleiro e humanitário, que constituem o apanágio do povo brasileiro.

As manifestações de apoio provindas de todas as classes sociais e dos diferentes setores da opinião, em todos os quadrantes do país, testemunham o acerto das medidas tomadas. O governo está agindo com serenidade e firmeza para proporcionar à população ordeira a segurança a que tem direito. Pode a nação, podem todos os brasileiros, dedicar-se aos seus labores, sem receio, na certeza de que estarão protegidos pelas Forças Armadas unidas e coesas e pelo aparelho policial, plenamente capacitados para manterem a vida pública e as instituições. (*Mensagem divulgada pela Junta Militar em 7 de setembro de 1969*).²²¹

²²¹ *Jornal do Brasil*, 7/9/1969.

No dia 7 de setembro de 1969, nas imediações do Maracanã, o clima era de tensão: no estádio, o Cruzeiro derrotava o Fluminense de Telê Santana num jogo de estreia do Campeonato Gomes Pedrosa valendo a Taça de Prata; do lado de fora, aproveitando a movimentação ali presente, o embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, seria finalmente solto em troca dos 15 prisioneiros políticos²²² que já haviam desembarcado no México. A Junta Militar cumprira seu papel de preservar a vida do embaixador que àquela altura já se encontrava a salvo na residência oficial da embaixada.

No dia em que Elbrick foi solto, o jornal *O Correio da Manhã* noticiou que a imprensa norte-americana manifestava alívio com o fato do embaixador ter sido libertado. Segundo consta, o periódico *The New York Times* sentenciava categoricamente que o sequestro de Elbrick conferiu publicidade mundial imediata aos autores da ação, além de lembrar ao governo dos Estados Unidos que esse não era o primeiro episódio envolvendo um representante diplomático na América Latina.²²³

A princípio, esse parecia um caso encerrado. No entanto, sequestros políticos não tem sua temporalidade limitada ao período que transcorre a ação. No caso do episódio envolvendo Charles Burke Elbrick, os meses que seguiram à sua libertação são especialmente reveladores da tensão, dissenso e conflito em ambos os governos demonstrando, uma vez mais, que o “caso Elbrick” influenciaria de modo decisivo as relações entre os dois países. Um dia após ser libertado, o embaixador começaria sua rotina de declarações e agradecimentos a todos aqueles que haviam contribuído para o encerramento do caso do melhor modo possível:

Minha esposa e eu estamos profundamente agradecidos ao governo e ao povo brasileiros pela compreensão amiga e a atitude humanitária que demonstraram durante esse episódio. Como podem compreender,

²²² A lista final foi composta por: Ricardo Vilas Boas, Mario Zanconato, José Ibrahim, Ricardo Zarattini, Flávio Tavares, Vladimir Palmeira, José Dirceu, Agonalto Pacheco, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti, João Leonardo da Silva Rocha, Luís Travassos, Onofre Pinto e Rolando Frati.

²²³ *O Correio da Manhã*, 7/9/1969.

ficamos extremamente gratos pela decisão do governo brasileiro de fazer o que fosse necessário para garantir minha libertação. Foi uma decisão corajosa numa situação muito difícil. Foi uma decisão que sempre recordaremos com a mais profunda admiração (...) Gostaríamos, particularmente, de agradecer à imprensa, ao rádio e à televisão brasileiros pela carinhosa solidariedade e apoio demonstrados enquanto estive cativo. Seus editoriais e comentários foram grande fonte de conforto e consolação. Gostaríamos, também, de registrar nossa satisfação pelos esforços daqueles que participaram diretamente da entrega das declarações de meus sequestradores e das minhas cartas. Como beneficiários da coragem e do sentimento de humanidade inerentes ao caráter brasileiro, nós dizemos muito obrigado.²²⁴

Elbrick certamente não esqueceria de agradecer aos funcionários da embaixada cuja determinação e lealdade, em sua compreensão, foram fundamentais para sua libertação segura.²²⁵ As declarações do Embaixador foram exaustivamente noticiadas, assim como o roteiro envolvendo seu sequestro. A mídia, no Brasil e no exterior, repercutia cada detalhe daquele episódio como um bom drama político que havia terminado bem, em parte pelo espírito hospitaleiro demonstrado pela Junta Militar a despeito de todas as adversidades. Uma declaração em especial causou espanto e desconforto aos que haviam contribuído para que o governo aceitasse as demandas dos guerrilheiros e a vida de Elbrick fosse entendida como prioridade. Quando questionado pelos jornalistas sobre o ferimento em sua cabeça, o Embaixador disse que “eles não tinham a intenção de me fazer mal algum, mas eu ignorava isso e, por este motivo, resisti quando me disseram para fechar os olhos enquanto me transferiam para outro

²²⁴ Tradução nossa. No original: “My wife and I are profoundly grateful to the Brazilian Government and to the Brazilian people for the warm understanding and humanitarian attitude they displayed during this episode. As you can well understand, we were extremely grateful for the Brazilian Government’s decision to do what was necessary to secure my release. It was a courageous decision in a very difficult situation. It was a decision that we will always remember with the deepest appreciation (...). We particularly would like to thank the Brazilian press, radio and television for the heartening sympathy and support they expressed while I was a captive. Their editorials and commentaries were a great source of comfort and consolation. We also would like to register our appreciation of the efforts of those involved directly in the delivery of the statements of my captors and my letters. As the personal beneficiaries of the courage and humanity inherent in the Brazilian character, we say thank you”. *RG 286: Brazil Project and Subject Files, 1969-1973*. Folder: USAID/PSO - Activities in Support of Embassy re kidnapping of Ambassador and subsequent investigation (Box 1). National Archives and Records Administration (NARA II).

²²⁵ *RG 286: Brazil Project and Subject Files, 1969-1973*. Folder: USAID/PSO - Activities in Support of Embassy re kidnapping of Ambassador and subsequent investigation (Box 1). National Archives and Records Administration (NARA II).

carro. Eu não estava disposto a fechar os olhos para ninguém naquele momento”.²²⁶ Elbrick teria dito ainda que tinha sido muito bem tratado durante os dias que duraram o sequestro: “eles até me deram charutos e lavaram a minha camisa”.²²⁷ Elbrick afirmou com alguma tranquilidade que “eles definitivamente não eram gângsters. Eles eram inteligentes – jovens, inteligentes, determinados fanáticos – o tipo com o qual você não argumentaria com muita veemência”.²²⁸

Como é possível supor, a Junta Militar, o governo norte-americano e até mesmo os funcionários da embaixada poderiam esperar qualquer tipo de declaração feita por Elbrick. Não contavam, no entanto, com tamanha compreensão em relação às motivações daqueles que haviam sido responsáveis pelos dias de caos e tensão nos círculos governamentais. Para Langguth, o clima na embaixada dos Estados Unidos era de total estarecimento porque sabiam da pressão sofrida pela Junta Militar para não negociar com os sequestradores e agora “a vítima declarava que aqueles terroristas, aqueles criminosos, não passavam de bons rapazes desencaminhados”.²²⁹

Elbrick naturalmente não estava relativizando a violência da qual foi vítima. A diplomacia e a vida pública significavam, para o Embaixador, a arte do diálogo e das negociações. Enquanto esteve em cativeiro envolveu-se em discussões com os sequestradores acerca da legitimidade do uso da violência. Para ele, a violência não era a melhor saída para a resolução de confronto, numa tentativa de explicar aos guerrilheiros que ele não tinha nada a ver com o envolvimento direto de seu país no golpe que levou à instauração do regime militar em 1964. No livro memorialístico *Gracias a la vida*, Cid Benjamin, membro do MR-8 e um dos integrantes da ação que capturou Elbrick, recorda que a relação com o Embaixador foi muito amistosa porque viram nele não “um defensor da política do governo norte-americano, que, assentada nos preceitos da Guerra Fria, fomentava golpes de Estado e apoiava ditaduras de direita

²²⁶ *Última Hora*, 08/09/1969.

²²⁷ *Ibidem*.

²²⁸ https://www.washingtonpost.com/archive/local/1983/04/15/c-burke-elbrick-career-ambassador-dies-at-75/0d9c40f7-6070-46b1-ad2d-71fd1014d48a/?noredirect=on&utm_term=.f522a0807844 Verificado em 15/11/2018.

²²⁹ LANGGUTH, Arthur J. **A face oculta do terror**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 169.

na América Latina”,²³⁰ mas sim um “diplomata de carreira com traços de humanista”.²³¹ Para Benjamin, a maior demonstração dos laços estabelecidos entre Elbrick e os guerrilheiros no aparelho da Tijuca teria ocorrido quando o Embaixador já estava em liberdade. Em depoimento²³² de 23 páginas concedido assim que foi libertado, Elbrick quando questionado sobre o número de pessoas envolvidas na operação e detalhes da aparência física, teria se recusado a descrever ou identificar por fotos os integrantes do sequestro, sob a alegação de que estavam sempre de capuz. Benjamin alega que isso não era verdade.²³³

Valerie Elbrick, filha do Embaixador, descreveu o pai como um homem absolutamente comprometido com os compromissos profissionais e, por isso mesmo, guarda poucas lembranças dele em casa em momentos de lazer. Quando ainda era criança, em um dos raros dias que Elbrick chegava cedo em casa, recorda do pai contar uma história envolvendo uma menina inglesa que foi a Portugal com os pais passar férias de verão. Valerie descreve como seu pai teria contado essa aventura:

Enquanto eles estavam lá, ela foi sequestrada por um grupo de ciganos. Os ciganos foram gentis com ela e ela começou a gostar da vida cigana. Meu pai descreveu a rota da caravana através de Portugal e da Espanha em detalhes minuciosos, os eucaliptos e jacarandás que protegiam a estrada que levavam e os ouriços-do-mar que cozinhavam na praia com molho de pimenta. À vezes, os pais da garota chegavam perto de encontrá-la, mas ela sempre desaparecia à frente deles.²³⁴

²³⁰ BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida: memorias de um militante**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2013, pp. 116-7.

²³¹ *Ibidem*.

²³² Anexo I.

²³³ BENJAMIN, Cid. *Op. Cit.*, p. 117.

²³⁴ Tradução nossa. No original: “While they were there she was kidnapped by a band of gypsies. The gypsies were kind to her, and she began to like the gypsy life. My father described their caravan route through Portugal and Spain in minute detail, the eucalyptus and jacaranda trees that shaded the road they took and the sea urchins they cooked on the beach in a pepper sauce. Sometimes the girl's parents came close to finding her, but she always disappeared just ahead of them”. Disponível em: <http://web.mit.edu/hemisphere/events/mnm03-1m/brazil-daughter.shtml>. Acessado em 15 nov. 2018.

Valerie, em suas recordações, afirma que a história se arrastou por meses e anos, mas nunca terminou. Para ela, é como se seu pai, o impecável e sóbrio funcionário do Departamento de Estado, não quisesse que terminasse: “talvez ela fosse sua fantasia de outra vida sem regras, exceto as que você mesmo faz”.²³⁵ A recuperação da memória de Valerie é importante porque, em seu relato, ela busca entender as mudanças pelas quais passou seu pai nos meses seguintes ao sequestro e como aquele episódio foi decisivo em sua vida.

Cartão de Natal da família Elbrick²³⁶

No Natal de 1969, Charles Elbrick viajou para os Estados Unidos onde se reuniu com sua família. Valerie recorda que conversaram sobre muitas coisas, inclusive sobre assuntos políticos: Vietnã, Cuba, direitos civis, etc. Segundo ela,

²³⁵ *Idem, ibidem.*

²³⁶ <https://www.ebay.com/itm/1960s-Charles-Burke-Elbrick-US-Diplomat-Lot-of-8-Photos-Greeting-Card-/401313836631> Acesso em: 11/10/2018.

Algo acontecera com ele no Rio; uma janela se abriu em seu pensamento, e uma lufada de ar fresco passou por ela. Um dia ele me disse que quando se despediu de seus captores, ele tinha lágrimas nos olhos. ‘Por que lágrimas?’ eu perguntei. Ele disse que eram todos jovens idealistas e totalmente comprometidos. Eles eram educados, intelectuais. Lavaram a camisa dele, pediram desculpas pela comida, conversaram com ele durante a noite. Eles se colocaram em perigo quando o libertaram.

‘Eu não concordei com seus métodos, mas entendi seus motivos’, disse ele. Ele acreditava que eles seriam encontrados pela polícia militar em questão de horas, e tinha uma ideia clara do que aconteceria com eles quando fossem pegos. ‘Eles tinham a idade do seu irmão’, disse. Eles devem ter sido cheios de luz, cheios do fogo da revolução. Era uma luz que nunca o inflamara. Havia uma parte deles que eu acho que ele admirava, mas ele não disse.²³⁷

O sequestro vivido por Elbrick impactaria a vida e carreira daquele embaixador de muitas maneiras. Como vimos, quando ainda estava em cativeiro, o fato de Elbrick ter dispensado a segurança oferecida pelo governo brasileiro foi interpretada, sobretudo pelos setores descontentes com a possibilidade da Junta Militar negociar com os grupos armados, como um atestado de culpa da parte do Embaixador. Suas declarações – consideradas absolutamente complacentes – em relação aos sequestradores seriam o seu “calcanhar de Aquiles” durante os meses que continuaria ocupando o posto no Brasil. Outro ponto importante que complicava de modo decisivo a imagem do Embaixador diante do governo brasileiro foram as gravações feitas durante suas conversas com os sequestradores. Benjamin recorda que “sem que Elbrick percebesse, chegamos a gravar conversas nas quais ele elogiava o trabalho de Dom Hélder Câmara e se dizia contrário à censura, à imprensa e à tortura de presos políticos”.²³⁸ Além disso, segundo Daniel Aarão Reis Filho, um dos idealizadores da ação, no momento do sequestro Elbrick

²³⁷ Tradução nossa. No original: “Something had happened to him in Rio; a window had opened on his thinking, and a breath of fresh air had blown through it. One day he told me that when he had said good-bye to his captors he had tears in his eyes. “Why tears?” I asked. He said they were all young, idealistic, and totally committed. They were educated, intellectual. They washed his shirt, they apologized for their cooking, they talked with him into the night. They put themselves in harm's way when they set him free. “I didn't agree with their methods; I understood their motives,” he said. He believed they would be found by the military police within hours, and he had a clear idea of what would happen to them when they were caught. “They were your brother's age,” he said. They must have been full of light, full of the fire of revolution. It was a light that had never inflamed him. There was a part of them I think he admired, but he did not say so”. *Idem, ibidem*.

²³⁸ BENJAMIN, C. *Op. Cit.*, p. 117.

carregava “consigo uma pasta repleta de informes dos diplomatas americanos denunciando falcaturas de ministros da ditadura, principalmente, Delfim [Neto]”.²³⁹ O objetivo dos integrantes da ALN e MR-8 era fazer uso político dessas conversas, mas as fitas caíram nas mãos dos órgãos da repressão.

Uma quantidade significativa de documentos produzidos no pós-sequestro discorre sobre o impacto do sequestro de Elbrick, sua imagem diante do governo brasileiro e a ideia de que o Embaixador estaria em dívida com os militares. No dia 9 de setembro de 1969, ou seja, apenas dois dias depois de ser libertado, Elbrick enviou uma mensagem a William P. Rogers, Secretário de Estado, com o objetivo de negociar sua ida aos Estados Unidos, juntamente com sua esposa naquela semana para se encontrar com o Presidente e discutir os últimos acontecimentos. De acordo com sua avaliação:

Desde minha liberação no domingo à noite e minha conversa por telefone com você e o Presidente, eu venho ponderando a questão do meu próprio futuro aqui e o futuro das relações entre a América e o Brasil. Durante a minha involuntária estada com os sequestradores eu tive uma oportunidade única de sondar os pensamentos e aspirações de um segmento da sociedade brasileira que ousou dizer não teria sido possível sob circunstâncias normais. (...) Eu expressei meu apreço ao presidente e a você na noite de domingo pela preocupação de vocês. (...) Eu também sou profundamente grato aos funcionários da embaixada no Rio pelos esforços eficazes e incansáveis em meu nome e, particularmente, ao ministro Belton, que foi obrigado a carregar um fardo quase intolerável. Eu já expressei de várias maneiras o meu apreço ao governo brasileiro pela difícil decisão que resultou em minha libertação.²⁴⁰

²³⁹ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-sequestro-de-Mr-Elbrick-narrado-por-ele-mesmo/4/34129> Acesso em: 10/11/2018.

²⁴⁰ Tradução nossa. No original: “Since my liberation on Sunday night and my telephone conversation with you and the president, I have been pondering the question of my own future here and the future of Brazilian-American relations. During my involuntary stay with the kidnappers I had a unique opportunity to probe the thoughts and aspirations of a segment of Brazilian society which I dare say would not have been possible under normal circumstances. (...) I expressed my appreciation to the president and to you Sunday night for your concern. (...) I am also deeply indebted to the members of the embassy staff in Rio for their effective and untiring efforts in my behalf and particularly to minister Belton who was obliged to carry an almost intolerable burden. I have already expressed in various ways my appreciation to the Brazilian government for the difficult decision which resulted in my release”. RG 59: *Subject Numeric Files* (Box169) – National Archives and Records Administration (NARA II).

Elbrick, de fato, desembarcou nos Estados Unidos no final daquela semana. Nos documentos pesquisados, no entanto, não está claro se o Embaixador foi recebido ou não pelo presidente Nixon e seu conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger. O que se sabe é que o Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Charles A. Meyer, aconselhou, em mensagem datada em 12 de setembro²⁴¹, que William P. Rogers agendasse um encontro com Elbrick tendo em vista a repercussão do caso. Na semana seguinte, uma nova mensagem²⁴², endereçada agora para Henry Kissinger, sugere que o Embaixador se reuniu com Eliot Richardson, subsecretário de Estado, Charles Meyer e Richard Johnson, conselheiro político no Rio de Janeiro.

Naqueles dias, foram muitas as repercussões sobre a viabilidade da permanência de Elbrick no Brasil. O jornal *The Baltimore Sun* publicou em suas páginas um artigo afirmando que “observadores informados” relatavam que o Embaixador pode ter perdido todo seu poder de negociação e agora está em dívida com o regime brasileiro.²⁴³ Segundo informações recolhidas pela embaixada no Rio de Janeiro, a expressão de descontentamento em função da decisão tomada pela Junta Militar estaria localizada a um pequeno setor das Forças Armadas e não encontraria ressonância expressiva nos meios civis. Avaliava-se, ainda, que “a capacidade da Junta de tomar decisões difíceis e avançar com ela aumentou seu prestígio”.²⁴⁴ Essa impressão teria sido compartilhada mais de uma vez por diferentes setores políticos e a retórica utilizada com frequência recuperava a tradição hospitaleira do povo brasileiro e o repúdio à violência, já que sequestros não faziam parte da tradição.

Segundo essa visão, Elbrick agora se descolava da imagem vulgar do imperialista predador e sentimentos mais humanitários eram transferidos para ele em função do seu infortúnio pessoal e demonstração de resistência. Aos poucos se construía a narrativa que o sequestro de Elbrick teria contribuído para aprimorar sua missão diplomática no Brasil, inclusive porque sua simpatia pessoal teria aumentado: na

²⁴¹ RG 59: *Subject Numeric Files*. (Box 169). National Archives and Records Administration (NARA II).

²⁴² RG 59: *Subject Numeric Files*. (Box 169). National Archives and Records Administration (NARA II).

²⁴³ *The Baltimore Sun*, 9/9/1969.

²⁴⁴ Tradução nossa. No original: “Junta’s ability to make hard decision and go through with it has increased its prestige”. RG 84: Brazil U.S. Embassy. Classified Central Subject Files (1961-1975). Folder: Pol 23-8 – Demonstrations Riots (Box 34). National Archives and Records Administration (NARA II).

embaixada no Rio de Janeiro não paravam de chegar cartas de pesar e manifestações de solidariedade ao Embaixador.²⁴⁵ Morris Allen, em memorando endereçado a William Belton, chegou a afirmar que:

O diálogo franco do Embaixador com os terroristas e os críticos do governo não pode deixar de aumentar o respeito por ele. Eles sabem que o Embaixador a) compreende sua causa; b) simpatiza com muitos dos erros que os terroristas estão tentando corrigir, embora não com os métodos utilizados; c) forneceu respostas construtivas às atitudes e posições do USG em relação aos problemas brasileiros; e d) em geral, que o Embaixador se mostrou um homem de alto padrão, intelecto e integridade.²⁴⁶

Todas essas análises foram produzidas nos dias em que Elbrick esteve reunido com integrantes do Departamento de Estado, em Washington D.C., para avaliar o que deveria ser feito. Foi decidido que ele voltaria ao Brasil, reassumiria seu posto e faria uma posterior avaliação sobre as reais possibilidades de permanência. Nos bastidores do governo brasileiro, no entanto, crescia o descontentamento em relação ao Embaixador. Além do desgaste causado pelo sequestro e a repercussão criada em torno das declarações de Elbrick, em fevereiro de 1970 o Embaixador esteve envolvido novamente em questões *sensíveis* para o governo brasileiro.

No final de 1969, as denúncias envolvendo graves violações de direitos humanos no Brasil cresciam em tamanho e intensidade. A articulação de exilados brasileiros em países como Argélia, Paris e Chile contribuiu de maneira decisiva para que os casos de tortura, desaparecimento e prisões envolvendo o regime militar viessem à tona. O esforço naquele momento era a criação de uma campanha internacional de denúncia que fizesse frente às sucessivas tentativas do governo brasileiro de desacreditar a opinião

²⁴⁵ LANGGUTH, 1997, p. 172.

²⁴⁶ Tradução nossa. No original: “The Ambassador's frank dialogue with the terrorists and government's critics cannot help but heighten their respect for him. They know that the Ambassador a) understand their cause; b) is sympathetic to many of the wrongs the terrorists are trying to correct although not the methods being utilized; c) has provided them with constructive responses re USG attitudes and positions vis-a-vis Brazilian problems; and d) in general, that the Ambassador has shown himself to be a man of high standards, intellect and integrity”. RG 59: *Records Relating to Brazil (1962-1975)*. Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs. Folder: Pol 23-8 – Kidnapping Amb. Elbrick 1969 (Box 11). National Archives and Records Administration (NARA II).

pública em relação às notícias que informavam que a tortura de presos políticos era política de Estado e, portanto, praticada de modo rotineiro e sistemático. Aos poucos, as informações, antes dispersas, eram sistematizadas e a imprensa mundial começava a romper o silêncio em relação ao que vinha sendo denunciado. Em 26 de fevereiro de 1970, a *The New York Review of Books* publicou uma carta intitulada “Tortura no Brasil”,²⁴⁷ produzida pela Frente Brasileira de Informações, criada nos Estados Unidos naquele mesmo mês. De acordo com James Green,

A matéria da *New York Review of Books* fornecia um panorama sombrio da situação dos opositores presos no Brasil. Dava descrições pormenorizadas dos prisioneiros, com nomes, idades e filiação política; as circunstâncias de sua detenção proporcionavam credibilidade às alegações. O destaque especial conferido ao tratamento desumano de prisioneiras do sexo feminino acentuava a natureza brutal do regime, como se a tortura, já de si inaceitável, ainda o fosse mais quando o objeto eram corpos de mulheres. As denúncias provavelmente foram fator significativo para provocar uma reação editorial de um dos principais diários da nação.²⁴⁸

O jornal mencionado por Green é o *Washington Post*. Em 28 de fevereiro, ou seja, apenas dois dias após a publicação da *New York Review of Books*, o editorial publicado no *Post* intitulado *Opression in Brazil* surpreendeu o governo brasileiro pelo tom presente no texto. A matéria argumentava que eram infrutíferas as tentativas do regime militar no sentido de negar aquilo que estava evidente: a tortura e perseguição aos opositores eram incontestáveis. Afirmava ainda que “os patrões militares do Brasil, chefiados por um general bronco chamado Médici, querem impor sua vontade, e qualquer pessoa que critique ou questione essa vontade é automaticamente considerado inimigo do Estado”.²⁴⁹ Como era de se esperar, o editorial do *Washington Post* não foi bem recebido nos círculos militares causando claro desconforto entre o embaixador Charles Elbrick e o ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza.

²⁴⁷ *The New York Review of Books*, 26/02/1970.

²⁴⁸ GREEN, James. **Apesar de vocês:** oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 227.

²⁴⁹ *Idem*, p. 227.

Importa pontuar que, antes da publicação do polêmico editorial do *Washington Post*, Elbrick, em reunião com o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, teria questionado as notícias sobre tortura de presos políticos no Brasil. Cavalcanti teria respondido que a tortura não era tolerada pelo governo brasileiro, mas, se ocorreu, foi devido a atos individuais de brutalidade policial que infelizmente podem ocorrer em qualquer lugar”.²⁵⁰ No momento em que teve acesso à matéria publicada no *Washington Post*, Barboza convocou Elbrick imediatamente para uma reunião no Itamaraty. O chanceler alertava o Embaixador para o efeito desastroso para as relações entre os países, já que considerava o conteúdo presente no jornal um “ataque ofensivo, perverso e insultuoso contra o governo brasileiro”.²⁵¹ Nos dias que se seguiram, Elbrick redigiu um memorando ao Departamento de Estado relatando o clima de hostilidade presente no governo brasileiro e sugeria algumas saídas para melhor resolução do caso. O Embaixador afirmava que eram evidentes os casos de tortura no país, mas talvez o governo norte-americano pudesse colocar o assunto “em perspectiva”. Argumentava Elbrick:

Possivelmente, em suas declarações e entrevistas coletivas, o Departamento de Estado possa colocar esse tema em perspectiva. Não há dúvida de que existe um estado de insurgência limitada no Brasil e que o governo se sente obrigado a tomar as medidas necessárias para defender-se. Isso poderá ou não envolver tortura sistemática ou de outra natureza, mas deve-se recordar também que os terroristas recorrem à violência, assassinato, sequestros e assaltos a pessoas ou instituições, que o governo não pode perdoar.²⁵²

Mario Gibson Barboza pretendia capitalizar o máximo possível os desdobramentos envolvendo o editorial do *Washington Post*. Mobilizou o embaixador do Brasil em Washington, Mozart Gurgel Valente, que escreveu uma carta lembrando que, na ocasião da libertação dos 15 presos políticos trocados no sequestro de Elbrick,

²⁵⁰ Tradução nossa: No original: Costa's reply was the effect that torture was not condoned by the GOB but, if it occurred, it was due to individual acts of police brutality of a kind which unfortunately can occur anywhere. RG 59: *Records Relating to Brazil (1962-1975)*. Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs. Folder: Economic Assistance – 1970 (Box 14). National Archives and Records Administration (NARA II).

²⁵¹ GREEN, James. *Op. Cit.*, 2009, p. 228.

²⁵² *Idem*, p. 229.

todos haviam chegado ao México sem nenhum sinal de violência ou maus-tratos.²⁵³ Na perspectiva de Barboza, o objetivo era tentar evitar o “efeito cascata” que o editorial poderia ter causado, já que como demonstramos acima, as denúncias das graves violações de direitos humanos envolvendo o governo brasileiro já contava com significativa base de apoio, inclusive na Europa e Estados Unidos. Gibson não estava equivocado em sua análise. Em abril daquele mesmo ano, a recém-criada *American Committee for Information on Brazil* publicaria o panfleto *Terror in Brazil: a dossier*²⁵⁴. Seus idealizadores, entre eles o intelectual Ralph Della Cava²⁵⁵, fizeram um levantamento da situação política no Brasil desde 1964. Em 1972, foi a vez da Anistia Internacional²⁵⁶ se pronunciar em relação aos casos envolvendo as violações de direitos humanos no Brasil. Publicaram, em Londres, o *Report on Allegations of Torture in Brazil*, documento que listava 1.081 vítimas de tortura, além dos nomes de 472 torturadores.²⁵⁷

Enquanto o governo seguia desacreditando as denúncias de tortura, no Brasil e no exterior, grupos armados continuaram usando o sequestro de representantes diplomáticos como instrumento de propaganda e denúncia. Em relação à situação do embaixador Charles Elbrick no país, o estopim definitivo nas relações se deu nos meses seguintes do polêmico editorial do *Washington Post*, mais precisamente no mês de abril de 1970, após a frustrada tentativa de sequestro do Cônsul norte-americano, Curtis Carly Cutter, veterano da Guerra da Coréia, em Porto Alegre por membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Naquela ocasião, Elbrick fez uma

²⁵³ *Washington Post*, 5/3/1970.

²⁵⁴ <https://library.brown.edu/wecannotremainilent/wp-content/uploads/2014/04/Terror-in-Brazil-A-Dossier.pdf> Acesso em: 15/11/2018.

²⁵⁵ Ralph Della Cava foi integrante, nos anos 1950, da *National Student Association*, uma confederação de estudantes universitários criada em 1947. No livro *Patriotic Betrayal*, Karen M. Paget remonta às origens da NSA e suas relações com a CIA. De acordo com Paget, na conjuntura da guerra psicológica travada nos anos da Guerra Fria pelos Estados Unidos, a CIA teria patrocinado atividades da NSA, além de ter recrutado alguns líderes estudantis para suas fileiras. Ver: PAGET, Karen M. **Patriotic Betrayal: the inside history of the CIA's secret campaign to enroll American students in the crusade against communism.** Yale University Press, 2015.

²⁵⁶ Para um estudo pioneiro sobre a atuação da Anistia Internacional, ver: MEIRELLES, Renata. **Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981).** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2016.

²⁵⁷ <https://library.brown.edu/wecannotremainilent/wp-content/uploads/2012/11/amnestyreport.pdf> Acesso em: 15/11/2018.

declaração pública demonstrando absoluta preocupação com a segurança dos agentes diplomáticos norte-americanos no Brasil.²⁵⁸ O Ministro das Relações Exteriores, Manoel Gibson Barboza, reagiu criticando a postura do Embaixador afirmando que “ele havia descoberto que Cutter havia demitido o segurança fornecido pelo governo brasileiro²⁵⁹, e que um comunicado seria emitido para esse efeito”.²⁶⁰ Além disso, Barboza fazia questão de frisar o estranhamento do governo brasileiro em relação às suas atitudes nesse caso.²⁶¹ Nos círculos do governo norte-americano foi solicitado esclarecimento em relação às críticas de Barboza e a seus fundamentos. O porta-voz do Departamento de Estado teria relatado os fatos e acrescentado: “ele [Elbrick] explicou que sentiu que era seu dever expressar preocupação após a tentativa de sequestro e ferimento de um oficial americano. Agora, o Embaixador e nós estamos surpresos, e lamentamos que sua expressão de preocupação tenha sido interpretada como crítica pelo governo brasileiro”.²⁶²

Nos bastidores do Departamento de Estado, aumentava a desconfiança em relação ao poder de negociação do embaixador Elbrick com o governo brasileiro. Argumentava-se que foram sucessivas as “crises diplomáticas” envolvendo Elbrick. No interior do governo brasileiro, a percepção era semelhante. Em documento veiculado em 26 de dezembro de 1969, o general Tasso Villar de Aquino, encarregado do Inquérito Policial Militar para apurar os responsáveis pelo sequestro de Elbrick, afirma sem meias palavras que:

²⁵⁸ *US News and World Report*, 20/04/1970.

²⁵⁹ Em notícia veiculada no *Jornal do Brasil*, em 9/4/1970, há a informação que o Secretário de Segurança de Porto Alegre, Jaime Mariath, teria negado que o cônsul Curtis Cutter dispensou a escolta fornecida pelo governo brasileiro.

²⁶⁰ Tradução nossa. No original: “he had learned that Cutter had dismissed the security guard provided by the GOB, and a communique would be issued to that effect”. *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs*. Folder: Kidnapping of Ambassadors and other U.S. personnel 1969-70 (Box 15). National Archives and Records Administration (NARA II).

²⁶¹ *Jornal do Brasil*, 09/04/1970.

²⁶² Tradução nossa. No original: “He explained that he felt it was his duty to express concern in the aftermath of the attempted kidnapping and wounding of an American official. Now, the Ambassador and we are surprised, and regret that his expression of concern was interpreted as criticism by the Government of Brazil”. *RG 59: Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs*. Folder: Kidnapping of Ambassadors and other U.S. personnel 1969-70 (Box 15). National Archives and Records Administration (NARA II).

A grandeza e elevação dos membros da Junta Governativa que decidiram em nome da Nação, com firmeza, ponderação, equilíbrio e profundo sentimento humano, transformaram a humilhação pretendida pelos terroristas e oportunistas, em elevado gesto de nobreza que surpreendeu o mundo. Não deverão, entretanto, ser desprezadas, no entender deste Encarregado de Inquérito, no que tange à alta investidura do Embaixador Charles Burke Elbrick, as declarações e demais indicações encontradas nos autos do IPM, que parecem comprometer a sua atuação futura à frente da representação diplomática da grande Nação do Norte no nosso país, que se deve basear, como tradicionalmente tem ocorrido, em sólida confiança e amizade recíproca e alta eficiência nas relações, na forma que convém às duas nações e ao continente.²⁶³

Ainda em 1970, o conselheiro político de Nelson Rockefeller, Berent Friele, escreveria uma análise afirmando que a comunicação entre o presidente Nixon e o recém-empossado, general Médici, estava sendo dificultada devido à posição de Elbrick.²⁶⁴ O jornal *O Globo* teceu pesadas críticas à Elbrick acusando-o de ingratidão e insinuando que ele deveria ser chamado de volta. Alguns dias depois, o mesmo periódico soltou uma nota afirmando que tudo não tinha passado de um mal entendido.²⁶⁵ Em dossiê produzido em fevereiro de 1970²⁶⁶, o chefe do SNI Carlos Alberto Fontoura teceu pesadas críticas a Elbrick e seu comportamento pré e pós-sequestro. No documento, entre outras coisas, as declarações do Embaixador em relação aos sequestradores são lembradas como demonstração de traição e ingenuidade, sendo classificado ainda com adjetivos como malicioso e displicente:

A reação do Embaixador norte-americano, face ao sequestro de que foi vítima, causa estranheza quando procura caracterizar os sequestradores como jovens audazes, inteligentes, bem educados e dedicados ao trabalho, procurando apresenta-los em seu depoimento sob um ângulo simpático (...). Este comportamento é inadmissível

²⁶³ ACE 45000/72. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional, Brasília.

²⁶⁴ *RG III 4*: Folder 164; Box 13. Nelson A. Rockefeller gubernatorial records, Ann C. Whitman, Series 35 (FA 374), Subseries 3: Issues and People. *Rockefeller Archive Center (RAC)*.

²⁶⁵ *Idem, ibidem*.

²⁶⁶ Esse dossiê foi remetido para o Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza.

para um Embaixador de carreira, com 29 anos de serviço, dos quais 7 passados em países ligados ao mundo socialista.²⁶⁷

De acordo com a carta que escreveu apresentando sua renúncia, em maio de 1970, Elbrick teria sido chamado por uma equipe médica para fazer novos exames nos Estados Unidos. No momento que realizava os procedimentos, sofreu um derrame. A recuperação do embaixador foi completa, mas não havia possibilidade nem clima político para o retorno ao Brasil. Langguth afirma que “Elbrick participava a amigos no Departamento de Estado que, embora o Brasil fosse um belo país, havia adquirido a seu respeito um certo sentimento irracional, e gostaria de ser enviado a outra parte”.²⁶⁸ Não foi apenas a complicação médica que antecipou o retorno de Elbrick à Washington. O governo brasileiro, primeiro representado pela Junta Militar, e depois em nome do general Médici, via o Embaixador como o símbolo de um incidente desagradável. Segundo matéria veiculada no ano de 2009, no jornal *O Globo*²⁶⁹, o general Tasso Villar de Aquino teria sido o responsável por solicitar abertamente a remoção de Elbrick. É possível supor também que para Elbrick a situação já estava insustentável, já que nunca se preocupou em atenuar o tom das suas declarações públicas.

A referência à tentativa de sequestro do cônsul Curtis Cutter, mencionada anteriormente, foi necessária não apenas porque as declarações de Charles Elbrick foram consideradas “ponto de atrito” entre o governo brasileiro e o embaixador, mas, sobretudo, porque alguns acontecimentos posteriores ao episódio ocorrido em Porto Alegre nos ajudaram a compreender a política norte-americana em relação aos sequestros políticos. Em entrevista concedida²⁷⁰, em 1992, para Charles Stuart Kennedy da *The Association for Diplomatic Studies and Training (ADST)*²⁷¹, Curtis Cutter descortina alguns aspectos de sua carreira e os bastidores da tentativa de sequestro da

²⁶⁷ ACE 45000/72. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional.

²⁶⁸ LANGGUTH, 1997, p. 173.

²⁶⁹ *O Globo*, 30/08/2009, p. 4. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/-/handle/id/411771/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

²⁷⁰ <https://www.adst.org/OH%20TOCs/Cutter,%20Curtis%20C.toc.pdf> Acesso em: 10/11/2018.

²⁷¹ Fundada em 1986, a ADST é uma organização sem fins lucrativos voltada para a história da diplomacia norte-americana. Em seu site é possível acessar o acervo de História Oral produzido por seus membros com ex-integrantes do serviço diplomático dos EUA. Disponível em: <http://adst.org/> Acessado em: 18 nov. 2018.

qual foi vítima. A partir daqui, a narrativa é composta por informações retiradas da entrevista concedida por Cutter.

O cônsul Curtis Cutter havia chegado ao Brasil, em novembro de 1969, após um ano de estudos na Universidade de Stanford onde estudou a história econômica do Brasil, além de um curso intensivo de português. Demonstrando profundo conhecimento da divisão política do Brasil, relatou na entrevista concedida à Kennedy que partiu dele a opção por se estabelecer como cônsul em Porto Alegre. Segundo ele, “o Rio Grande do Sul é considerado o berço dos presidentes”.²⁷² Além das funções consulares, o objetivo de Cutter era estreitar laços com a comunidade intelectual e artística, pois, segundo ele, a esquerda costumava atribuir a responsabilidade pela autoria do golpe de 1964 ao governo norte-americano. Em sua opinião, tal afirmação não encontrava justificativa.

Em 4 de abril de 1970, integrantes da VPR tentaram sequestrar o cônsul nas ruas de Porto Alegre. Curtis estava sem segurança e foi baleado no ombro, mas mesmo assim conseguiu fugir. Naquele momento, Curtis já tinha notícia de pelo menos dois sequestros envolvendo diplomatas no Brasil: em 1969, Charles Elbrick e abril de 1970, Nobuo Okushi. Curtis afirma que já havia discutido com seu segurança pessoal sobre as possíveis reações, caso ele fosse vítima de tentativa de sequestro. Para ambos, se existisse a possibilidade de fugir, eles iriam fazê-lo. A partir desse momento, Curtis informa ao entrevistador e ao leitor como a sua carreira após esse episódio foi profundamente impactada, o papel do Departamento de Estado e o envolvimento de Charles Elbrick.

Importa ressaltar que, a tentativa de sequestro de Cutter aconteceu em paralelo à crescente rede de denúncias envolvendo violações de direitos humanos no Brasil. O cônsul afirma que esse debate entre os membros da missão diplomática norte-americana era presente. Havia discordância sobre até que ponto essas denúncias eram reais ou não. De acordo com o próprio Cutter: “muitos dos nossos programas no Brasil dependiam do fato de não os encontrarmos violando as disposições sobre os direitos humanos”.²⁷³ Isso justificava, em sua visão, a postura cuidadosa adotada pela embaixada no Rio de Janeiro no sentido das informações que eram repassadas para Washington.

²⁷² Entrevista ADST, p. 26.

²⁷³ *Idem*, p. 30.

Essas dúvidas seriam dissipadas rapidamente. Curtis relata que sua reação na tentativa de sequestro – a não-rendição aos sequestradores e a fuga -, teria sido bem vista pelos militares e pela polícia de Porto Alegre. A partir daquele momento, é como se o cônsul tivesse se tornado alguém confiável. Curtis foi convidado para conhecer a sede da polícia política e visitar as instalações onde aconteciam as torturas. Relataram com riqueza de detalhes o que fariam, caso conseguissem prender os responsáveis pela tentativa de sequestro do cônsul. Para Curtis “os fatos eram claros. Eles estavam fazendo coisas horríveis. E eles estavam fazendo isso de uma maneira razoavelmente organizada e sistemática”.²⁷⁴ O cônsul afirma que elaborou relatórios relatando o que tinha visto, respeitando a cadeia de informações: de Porto Alegre enviou para a Embaixada no Rio de Janeiro e de lá deveria partir para Washington. No entanto, posteriormente, quando esteve nos Estados Unidos procurou pelos relatórios, mas nunca os encontrou. As frustrações de Curtis estavam apenas no início. O cônsul não mede palavras para afirmar que o Departamento de Estado não ofereceu nenhum suporte quando ocorreu a tentativa de sequestro. Assim como jornais relataram²⁷⁵, Curtis afirma que partiu de Charles Elbrick a preocupação por sua integridade física.

Burke Elbrick foi ótimo. Ele entrou em seu avião, voou logo depois que isso aconteceu. Ele trouxe seu médico pessoal da embaixada para dar uma olhada em mim e se certificar de que eu estava recebendo bons cuidados médicos. Ele estava em constante comunicação. Eu nunca ouvi uma palavra do Departamento de Estado. Nenhuma comunicação recebi do Departamento de Estado. Nenhuma. Zero. Durante todo esse período. É meio incompreensível. Eu quase senti que o que eu tinha feito estava errado, que o que eu deveria ter feito era me entregar e fazer um esforço para não envergonhar o Departamento ao ser tomado como refém. Na verdade, houve alguns oficiais que me disseram que eu havia feito a coisa errada ao escapar dessa situação e que eu pusera vidas em risco.²⁷⁶

²⁷⁴ *Idem, ibidem.*

²⁷⁵ Jornal Diário Popular, 7/4/1970.

²⁷⁶ Tradução nossa. No original: I guess that they didn't know how to deal with them, but they didn't even know how to deal with the human problems that were involved. Burke Elbrick was great. He jumped in his plane, flew down, right after this happened. He brought his personal physician from the Embassy to take a look at me and made sure that I was getting good medical care. He was in constant communication. I never heard word one from the Department of State. Not one communication did I receive from the Department of State. None. Zero. During this entire period. It's sort of mind boggling. I almost felt that what I'd done was wrong, that what I should have done was turn myself over and made an effort not to embarrass the Department by being taken hostage. Actually, there were some officers later who said to me that I'd done the wrong thing by escaping from this situation and that I'd imperiled lives. Entrevista ADST, p. 34.

No interior do Departamento de Estado, o entendimento sobre o episódio envolvendo Curtis era alvo de discordância. As distintas posturas refletiram o modo como Curtis passaria a ser visto e o hiato vivido em sua carreira. O cônsul teria recebido um prêmio por heroísmo, jantares foram oferecidos em sua homenagem, mas para ele não há dúvidas que aconteceu um *lobby* pesado no Departamento de Estado para que isso fosse feito. Assim como Charles Elbrick, Curtis ficou absolutamente marginalizado no Departamento de Estado. Para o entrevistador Stuart Kennedy, Elbrick foi tratado muito mal também. O embaixador era um dos melhores quadros da diplomacia norte-americana e, por isso mesmo, foi constrangedor o que fizeram com ele.

Em 1986, em entrevista concedida para Jewell Fenzi também da *The Association for Diplomatic Studies and Training (ADST)*, Elvira Elbrick, viúva do embaixador relatou que, em encontro informal com o ex-presidente Nixon nesse mesmo ano, teriam travado o seguinte diálogo:

– *Como vai você, Sr. Presidente?* E ele disse: “*Como vai você*”, e sorriu de um lóbulo da orelha para a outra. E eu disse: “*E como está a Sra. Nixon?*” e ele disse “*Bem*” “*e as crianças?*” e assim por diante, apenas um pouco de conversa rápida.

E então eu disse: *Por um acaso você lembra de um homem com o nome de Burke Elbrick?*” E ele disse, “*Oh, sim. Eu o nomeei como embaixador no Brasil*”.

E eu disse: “*Você lembra que ele foi sequestrado por lá e que você foi seu Judas e seu Pôncio Pilatos?*” E eu disse: “*Adeus, Sr. WaterGate*”, e fui embora. E esse foi o fim de tudo. Claro, ele provavelmente nunca se lembrará desse arranhão que eu dei nele, mas pelo menos eu me senti bem por isso...²⁷⁷

²⁷⁷ Tradução nossa. No original: “*-How do you do, Mr. President?*” And he said, “*How do you do*”, and smiled from one ear lobe to the other. And I said, “*And how is Mrs. Nixon?*” and he said “*Fine*” “*...and, the children?*” and so on, just a very quick little conversation. And then I said, *Do you happen to recall a man by the name of Burke Elbrick?*” And he said, “*Oh, yes. I appointed him as Ambassador to Brazil*”. And I said, “*Do you remember that he was kidnapped down there and that you were his Judas and his Pontius Pilate?*” And I said, “*Goodbye, Mr. WaterGate*”, and walked away. And that was the end of that. Of course, he probably never would even remember the scratch I gave him but at least I felt good for it...” Ver entrevista completa em: <http://www.adst.org/OH%20TOCs/Elbrick,%20Elvira.toc.pdf> Acessado em: 18 nov. 2018.

O trecho destacado acima, assim como o restante da entrevista, chama atenção não apenas porque evidencia o constrangimento desse encontro em virtude de um assunto *sensível*, mas, sobretudo, porque traz à tona a multiplicidade de ações e reações possíveis diante do sequestro do embaixador. Elvira Elbrick, assim como Curtis Cutter, relata a falta de sensibilidade do governo Nixon e a ausência de qualquer tipo de mensagem de apoio nos dias que duraram o sequestro. Além disso, informa que quando viajaram para Washington, logo após a soltura de Elbrick, Nixon não os teria recebido no Salão Oval.

Podemos pensar o sequestro de Charles Elbrick a partir de uma lógica que não sugere a *inevitabilidade* de uma pressão norte-americana sobre os militares brasileiros, além de colocar em primeiro plano os atores envolvidos e suas distintas motivações. A entrevista de Elvira Elbrick e a postura de parte dos militares brasileiros em resposta às declarações do Embaixador assim que foi libertado nos indicam certo “ruído” nas relações, além de não sugerir uma pressão incontestada do governo norte-americano, inclusive a partir da ideia de que após o sequestro Charles Elbrick teria ficado totalmente marginalizado dentro do Departamento de Estado.²⁷⁸

²⁷⁸ MIR, Luís. A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 433.

Considerações finais

Para a História, o “episódio”, a história do acontecimento - *histoire événementielle*²⁷⁹ - é geralmente encarada de maneira pejorativa: porque vista em si mesma, não explica o processo histórico que levou ao acontecimento isolado. Por isso, o que se analisa aqui não é o evento do sequestro em si, mas interessa perceber como o episódio envolvendo o embaixador Elbrick nos informa sobre a construção de políticas que certamente não começaram nem tiveram fim durante os dias que durou a ação. Muitos temas perpassam o sequestro: a opção pela violência revolucionária dos grupos guerrilheiros nos anos 1960; a experiência da Revolução Cubana que foi um componente fundamental na construção da Doutrina de Contrainsurgência no governo Kennedy; a retórica da luta contra o terror e os tratados e acordos internacionais para conter sua disseminação; e, por fim, o próprio descortinamento sobre quem foi o embaixador Elbrick.

Para Carlo Ginzburg, o ofício do historiador e a construção de um objeto de pesquisa passa pela necessidade de buscar os fios e rastros que nos são deixados através dos tempos nos documentos, por exemplo. Nesse sentido, no início dessa investigação buscamos entender essa teia, os personagens envolvidos e, mais do que isso, as relações estabelecidas. Sequestros políticos funcionam como boas histórias: existem rumores, conflitos e tensões. Quando retiramos os adjetivos comumente utilizados para caracterizá-lo, começamos a compreender alguns aspectos.

Com alguma frequência, a narrativa construída sobre o sequestro de Elbrick informa que o governo norte-americano teria feito uma pressão inconteste à Junta Militar para que o embaixador fosse libertado com vida. De fato, não nos parece plausível afirmar que a ação envolvendo Elbrick e outras similares que vinham ocorrendo no mundo não tenha sido objeto de preocupação e discussão intensa nos bastidores do governo norte-americano em função da máxima: “nós não negociamos com terroristas”. Apesar dos detalhes da vida e carreira de Elbrick serem pouco conhecidos, o Embaixador era personagem importante na política diplomática dos Estados Unidos. Embaixador de carreira, Elbrick construiu sua formação atuando em

²⁷⁹ BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 328.

postos no exterior cujos desafios eram inquestionáveis. Foi enviado ao Brasil num momento em que Nixon redefinia sua nova política para a região.

Ao nos debruçarmos sobre as conversas trocadas entre membros da Embaixada no Brasil e os funcionários em Washington, além das análises que saíram na mídia impressa, nos parece prematuro sugerir que havia uma pressão inconteste no sentido de assegurar a integridade do embaixador. Os documentos sugerem que o presidente Nixon não estava disposto a se ver enredado nas negociações. Em última instância, argumentava-se que a responsabilidade final pela integridade das representações diplomáticas no exterior era do governo anfitrião.

Além disso, a análise documental identificou ainda duas temporalidades distintas envolvendo Elbrick e os governos do Brasil e Estados Unidos. Nos dias que duraram a ação, alguns setores no interior das Forças Armadas manifestavam ferrenha oposição à possibilidade da Junta Militar ceder às exigências dos sequestradores de Elbrick e libertar 15 prisioneiros políticos exigidos em troca da vida do embaixador. Argumentava-se que Elbrick teria facilitado a ação ao dispensar a segurança adicional oferecida pelo governo brasileiro.

No momento em que foi libertado, consta que o Embaixador teria proferido a seguinte frase que nomeia essa tese: “ser um embaixador não é um mar de rosas”. Com certo tom de humor para quem havia acabado de passar por uma situação delicada, o sequestro havia terminado, mas as repercussões continuariam pelo menos até sua remoção do posto de embaixador no Brasil, em maio de 1970. As análises que tratam sobre o período pós-sequestro reiteram a todo momento a noção que Elbrick teria perdido seu poder de negociação junto ao governo brasileiro.

A documentação diplomática é especialmente reveladora dos conflitos internos entre governos. A comunicação apresenta ruídos e discordâncias e, por isso mesmo, reflete realidades políticas complexas. Os sequestros diplomáticos causaram atritos entre os governos envolvidos. Com alguma frequência, falamos de política como se ela fosse bem definida e determinada a partir de uma única fonte. As ambiguidades estão presentes e muitas vezes as narrativas são seletivas.

Trabalhar com um tema amplamente citado é um desafio. Nunca estive no horizonte dessa pesquisa deslegitimar ou desconsiderar as análises que já foram feitas acerca do sequestro. A historiografia, como bem sabemos, alimenta-se de debates e visões discordantes acerca de um mesmo assunto. Se o sequestro do embaixador

Charles Burke Elbrick é comumente explicado por seu ineditismo, o objetivo dessa tese foi compreender o que havia além dos adjetivos comumente utilizados para explicá-lo.

Referências

Documentos

NATIONAL ARCHIVES

RECORD GROUP 59 – GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE

- Records Relating to Brazil (1962-1975). Bureau of Inter-American Affairs. Office of Brazilian Affairs – 3 caixas
- Executive Secretariat. Correspondence of President Nixon with American Ambassadors, 1969-1971 – 2 caixas
- Records Relating to Portugal (1956-1963). Bureau of European Affairs. Office of Western European Affairs – 2 caixas
- Office of International Security Policy and Planning. Subject Files, 1969-1971 - 1 caixa
- Bureau of Inter-American Affairs. Office of the Staff Director, National Security Council (NSC). InterDepartmental Group. Subject and Country Files, 1966-1970 – 3 caixas
- National Security Council. Meeting Files, 1969-1970 – 2 caixas
- Policy Planning Council. Policy Planning Staff. Subject and Country Files, 1965-1969 - 1 caixa
- Central Foreign Policy Files (1967-1969). Political and Defense, Yugoslavia – 4 caixas
- Senior InterDepartmental Group Files, 1966-1972. Latin America Regional File – 1 caixa
- Bureau of European Affairs. Records Relating to Portugal (1957-1966) – 2 caixas

RECORD GROUP 84 – FOREIGN SERVICE POSTS OF THE DEPARTMENT OF STATE

- Brazil, U.S. Consulate General (1962-1974), Sao Paulo: Classified Central Subject Files – 4 caixas
- Brazil U.S. Embassy. Classified Central Subject Files (1961-1975) – 2 caixas

RECORD GROUP 286 - USAID

- Brazil Project and Subject Files, 1969-1973 – 3 caixas
- Office of Public Safety. Latin American Branch. Country File, 1956-1975 – 1 caixa

RECORD GROUP 306 – U.S. INFORMATION AGENCY

- Latin American Publication files, 1967-1970 – 4 caixas

RICHARD NIXON PRESIDENTIAL LIBRARY

- Papers of Charles A. Meyer – 1 caixa
- White House Central Files (WHCF) - Subject Files FG 6-11-1 White House Staff – 2 caixas
- White House Central Files (WHCF) - Subject Files FG 6-3 – 1 caixa
- White House Central Files (WHCF) - Subject Files FG 6-6 National Security Council – 1 caixa
- White House Central Files (WHCF) - Subject Files FG 11 - State Department – 3 caixas
- White House Central Files (WHCF) - Subject Files CO – 2 caixas
- NSC Henry Kissinger – 1 caixa
- White House Special Files -President's Office Files – 4 caixas
- White House Special Files -President's Office Files (Annotated News Summaries, 1969-73) - 1 caixa
- White House Special Files - President's Office Files (President's Meeting File, 1969-74) – 2 caixas

- White House Special Files - President's Office Files (Chronological File) – 1 caixa
- National Security Study Memorandums – 1 caixa
- National Security Council (NSC) Files - Presidential Correspondence 1969-1974 – 1 caixa
- National Security Council (NSC) Files - Country Files - Latin America – 1 caixa⁷
- National Security Council (NSC) Files - VIP Visits – 1 caixa

“Nixon and Kissinger: Triumph and Trial”. *Time*, 01/01/1973.

“Political Insecurity Through Latin America”. *NYT*, 14/08/1970.

“President Nixon Establishes Cabinet Committee to Combat Terrorism”. **Department of State Bulletin**, October 23, 1972, p. 475.

“Speech by Yugoslav Government Leader Praising Ambassador and State of US-GOY Relations”. *RG 59: Central Foreign Policy Files (1967-1969). Political and Defense, Yugoslavia*. (Box 2842). National Archives and Records Administration (NARA II).

“Statement by Joseph John Jova” in Department of State. **Bulletin**, Vol. LXII. No. 1613, 25 de maio de 1970.

A Strategy for Combating Terrorism, Rand Corporation, California, 1981.

An Urban Strategy for Guerrillas and Governments, Rand Corporation, California, 1972.

BRASIL: NUNCA MAIS. **Perfil dos Atingidos**. Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

Bulletin of the International Commission of Jurists, December 1967, n. 32.

CASTRO, Fidel. *Segunda Declaração de Havana*, 4 de fevereiro de 1962.

Congressional Record. Proceedings and Debates of the 94th Congress Second Session. June 14, 1976, Vol. 122, part. 15.

Combating International Terrorism; The Role of Congress, Rand Corporation, California, 1977.

Combating Terrorism Becomes a War, Rand Corporation, California, 1984.

Combating Terrorism: Some Policy Implications, Rand Corporation, California, 1981.

Convenção para Prevenção e Punição de Crimes contra Pessoas Internacionalmente Protegidas. ONU. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/db/Terrorism/english-18-7.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Cuba: White Paper, April 1961.

Elvira "Elfie" Elbeck. 24/10/1986. The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs. Oral History Project. Spouse Oral History Series. <https://www.adst.org/OH%20TOCs/Elbrick,%-20Elvira.toc.pdf>. Acessado em: 08 nov. 2018.

Embassies Under Siege – A Review of 48 Embassy Takeovers, 1971 -1980, Rand Corporation, California, 1981.

Fighting Terrorism: An Enduring Task, Rand Corporation, California, 1981.

Foreign Service Journal. 06/06/1970. Disponível em: https://www.afsa.org/sites/default/files/fsj-1970-06-june_0.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

Future Trends in International Terrorism, Rand Corporation, California, 1985.

Hostage Survival: Some Preliminary Observations, Rand Corporation, California, 1976.

Hostages and Their Captors – Friends and Lovers, Rand Corporation, California, 1975.

International Terrorism – The Other World War, Rand Corporation, California, 1985.

International Terrorism: A Chronology (1974 Supplement), Rand Corporation, California, 1976.

International Terrorism: A Chronology, 1968 – 1974, Rand Corporation, California, 1975.

International Terrorism: A New Kind of Warfare, Rand Corporation, California, 1974.

International Terrorism: Choosing the Right Target, Rand Corporation, California, 1981.

International Terrorism: Trends and Potentialities, Rand Corporation, California, 1978.

Jornal do Brasil, 5/9/1969.

Jornal do Brasil, 9/7/1969.

Memorandum “Kidnapping of U.S. Officials Abroad” Gentile and Hurwitch to Macomber, 2 de Abril de 1970, *FRUS 1969-1976*, E-1: Chapter 1: Document 37.

Memorandum “Kidnapping of U.S. Officials Abroad” Gentile and Hurwitch to Macomber, 2 de Abril de 1970, *FRUS 1969-1976*, E-1: Chapter 1: Document 37.

National Security Action Memorandum 88(NSAM 88). September, 5, 1961.

National Security Action Memorandum (NSAM) 182: Counterinsurgency Doctrine, August, 24, 1962.

New Leader, 29/07/1969.

New York Times, 04/03/1971.

New York Times, 11/08/1970.

New York Times, 15/04/1983. Disponível em:

<http://www.nytimes.com/1983/04/15/obituaries/c-bruce-elbrick-ex-envoy-is-dead.html> Acessado em: 08 ago. 2018.

New York Times, 18/07/1976.

New York Times, 8/10/1969. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/1969/09/08/archives/a-sturdy-ambassador-charles-burke-elbrick.html> Acessado em: 12 nov. 2018.

O Correio da Manhã, 7/9/1969.

O Globo, 30/08/2009, p 4. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/-handle/id/411771/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Office of Security, Inter-Agency Ad-hoc Committee, 12 de maio de 1965, NA.

Options for U.S. Policy on Terrorism, Rand Corporation, California, 1981.

Organização das Nações Unidas. *Office of Counter Terrorism*. Disponível em:

<http://www.un.org/en/counterterrorism/legal-instruments.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Rand's Research on Terrorism, Rand Corporation, California, 1977.

1961 (Box 1); Folder: Presidential visit (Box 2); Folder: U.S. Effort change Portuguese policy overseas 1962 (Box 2); Folder: United Nations – 1957-1962 (Box 2). National Archives and Records Administration (NARA II).

Some Reflections on Recent Trends in Terrorism, Rand Corporation, California, 1983.

Statement About Action to Combat Terrorism, September 27, 1972. Disponível em:

<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3602>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Terrorism and Kidnapping, Rand Corporation, California, 1974.

Terrorism in the 1980s, Rand Corporation, California, 1980.

Terrorism Works – Sometimes, Rand Corporation, California, 1974.

Terrorism: Between Prudence and Paranoia, Rand Corporation, California, 1983.

The Baltimore Sun, 9/9/1969.

The Five Stages of Urban Guerrilla Warfare: Challenge of the 1970s, Rand Corporation, California, 1971.

The Future Course of International Terrorism, Rand Corporation, California, 1985.

The Study of Terrorism: Definitional Problems, Rand Corporation, California, 1980.

U.S. Department of the Army, Army Special Operations Forces Unconventional Warfare, September 2008.

U.S. Department of the Army, Civil Affairs Operations, FM 41-10, October 1969.

U.S. Department of the Army, Counterguerrilla Operations, May 1970.

U.S. Department of the Army, Counterinsurgency Operations, October 2004.

U.S. Department of the Army, Counterinsurgency, December 2006.

U.S. Department of the Army, Operations Against Irregular Forces, FM 31-15, May 1961.

U.S. Department of the Army, Tactics in Counterinsurgency, April 2009.

U.S. Preparation for Future Low-Level Conflict, Rand Corporation, California, 1977.

US News and World Report, 20/04/1970.

USA Today, 10/10/1984, p. 1.

Estudos

- ADORNO, Theodor. Cultural Criticism and Society. **Prisms**. Massachusetts: MIT Press, 1997, p. 17-34.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (*Homo Sacer* III). São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGUIAR, Odilio Alves. “A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt”. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 5, n. 2, p. 73-88, outubro, 2008.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.
- ANTUNES, José Freire. **Kennedy e Salazar – O Leão e a Raposa**. Portugal: Dom Quixote, 2013.
- APTER, David E. “Political Violence in Analytical Perspective”. In: **The Legitimization of Violence**. Basingstoke: Palgrave, 1997.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARENDT, Hannah. “Da Violência”. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América – Os Corpos da Paz no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2008.
- BAMBIRRA, Vânia. **A revolução cubana: uma reinterpretação**. Brasil: Ed. Centelha, 1973.
- BARÃO, Carlos Alberto. “A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60”. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil – Volume I: o impacto das revoluções**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BAUMANN, Carol Edler. **The Diplomatic Kidnappings: a Revolutionary Tactic of Urban Terrorism**. The Hague, Martinus Nijhoff, 1973.
- BLAUFARB, Douglas S. **The Counterinsurgency Era: Doctrine and Performance, 1950 to the Present**. New York: The Free Press, 1977.

- BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida: memorias de um militante**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2013.
- BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERQUÓ, Alberto. **O sequestro dia-a-dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CANCELLI, Elizabeth. “O golpe de 1964 e sua construção antitotalitária: âncoras teóricas e redes intelectuais”. No prelo.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural: o pós-Guerra em releitura**. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CANTARINO, Geraldo. **A ditadura que o inglês viu: documentos diplomáticos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura política em 1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- CASSIDY, Robert M. *Counterinsurgency and the Global War on Terror: Military Culture an Irregular War*. Stanford University Press, 2008.
- CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHOMSKY, Noam. **Rumo a uma nova guerra fria**. Rio de Janeiro: Record: 2007.
- CORREIA, Adriano. “Quem é o *animal laborans* de Hannah Arendt?”. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.
- DA-RIN, Silvio. **Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DARIN, Silvio. **Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

- DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de las Americas, 1967.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJ, 2005.
- FICO, Carlos. “1968: o ano que terminou mal”. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. **1968: 40 anos depois: História e Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- FICO, Carlos. **O Grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FRIEDRICH, Carl J., Brzezinski, Zbigniew. **Totalitarian Dictatorship and autocracy**. Cambridge: Harvard University Press, 1956.
- GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. Praeger Security International. 1964.
- GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.
- GOTT, Richard. **Guerrilla movements in Latin America**. Seagull Books, 2008.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Atica, 1987.
- GROTIUS, H. **The Rights of War and Peace**. New York: M. Walter Dume, 1901.
- GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- GUEVARA, Ernesto Che. “Mensagem à Tricontinental”, 1967. In: LOWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- GUEVARA, Ernesto Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- GREEN, James. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- History of the Bureau of Diplomatic Security of the United States. Department of State**. Estados Unidos: Global Publishing Solutions, 2011.
- HOBSBAWN, Eric. **Pessoas extraordinárias – resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos – América Latina.**

HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança.** Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

ISAACSON, Walter; THOMAS, Evan. **The Wise Men: Six Friends and the World they made.** Nova York: Simon & Schuster, 1986.

JENKINS, Brian Michael. **A Conceptual Framework for Analyzing Terrorist Groups.** Rand Corporation, California, 1986.

JENKINS, Brian Michael. **An Urban Strategy for Guerrillas and Governments.** Rand Corporation, California, 1972.

JENKINS, Brian Michael. **Diplomats on the front line.** Rand Corporation, California, 1982.

JENKINS, Brian Michael. **Does the U.S. No-Concessions Policy Deter Kidnappings of Americans?** Rand Corporation, California.

JENKINS, Brian Michael. **Rand's Research on Terrorism.** Rand Corporation California, 1977.

JENKINS, Brian Michael. **Talking to Terrorists.** Rand Corporation, California, 1982.

JENKINS, Brian Michael. **Terrorist Incident Involving Diplomats.** Rand Corporation, California, 1972.

JENKINS, Brian Michael; RONFELDT, David; STRAUCH, Ralph; JOHNSON, Janera. **Dealing with political kidnapping.** Rand Corporation, California, 1976.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** Tese de doutorado. Departamento de História. São Paulo: USP, 2008.

KATCHATUROV, Karen Armenovitch. **A expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- KAUFFMAN, Andrew. "On 'Wars of National Liberation'". In: *Military Review*, n. 48, October 1968.
- KENNAN, George. Telegrama. 861.00/2 - 2246. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/coldwar/-documents/episode-1/kennan.htm>. Acessado em: 20 nov. 2018.
- LAFER, Celso. "A ONU e os direitos humanos". *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 25, Setembro/Dezembro, 1995, p. 169-185.
- LANGGUTH, Arthur J. **A face oculta do terror**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LAQUEUR, Walter. "Postmodern Terrorism: New Rules for an Old Game". *Foreign Affairs*, September/October, 1996.
- LOWENTHAL, Abraham. **Alliance Rhetoric versus Latin American Reality**, *Foreign Affairs*, v. 48, no. 3, 1970. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/1970-04-01/alliance-rhetoric-versus-latin-american-reality>. Acessado em 10 nov. 2018.
- MARLOWE, Ann. **David Galula: his life and intelectual context**. Carlisle. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2010
- MARTINS FILHO, João Roberto. "Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição". *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, n. 12, 1999
- MEIRELLES, Renata. **Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981)**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2016.
- MEYER, Lorenzo, "La Guerra Fría en el mundo periférico. El caso del régimen autoritario mexicano. La utilidad del anticomunismo discreto". SPENSER, Daniela (coord.). **Espejos de la Guerra Fría. México, América Central y el Caribe**. México, Miguel Ángel Porrúa Editores, Secretaría de Relaciones Exteriores, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2004, p. 95-117.
- MIR, Luís. **A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil**. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MORRIS, Eric; HOE, Alan. **Terrorism: Threat and Response**. MacMillan Press, 1987.
- MOYN, Samuel. "The First Historian of Human Rights". **The American Historical Review**, v. 116, n. 1, 2011, p. 58-79.

- MOYN, Samuel. **The Last Utopia: Human Rights in History**. Cambridge, Massachusetts, Londres. The Belknap Press of Harvard University Press, 2010.
- PAGET, Karen M. **Patriotic Betrayal: the inside history of the CIA's secret campaign to enroll American students in the crusade against communism**. Yale University Press, 2015.
- PIKE, Douglas. **The Vietcong Strategy of terror**. Saigon: U.S. Information Agency, 1970
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "O marxismo latino-americano". In: HOBBSBAWN et al. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAPOPORT, David C; ALEXANDER, Yonah. **The morality of Terrorism: Religious and Secular Justifications**. New York, Pergamon Press, 1982.
- RATO, Vasco. "Um mapa para os tempos: o realismo normativo de Reinhold Niebuhr". **Relações Internacionais**, n. 16, dezembro 2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Versões e Ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.
- RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- RIBEIRO, Denise Felipe. **A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. Dissertação de mestrado. Departamento de História. Rio de Janeiro: UFF, 2012.
- ROCKFELLER, Nelson. **As condições de vida nas Américas**. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- Role of the OAS and other multilateral organizations. Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d1> Acessado em: 08/08/2018.
- ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada, p. 4**. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf . Acesso em: 10 nov. 2018.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RONFELDT, David. **The Mitrione Kidnapping in Uruguay**. Rand Corporation, California, 1987.

ROSENAU, William. "The Kennedy Administration, U.S. Foreign Internal Security Assistance and the Challenge of 'Subterranean War', 1961-1963". *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 14, N. 3, 2003, pp. 65-99.

ROSTOW, Walt. **The Stages of Economic Growth; a Non-Communist Manifesto**. Cambridge University Press, 1960.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. São Paulo: Record, 2008.

SCHLESINGER, Arthur. **Mil dias**. John F. Kennedy na Casa Branca. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHLESINGER, Arthur. *Not left, Not Right, but a Vital Center*". *NYT*, 04/04/1948.

SCHLESINGER, Arthur. What will the Nixon Administration do – what can it do – about the new Latin America? **The Atlantic**, jan. 1970. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/past/docs/-issues/70jan/lowering.htm> Acessado em: 07 nov. 2018.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru/SP: EDUSC, 2000

SILVA, Izabel Pimentel da. "Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro". In: Sales, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2015.

- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **“Por ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria.** Tese de Doutorado. Niteroi: UFF, 2016.
- SILVA, Tatiana Teixeira da. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: arte de pensar o impensável.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STECHEL, Ira. “Terrorist kidnapping of Diplomatic Personnel”. **Cornell International Law Journal**, vol. 5, n. 2, 1972, p. 189-217.
- TRINQUIER, Roger. **Modern Warfare: a French view of counterinsurgency.** Pall Mall Press, 1961.
- TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973.** Montevideu: Editorial Fin de Siglo, 2006.
- VEGA, Louis Mercier. **Guerrillas in Latin America: the technique of the Counter-State.** Praeger, 1969.
- VICK, Alan J; GRISSOM, Adam; ROSENAU, William; GRILL, Beth; MUELLER, Karl P. “The Challenge of Counterinsurgency: lessons from the Cold War and After”. In: **Air Power in the New Counterinsurgency Era.** Rand Corporation, 2006.
- WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo.** Rio de Janeiro: FGV, 2017.

Anexos

Anexo I - Carta do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, s/d

SECRET

IPS-1-16

I left here in my car about 3:00 p.m. on Thursday.. The chauffeur took a turn here goes from the San Clemente to the Voluntarios de Patria it goes just by the Escola Joaquim Antonio Borges. I don't know the name of that street, but its a short street connecting Sao Clemente with the Voluntarios de Patria. About half way down the street a VW, a blue VW, pulled out from the right and crossed in front of us and stopped. The chauffeur, of course, stopped the car. And then at that moment several people with revolvers and pistols surrounded the car and opened the doors. Two of them got into the back seat with me two of them got into the front seat and pushed the chauffeur into the middle. The two in the back seat forced me onto the floor with my hands behind my head and said "Somos revolucionarios Brasileiros." The man who had taken the wheel drove the car very rapidly around several turns. I didn't see where we were going, but it seemed to me we were going possibly up the Sao Clemente again but I'm not sure. We drove for several minutes. We went up the hill and the car - they stopped the car in a deserted area, grassy area which was on an incline. And then said to me "close your eyes." Well, I didn't know what they had in mind and I didn't close my eyes. And I began resisting and struggling with one man and pushed his revolver away keeping him off when I got a blow on the head with a pistol butt. And I was stunned and of course I was bleeding considerably and they dragged me out of the Cadillac at that moment. They put me - it was a Station Wagon with three doors on one side if you know what I mean.

File
Brazil
8FP
PE

DECLASSIFIED
E.O. 13526, Sec. 3
NND 913513 LNW 37776
By JLD/DM, NARA, Date 4/20/2005

SECRET

STATE DEPT. DECLASSIFICATION REVIEW
☐ Retain class'n
☒ Declassify
Change/classify to _____
with concurrence of _____
after _____

EO 12958, 25X
IPS/CR/IR by R. Zorn Date: 1/13/00

~~SECRET~~

The front door for the front seat and then two doors that opened like this on the side. But the two doors that opened like this were tied shut and so they pushed me into the front seat and said "climb over the front seat and lie on the floor" which I succeeded in doing. And then they covered me with a tarpaulin and we started off. Of course I don't know where we went, but we didn't go very far because as I say I think this happened about 3:00p.m. and by 3:25 or thereabouts it seems to me we had arrived at our destination. The car was driven into a garage, I was then told to sit on the seat facing the front and that if I looked around I would be killed. Now I noticed in back I could see for a few minutes, before they turned the mirrors, I could see something in the rearview mirror. It seemed to me there was a grillwork, a cross grill sort of a wire grill or something. No, No, it wasn't crossed, it was a grill like this, a sort of a chicken coop thing. In back of me, I mean there must of been something let down behind the car as a door or a to prevent anyone from coming in or going out. (You didn't see a yard or garden or anything beyond that?) I was told to face forward and if I turned

No, nothing beyond that. Unfortunately the mirror from where I sat which was two seats back wasn't at the right angle. And, lets see, I told you I was told to sit there. They said I would stay there until about half past six, which meant three hours sitting in the car. I oh, when they first told me to sit on the seat and look forward, I noticed that somebody was burning something in the car itself just in back of my seat and, of course, I thought possibly I was going to be blown up in this garage. I mean I had all kinds of

~~SECRET~~

~~SECRET~~

very strange and very wierd ideas I suppose. The thought of course had occurred to me many times that this was an assassination attempt and so until I was reassured to the contrary, because they had never said anything to me and they never permitted me to ask any questions up to this point. They said keep quiet and keep your head forward. I wasn't sure, naturally, what their intentions were. Then, one of them said, I finally managed to ask "What are you going to do with me and he said, "Don't worry, nothing is going to happen" in Portuguese. I must say this didn't reassure me very much, but I was bleeding quite a lot and I had blood all over my face so I asked if I could have some water to wash off the blood and also some water to drink. And they got it. They brought out a bucket of water and put it beside me and a towel and I managed to get some of the blood off anyway. They took turns sitting behind me. I mean two or three of them, they would change places. One would sit outside, inside the garage and one would sit on the seat behind me. It was almost, it was 7:00 I think when they finally said we will now go into the house. And they put blinkers on the glasses that were covered so that I couldn't see anything and led me out of the car and into the house and we walked up the stairway and we turned and then we walked up two more stairways. I was somewhat disoriented, but finally they allowed me to take the blinkers off and I found myself in a room about three meters by four meters, completely bare except for a folding cot and a little stool. (If the police could show you this room, this stool, this bed or a stool and a bed, you would recognize it wouldn't you sir?) I'm very well acquainted with both of them. (The color of the walls?) Color of the walls. The floor was a parkay floor of this kind of wood.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

I was not allowed out of that room until I came here tonight, except to go to the bathroom, which was just across a little hallway. (There were no windows within this room?) The window, the blinds were shut in my room and there was a glass. Obscure glass, what do you call that. Opaque. Opaque glass in the bathroom. It was a louvered thing, but the louvers were closed. (The color of the walls?) They were cream and the ceiling was white. (And the bathroom?) The bathroom was blue tile. It had a bathtub, a separate shower and of course a john and a wash basin. (All blue?) No the wash basin was white and the bathtub was white, it was a blue tiled room. (And its walls were white?) Blue tile. (Blue tiles, all of them) Well, above I suppose they were white. But arriving in that room they said this will be your room and you will be here maybe for 24 hours or so. And here is a stool, and I sat on the stool. I had, incidentally, removed my jacket, my coat in the car because it was very hot sitting inside the garage in the car and I took it off and they took it in the back and they removed my lighter. I had a gas lighter, a Dunhill lighter. I have it back, but they took it away. Of course, they had examined me for arms when they first took me, but they also took my briefcase. And they examined the briefcase thoroughly. I don't think there was anything they shouldn't have seen in the briefcase. But after I had arrived in this room that same evening, a few minutes later they brought up some medicines that I had been carrying around and they thought that I would need them so they put them on the window ledge which I thought was rather encouraging in a way. I still didn't know why I was there. They said "You will be told soon." Well, I was told about 8:00 I should think.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

these this mask and two men came to talk to me. And they told me that I was a pawn which they were using with the Brazilian Government to obtain certain demands that they would make. And I said "Have you made them?" And they said "We will make them now". I say this was about, I should think, I don't remember exactly but this must have been about 8:00. And they told me that among other things they asked me questions they were obviously interested in American activities in Brazil. And they told me that unlike the Brazilian police, begging your pardon, they did not like to resort to torture. I think somebody better translate that, now, before we go any further.

I didn't know exactly whether they meant not to torture me or to torture me I wasn't sure. The conversation, which lasted for about an hour I would say, was not very illuminating except some of the thoughts expressed by the two, there were two interrogators, made me think they were more than just leftists, they sounded to me quite Communist in their opinions and in their outlook. They left me after about an hour and said I'm sure you're very tired and would like to go to bed and I said yes I would. They asked me if I wanted any food and I said no I'm not, I have no appetite. So they left. I was then permitted to take off these dark glasses and I went to bed and tried to sleep. I didn't sleep very well that night, but in the middle of the night, why I don't know, one of these guards, or whatever you might call them, came into my room and sat on the floor, held his pistol pointed at me. I was lying in the bed. I don't know why this was. I imagined that ~~that~~ downstairs, that there was an

~~SECRET~~

~~SECRET~~

interruption, that there was something that they didn't like that happened and they were going to see to it that I would not make any disturbance, and this man came in and sat there with that gun. I became pretty tired at this gun business. Guns were pointed at me all the time. Everybody carried a gun during the first two days, everybody always had a gun in his hands. The man outside the door, my door was kept constantly open so that he could look in had a gun in his hand. Well, from that moment on I was treated very well, I must say, that if I ever have to be abducted or put in jail I would like to be treated in the way that I was treated from that time on. The next day they were very pleasant, attentive, they tried to do what they could to see that I was comfortable. It wasn't very much, but I mean they had limited means I suppose. And it then became obvious to me that they were, that I was, it was beginning to dawn, it was beginning to dawn on me that they meant what they said although at no time during the entire detention did I really feel at ease. I had conversations with them. (Sir, may I interrupt, did they ever use, did you ever hear a name as they spoke to one another?) Never. They called me Mr. or they called me Mr. Elbrick or they called me Sr. Burke, but I never heard a name. Now, as I say the guards, they changed the guard every hour. And I talked to them, one spoke English, one spoke Spanish, he was not Spanish - he spoke because he thought I spoke Spanish better than Portuguese which is true. It seemed to me that he was from the south of Brazil, but I'm not sure of that. The others all spoke Portuguese. And I can assure you as far as I claimed. As for the type of people, they were young, quite young.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

They were intelligent. I would call them intelligent fanatics. They are dedicated, according to what they told me, they are dedicated to the revolution and they said even if it takes 10, 20, or 30 years the revolution will succeed in Brazil. I asked them for reading material. They would not give me the newspapers. But they gave me some old magazines and a book in English "Ho Chi Minh on Revolution" which I think in itself is very significant. But I want to stress one thing, they said to me each of them in turn we are revolutionary we feel that the government in Brazil is not responsive to the hopes and aspirations of the people. We are for political and social reform and we intend to fight until we get it. I suppose this is not news to anybody, but at the same time I was impressed by their dedication, their discipline, apparent discipline and their ability. Now these people have engaged in bank robberies and the various things that you've read about in the press. (Did they admit to this, sir?) Yes. I asked them, well they told me they told that - I didn't have to ask them. They told me that we have started only two years ago, we had to get arms in order to do what we are doing now. We would get one pistol from a policeman another pistol from another policeman. And with those two pistols we could possibly get a machine gun and we have built up not enough but quite an armory of weapons, including mortars. They were very proud of this, and this is where the bank robberies comes in, I said you probably have money because I've read about the bank robberies. And they said yes, but we don't have enough money. That's the way it came out. Now, as for my impressions, the three days passed, following these first events, passed without any incident. As I was leaving

~~SECRET~~

very well, the food was not of the best but they apologized and said were not very good cooks, we don't do everything. And they even went out they were very attentive and bought cigars for me. They didn't ask me, I didn't ask them they went out and did it and came in and gave me cigars because they notice that I smoke cigars. My impression of these people is that they are very as I said very intelligent young, very young people. And they are very dedicated to whatever it is they are doing. I tried to tell them I said I deplore violence in any form and I think that everyone is better advised to try to solve problems in a peaceful way. And they said that they thought there was no hope of solving the problems in a peaceful way in this country. They said that they I asked them if their numbers were increasing and they said yes. I said they must lose quite a few people in these various things that they engage in and they said for everyone we lose we gain 100. Now, and they said that they have now quite a large organization all over Brazil. I suppose this can be disputed. I don't know anything about it. As for the windup that is the release, I was told yesterday that the Brazilian Government had agreed and that the prisoners the 15 prisoners that they had demanded, mind you I knew nothing about this I knew nothing about their demands until after the Brazilian Govt had agreed then they told me what the demands were. Of course, meanwhile I had imagined all kinds of impossible things and I felt that probably that I would probably never get out of this place again, but they told me that the Brazilian Govt agreed and that 15 prisoners would be released and sent to Mexico. And they said as soon as we have

~~SECRET~~

~~SECRET~~

confirmation of this fact you will be released. I was never sure until the final moment when I was released that this was so, but they assured they continued to assure me that they meant me no harm they had nothing against me at all, but I was a means of accomplishing their purpose and so tonight at about a quarter to seven I was taken to, blindfolded down the stairs into a car which I think was a Volkswagen. And two men one driving one sitting behind me took me to a street in Tijuca. It was called Rua Eduardo Ramos, very near the Conde de Bonfim - And they asked me, they told me I should remain for 15 minutes after they had deposited me at this point and then I would be at liberty to communicate. Or do anything I wanted to. (How long did you calculate the driving time from the place --?) Well, it was about 15 minutes. About 15 minutes I would say. And, I did wait the 15 minutes, needless to say, and I walked to the Conde de Bonfim and there finally I got a taxi, principally because the taxi driver recognized me and stopped and said you are the American Ambassador and he brought me home. Now there is probably a great deal that I have left out so if you have any questions about it I would be glad to (Mr. Ambassador, you kept mentioning two people here and two there, how many different people were involved in this all together?) I would say six were my guards. (All male, sir?) Yes. (No females at all) No, no. (This is six, plus the two that came into your room the first night at 8:00?) Yes, yes I don't know who they were. They were quite different, I mean, they came, they seemed a little older and they came from somewhere else and I never saw them again. (Would you be able to identify any of these individuals, sir?) No, because they wore masks, I mean they, their faces were covered

~~SECRET~~

~~SECRET~~

when they were talking to me. (They had their hair, you could see their hair and their eyes?) (Their eyebrows?) (These were the two people only, you're not talking about the guards they weren't masked were they?) Not all, but those who came in and I could look at always had masks on. (You don't feel there is any possibility of being able to identify even one out of this group?) Would there be anything unusual about the eyes, the nose and the hair, the exposed portions that might give you an idea as to the person, or the voice?) Well, I don't know, but its hard to say, but I don't, I don't remember anything very distinguishing about anybody. They usually didn't want me to look at them anyway. And when they talked to me they sat facing the same way so I never had much opportunity to examine their features. (How about when they first got into the limousine?) Well, I only remember the fellow who said we are Brazilian revolutionaries, but he looked like a hundred other people I've seen. I mean, I don't know what people's reaction might be in cases like that, but mine was one of terror I can assure you. (Were these people well dressed with suits or sport shirts?) No, no they were in shirts, they didn't have suits. (Now the ones that abducted you were the same ones that guarded you or were they different people?) Well, I'm not sure, I'm really not sure about that but I think they probably were the same ones. (Did you hear a telephone ring in the building, did the house have a telephone?) No, I heard a typewriter, I heard a children playing in the garden and I heard a lot of traffic. It must have been on a fairly important street. (Like they were climbing up a hill?) No, not climbing up, it seemed like straight traffic. And occasionally there would be a buzz three buzzes.

~~SECRET~~

~~SECRET~~

I think it was the signal to open the door, I mean, I couldn't I don't know. But it sounded very loudly in the house. It was quite a substantial house, I mean well built. It was not a flimsy sort of a place and there I do know that there was I did manage to look out through the blinds that pointed down when I was walking back and forth on my beat. I tried to walk as much as possible in order not to lose the use of my legs. Now I looked down, there were trees, there was a little garden around the place. At least where I was. (Were you looking toward the interior of the building or was this out to one side or another. Did you notice if the sun came up on that side or?) No I didn't, I couldn't see the sun come up, the blinds were closed, oh lets see now, no I can't tell you because there was windows in the staircase which was beyond my room, the stairs went down. In fact the stairs were just opposite the entrance to my room. (Would you sir be able to give us) There was a sort of a stucco finish to the staircase and a wooden railing on top of the stucco. There was a window apparently on the landing you see the staircase went down twice, I mean two steps and this is the only way I knew that the dawn had come because there was a light that came from that direction, but I had no idea of the orientation; I mean I don't know whether I was facing north, south, east or west. I didn't see the sun's rays at all. (Would you be able to give us a diagram of the room and anything that you remember in the later?) Yes, I can give you an absolute diagram of the room. (And the picture, the bed and the little stool - an exact sort of drawing of that more or less?) (Sir, you said there was traffic noise, would it have been a car or a truck or a bus or a motorcycle or a car or a light or would it have been going?) No it seemed to go by, it seemed

~~SECRET~~

-12-

~~SECRET~~

to go by. There was quite a lot of traffic and this morning I heard the guns. I suppose it was 21 guns, I didn't count then. At 8:00. This was Independence Day and this was the beginning I suppose of the parade or something. And they didn't sound too far away. But tonight at 6:00 or almost I heard more guns and they were very distant. I think also 21 guns. I don't know if this is import. (You were telling about stairs before, these stairs that you were climbing were in the house or going up to the house from the garage?). Well, in the house I think when I was taken out of the car. But when I went out tonight I think I was taken another way, it wasn't the same, it didn't seem to me to be the same at all. I finally got into a garden so I was taken from the garage into the house originally, but I was taken out into a garden and then into a car. Because under my glasses I could see lights and traffic, you know, passing lights so I was taken outside somewhere. (It would be wonderful later to have a diagram just made of everything when you got out of the car, where you went and perhaps maybe we could get a little diagram of this). I couldn't tell you how I got up, well I remember going up several staircases and being led you know in the dark. (Do you remember when you looked back in the rearview mirror, sir after your arrival in the garage, do you remember the design of the door that was lowered behind you?) It wasn't a door (it was one of those frame?). No, no it was wire, it was wire, it was just (protective grating?) a grating of some kind. It was, all I saw through that mirror was that sort of thing but fairly close together. I mean about maybe an inch - an inch apart. (Going back to there in chronological order, you said you were picked up about 3:00 and you arrived there about 3:25. Did you check your

~~SECRET~~

~~SECRET~~

watch on this time, sir, or are you estimating No, I looked at my watch. It was, I think, 3:25. (When you arrived?). Yes, it wasn't very long, I mean it didn't take very long considering the traffic of Rio to get there. (You mentioned this man that spoke English, was this man with you all the time? Would you be able to recognize his English again if you heard him speak?) Maybe. Yes, I suppose so. He spoke English very well. (Was he tall?) He was tall, they were all sizes in this group. As I say, they all seemed to be young. (Young, meaning what - 20's?). Well, early 20's, you know, I couldn't, you can't tell. (Would you hazard a guess as to whether they were university educated?). Yes, I think probably some were. They all had been at least through secondary. I don't know where you learn English, but this man had learned English in school. And I think he said secondary school. (You spoke about guns, sir, what type of guns are you speaking of? Were they all revolvers, did they carry submachine guns?). They didn't have any submachine guns, they had automatics and they had pistols, I mean revolvers. (Revolvers, the automatic types? Are you familiar with weapons? Do you know what types they might have had?) Well, one seemed to be a Colt-38 or thereabouts. I remember that very well, that's the one that I struggled with. And others were just looked like sort of western cowboy. They were six shooters. (The typical revolver type weapon?) They had both. (And the automatics) (Short barrel, long barrel?) Short barrel, well the pistols were fairly long, I mean the revolvers were long barrel. I know what a colt looks like and I remember that colt coming at me as they stopped us in the street right here on my side. Well, it was quite a nightmare. (Mr. Ambassador, during this conversation when they were on the street, did they remember any specific crimes they admitted to, did they make any

~~SECRET~~

~~SECRET~~

specific?) No, no never, never. (Did they or name, give you the name of the organization that they were connected with the groups?) No, they didn't they said only that, I asked them, I said are you Communists? And they said no. They said there are some Communists in the organization, but they said we are independence fighters, we are not necessarily Communist, in fact, they said the Communist Party of Brazil doesn't believe in this kind of activity and so those Communists who are associated with us are dissident Communists. I suppose they don't mean they are the Mao Tse Tung variety I'm not sure. One of them did mention the fact that Marighella was a very important man in Brazil. (Did he indicate any sort of leadership or any ?) No, he did not. No. No, I was talking about Don talking about were the fifteen (Did they mention how they reached a conclusion as to what fifteen to ask for?) No. And of course I didn't know. They told me who they were. This is before I read it in the newspapers. They said we have asked for fifteen people and they named them off, they didn't name, they didn't have a list they just named them off by memory. And they placed great emphasis on the fact that one of them was a girl. Maybe that was the romantic side. (Mr. Ambassador, you mentioned that they purchased some cigars for you. How many purchases did they make and how long were they gone and what brand of cigars did they purchase?) Well, I didn't ask them to do it. (I see, did they mention they were leaving to buy some - I'm trying to determine how much time might have been involved by the time they left the house until they returned) They never said what they were going to do. They just suddenly appeared. Well, I had a girlfriend in my life and

~~SECRET~~

~~SECRET~~

they brought them up to the room. They had the briefcase. As far as I know nothing is missing from the briefcase. And then as they, they took the initiative, they didn't ask me, I didn't ask them. When they saw that the supply was dwindling, suddenly one of them came up and put down those cigars. (Do you recall the brand name of the cigars?) Well they were from Bahia, they were some very very thin ones, two in a package. Talviz? Yes Talviz. And then there were some larger ones, one of which I have in my briefcase still I don't know where it is. (Mr. Ambassador to get back to the what appeared to be the two pros that questioned you the first night. Their accent, I know you haven't been in Brazil too long, but would it seem as though those men were from Rio de Janeiro?) Somewhere there, I don't know. I found it very difficult to understand them. Now, the two men who no, the two men you're talking about. No they spoke Portuguese that I could understand very easily. (They could have been from Sao Paulo then instead of Carioca Portuguese?) I don't know where they could have been from, but it was very clear, I mean I didn't miss anything. (People from Sao Paulo normally speak Portuguese)

discussion in Portuguese about accents -----

(Mr. Ambassador, in this car they dropped you off on tonight, do you recall the color and did you get the license number of this vehicle or notice anything unusual about it?) No, it well it was I think it was a Volkswagon a light color, you know, a beige or whatever, a light color. (You didn't note the license number?) No, no. (Where the state was?) No. Anything unusual. No, nothing. (You didn't see anything else?) No, I didn't. That's pretty much all I suppose. (Was there anything unusual about this car, sir? A dent in the fender?)

~~SECRET~~

-16-

~~SECRET~~

you might have noticed? (if you stand out?) No. Bill, now tell me there was a hand grip up here. (That a volkswagon) That is a volkswagon. (That is a volkswagon)

discussions' ----

In fact they said that there were no women involved in the organization. No women. They couldn't afford to be involved with women they had no, they did not believe the normal sex life of a man in this organization. They could not afford to. And they could not be married, they could not form any liaison of this kind. (Did you have the impression that the guards, at least some of them, lived in this house or that they were only using the house to guard you there? Would you say that they were resident?) Well, my impression, which isn't worth much I suppose, is that this is a house that they used and had used. I asked them, "I suppose you move from time to time." And they said yes. (Did the house sound empty or as if it had a good deal of furniture?) It didn't sound as though it had much furniture, no. Certainly my room didn't have any furniture. (Were there any - you heard children playing and you heard various sounds?) I heard children playing right against the wall under my window. (Did you hear any sound that appeared to come from the house other than a typewriter? Any noises, any children within the house?) Radio. Radio down below. Music occasionally and news which I couldn't hear, really. Occasionally, I heard a word or two and I knew they were announcing something about the prisoners and Mexico but I couldn't make out. And they were listening very intently to the news of course, but they said when they heard the news they came and told me. They said the 15 prisoners have arrived,

~~SECRET~~

-17-

~~SECRET~~

according to the radio the fifteen prisoners have arrived in Mexico. But then they said we are awaiting news from our own sources, and I wrote - they said please write this - and I wrote this in a letter. (What time was this that you wrote the letter?) 4:30. (In regard to those letters, did they tell you what to write?) Yes. (What approach did they make when they asked you to write those letters?) Well, they made it very clear that I should write these things in order to encourage the Brazilian Government to take the necessary action. And so they told me what to write. They didn't dictate the exact words, but then they looked it over afterwards and approved it. But I wouldn't say, for example, the Brazilian Government should hurry to meet the demands of these people. I mean I wouldn't say this in the letter to my wife, anyway this was what they wanted me to say. (Sir, did they single out any Brazilian official or in particular by name and criticize him?) No, they criticized the military generally. (Sir, when they were criticizing the police, did they mention any specific instance where they were involved, anything that might have happened to them that the police might have done to one of them? Did they use themselves as examples?) No, no they didn't. I said to them, you're leading a very risky life. I wouldn't like to be in your shoes. And they said, yes we are and we run a risk every day all day long. But they never mentioned any particular incident. (Did any of them say anything that might give you an idea as to what they did for a living, mention an occupation?) No. That was

~~SECRET~~

-18-

~~SECRET~~

things I asked them about and they would not answer. I would ask them how old are you and they wouldn't answer. I can't tell you that, they would say. Where are you from? I can't tell you that. You know, that sort of thing. And I didn't know how far I could push this. I mean it was an extraordinary sort of a conversation. (In regard to these children playing, was this normal school hours or after school hours, maybe you were close to a school?) Well, of course I don't know whether they go to school on Saturday or not. (They do in the morning, primary school) Well, maybe they were under school age, I don't know. They seemed to be playing fairly constantly out there. I heard children playing, dogs barking, cars going by. (Were the children playing today?) Yes, they certainly were. (The color of the walls in your room, sir?) Cream color. (The ceiling was white?) (Mr. Ambassador, you said that the guard said we are not Communists but we have Communists in our organization. Was there a difference in the two men, the serious older men that debriefed you during that one session, would they have been more or less Communists than the guards by their attitude?) Well, that was my impression. (That they would be more Communist.) Yes, that was my impression. (They gave no discussion of Fidel as opposed to) No, no. (To the China line?) Well, there was a certain discussion of Viet Nam, but No, I don't. As I say I was given this book Ho Chi Minh on Revolution anyway to read and this was a pretty, well, an indication. (Mr. Ambassador you mentioned that they were interested in American's activities in Brazil. Did they ask any specific

~~SECRET~~

-19-

~~SECRET~~

questions?) Well, no they said that the American Imperialism is a danger for Brazil and that the Brazilian Government is a danger also for Brazil because it accepts the relationship the U.S. and Brazil. This was by way of introduction because then they were explaining to me that I was a pawn in the game and that they could use me because of this relationship between the United States and Brazil to obtain satisfaction in their demands. (Mr. Ambassador, perhaps I could get a little diagram here when the questions are all finished?) Well. (Would you mind doing that, sir?) What's that? (A diagram of the garage and then whatever rooms you may remember, perhaps a diagram as best you can remember of the house.) O.K. A diagram of the garage is not difficult, it's just a box. It was a very small garage. And this was the forward part and I sat looking that direction. And this is where that, I assume, sort of a wire grill was lowered behind. (It couldn't possibly have been the back window of the Volkswagen, the bus itself that was wired in?) Is that wired? (Some of them could be wired) That I don't know. (Was this a one car garage or a two car?) But the light came from this direction, of course, this was a solid wall here. Was there what? (Was this a one car garage or a two car?) One car garage. (What was this made out of, was this a brick?) This section here was painted red. It looked like a steel door, but painted red, but I don't know what it was. In front, and this is the only part that I really saw. (Did you have the impression you drove in frontwards, you didn't back in.) No, we went in forward. Cause I was sitting looking forward in the car. (Is there anything else unusual about

~~SECRET~~

~~SECRET~~

this area that might make it a little different from the ordinary one car garage?) No. And the one guard sat down here somewhere, another one sat - there were these three seats in the car. I don't quite understand, there must have been a compartment back here too. Because there were two doors that opened here, out that way. And another door that opened here and one here, but there was no door on this side where I was. They made me sit right here for three hours or three and a half hours. I guess I got this wrong I was sitting here and the guard was sitting right behind me here and another guard was sort of sitting out here somewhere. And the door was here. (This is the garage door you are describing?) No, no this is the door out of the garage into the house. This is the entrance to the garage. And then there was a door leading up to the house which eventually they took me through and up some stairs. As I recall the stairs went up, not at right angles but sort of like this, taking around up here and then went up there and up again, you see, to another floor. (Is this connected to the house sir is this a door just?) Apparently it is connected to the house, I couldn't see. (Do you recall going out in the sunlight again?) No, no it wasn't it was dark. It was dark. Maybe one of the reasons why they kept me in the car until that time. (Could you describe the glass entirely that you couldn't see through?) Now the room I was in was like this and the door was here and there was a hallway and then there was a door here to the bathroom and down here were the stairs and they turned and went down there again. I came up this way I may have the perspective a little wrong. I don't know the exact location into this room. (Is this a room?) Yes, it is.

~~SECRET~~

-21-

~~SECRET~~

the stool was over here when I came in. And that's where I was interrogated by the two who sat here and here. After (What type of lighting was in the room?) just an overhead ceiling?) No, no there was a light cord and a bulb plugged into the wall socket and hanging over here. Just hanging on a pin on the wall with a little knot in the cord and it was hanging there. Overhead there was a round, well it looked like a how shall I say, a wheel, a cog wheel overhead. And there were wires there, no fixture. (----- without a cover?) Well it was just a round sort of a circle (With spokes in it?) With little spokes in it around. It was a black thing almost flush with the ceiling, and then there were a couple of wires exposed. No fixture. I looked up at that all the time. It looked like a wheel. (Could you draw that perhaps on another page, the ceiling fixture?) Well it was round but it had these things around it. It was all black I mean this what I am drawing now. (They appear to be made of metal or was it paint?) Just black paint I think. And the wires were sort of here. (How big approximately or the diameter of this fixture?) Maybe eight or 10 inches. Eight or ten inches I would suppose. (The bed, sir, was it?) A folding cot with wheels on the bottom, you know. But very low, a folding cot the kind you could wrap up and take away. (Metal?) Metal. (What did you have for blankets, sir?) (We didn't have any, I had a sheet, and a pillow sort of a sponge rubber pillow covered with a white pillow case which was embroidered with little blue embroideries just sort of zig zag lines. (Would you describe that here, sir?)

~~SECRET~~

-22-

~~SECRET~~

i session in Portuguese

With a pillow. This is as I recall it, I'm not very (blue embroidery?) Blue. (May we have a sketch of the bathroom?) (I was just going to ask if there were any power failures or anything in the area?) Yes there were. At least the lights went out the first night. It must have been night.

Questions in Portuguese

(When you entered the house did you see anything?) No, because

(When was the power failure?) Well I can't remember now. Let's see. It was the first night, I don't know whether it was before, I think it was after the interrogation, that's a little difficult to remember. I would say the interrogation lasted between 8 and 9 more or less. (Very quick sketch of the bathroom) Now at -- and the basin -- and this was the door leading to it which was always kept open when I was in there -- and there was a tiled thing here -- this is the bathtub here -- this is the toilet and this is the shower over here -- this is the sink right there -- (The floor was all tiled?) (The bidet?) I'm not sure. There's no bidet. But this was the hall and this was the relative location of my room and door. And the stairway was right down here. (The window of your room was here?) Yes, the window was here. And the window of the bathroom was here over the john. (Do you recall anything the most impressive thing in the bathroom when you walked in, was there anything bright colored or something broken that would make this bathroom a little different than other bathrooms with similar plumbing?)

~~SECRET~~

-23-

~~SECRET~~

white bathtub, shower curtain of plastic sort of figured, black and I don't know what else, but white plastic, translucent plastic with some black and other decorations on it. (Was the floor also tiled?) That I'm trying to think of, I can't remember if it was tiled or not, I'm sorry. (You said a tiled thing?) Well, I think it was a heater, a , they used to call in England a gyser, a water heater there. I think it was gas. (If you were standing here looking at this wall, would you draw a diagram here exactly what you mean, sir?) Standing in the doorway looking in. Well it was tiled up at least up to a certain level. And I think there was, as I recall, some metal business up here, and then this tiled part down there and here was the tub there. (This tiled portion was an extension of the tub) That's right. (Was the wall tiled here?) The wall was tiled up to at least a certain level. I don't know exactly how high. (When you say blue tile, was it a solid color?) Lighter blue. (There was no design on it?) No design. Well I think that is enough for the moment.

~~SECRET~~

Anexo II - Manifesto da ALN e do MR-8

Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores.

Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural.

Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados.

O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta. Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram.

Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração.

A vida e a morte do sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ele atender a duas exigências, o sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

- a) A libertação de 15 prisioneiros políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.
- b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado - Argélia, Chile ou México -, onde lhes seja concedido asilo político. Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o sr. Burke Elbrick será justificado. Os 15 companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma "situação excepcional". Nas "situações excepcionais", os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da Junta militar.

As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Anexo III - Convenção Diplomática de Viena (1961)

Vienna Convention on Diplomatic Relations 1961

Done at Vienna on 18 April 1961. Entered into force on 24 April 1964.

United Nations, Treaty Series, vol. 500, p. 95, 2005

Vienna Convention on Diplomatic Relations

Done at Vienna on 18 April 1961

The States Parties to the present Convention,

Recalling that peoples of all nations from ancient times have recognized the status of diplomatic agents, Having in mind the purposes and principles of the Charter of the United Nations concerning the sovereign equality of States, the maintenance of international peace and security, and the promotion of friendly relations among nations,

Believing that an international convention on diplomatic intercourse, privileges and immunities would contribute to the development of friendly relations among nations, irrespective of their differing constitutional and social systems,

Realizing that the purpose of such privileges and immunities is not to benefit individuals but to ensure the efficient performance of the functions of diplomatic missions as representing States,

Affirming that the rules of customary international law should continue to govern questions not expressly regulated by the provisions of the present Convention,

Have agreed as follows:

Article 1

For the purpose of the present Convention, the following expressions shall have the

meanings hereunder assigned to them:

- (a) The “head of the mission” is the person charged by the sending State with the duty of acting in that capacity;
- (b) The “members of the mission” are the head of the mission and the members of the staff of the mission;
- (c) The “members of the staff of the mission” are the members of the diplomatic staff, of the administrative and technical staff and of the service staff of the mission;
- (d) The “members of the diplomatic staff” are the members of the staff of the mission having diplomatic rank;
- (e) A “diplomatic agent” is the head of the mission or a member of the diplomatic staff of the mission;
- (f) The “members of the administrative and technical staff” are the members of the staff of the mission employed in the administrative and technical service of the mission;
- (g) The “members of the service staff” are the members of the staff of the mission in the domestic service of the mission;
- (h) A “private servant” is a person who is in the domestic service of a member of the mission and who is not an employee of the sending State;
- (i) The “premises of the mission” are the buildings or parts of buildings and the land ancillary thereto, irrespective of ownership, used for the purposes of the mission including the residence of the head of the mission.

Article 2

The establishment of diplomatic relations between States, and of permanent diplomatic missions, takes place by mutual consent.

Article 3

1. The functions of a diplomatic mission consist, inter alia, in:

- (a) Representing the sending State in the receiving State;
- (b) Protecting in the receiving State the interests of the sending State and of its nationals, within the limits permitted by international law;
- (c) Negotiating with the Government of the receiving State;

- (d) Ascertaining by all lawful means conditions and developments in the receiving State, and reporting thereon to the Government of the sending State;
 - (e) Promoting friendly relations between the sending State and the receiving State, and developing their economic, cultural and scientific relations.
2. Nothing in the present Convention shall be construed as preventing the performance of consular functions by a diplomatic mission.

Article 4

1. The sending State must make certain that the agrément of the receiving State has been given for the person it proposes to accredit as head of the mission to that State.
2. The receiving State is not obliged to give reasons to the sending State for a refusal of agrément.

Article 5

1. The sending State may, after it has given due notification to the receiving States concerned, accredit a head of mission or assign any member of the diplomatic staff, as the case may be, to more than one State, unless there is express objection by any of the receiving States.
2. If the sending State accredits a head of mission to one or more other States it may establish a diplomatic mission headed by a chargé d'affaires ad interim in each State where the head of mission has not his permanent seat.
3. A head of mission or any member of the diplomatic staff of the mission may act as representative of the sending State to any international organization.

Article 6

Two or more States may accredit the same person as head of mission to another State, unless objection is offered by the receiving State.

Article 7

Subject to the provisions of articles 5, 8, 9 and 11, the sending State may freely appoint the

members of the staff of the mission. In the case of military, naval or air attachés, the receiving State may require their names to be submitted beforehand, for its approval.

Article 8

1. Members of the diplomatic staff of the mission should in principle be of the nationality of the sending State.
2. Members of the diplomatic staff of the mission may not be appointed from among persons having the nationality of the receiving State, except with the consent of that State which may be withdrawn at any time.
3. The receiving State may reserve the same right with regard to nationals of a third State who are not also nationals of the sending State.

Article 9

1. The receiving State may at any time and without having to explain its decision, notify the sending State that the head of the mission or any member of the diplomatic staff of the mission is *persona non grata* or that any other member of the staff of the mission is not acceptable. In any such case, the sending State shall, as appropriate, either recall the person concerned or terminate his functions with the mission. A person may be declared *non grata* or not acceptable before arriving in the territory of the receiving State.
2. If the sending State refuses or fails within a reasonable period to carry out its obligations under paragraph 1 of this article, the receiving State may refuse to recognize the person concerned as a member of the mission.

Article 10

1. The Ministry for Foreign Affairs of the receiving State, or such other ministry as may be agreed, shall be notified of:
 - (a) The appointment of members of the mission, their arrival and their final departure or the termination of their functions with the mission;
 - (b) The arrival and final departure of a person belonging to the family of a member of

the mission and, where appropriate, the fact that a person becomes or ceases to be a member of the family of a member of the mission;

(c) The arrival and final departure of private servants in the employ of persons referred to in

subparagraph (a) of this paragraph and, where appropriate, the fact that they are leaving the employ of such persons;

(d) The engagement and discharge of persons resident in the receiving State as members of the mission or private servants entitled to privileges and immunities.

2. Where possible, prior notification of arrival and final departure shall also be given.

Article 11

1. In the absence of specific agreement as to the size of the mission, the receiving State may

require that the size of a mission be kept within limits considered by it to be reasonable and normal, having regard to circumstances and conditions in the receiving State and to the needs of the particular mission.

2. The receiving State may equally, within similar bounds and on a non-discriminatory basis, refuse to accept officials of a particular category.

Article 12

The sending State may not, without the prior express consent of the receiving State, establish offices forming part of the mission in localities other than those in which the mission itself is established.

Article 13

1. The head of the mission is considered as having taken up his functions in the receiving State either when he has presented his credentials or when he has notified his arrival and a true copy of his credentials has been presented to the Ministry for Foreign Affairs of the receiving State, or such other ministry as may be agreed, in accordance with the practice prevailing in the receiving State which shall be applied in a uniform manner.

2. The order of presentation of credentials or of a true copy thereof will be determined by the date and time of the arrival of the head of the mission.

Article 14

1. Heads of mission are divided into three classes, namely:
 - (a) That of ambassadors or nuncios accredited to Heads of State, and other heads of mission of equivalent rank;
 - (b) That of envoys, ministers and internuncios accredited to Heads of State;
 - (c) That of chargés d'affaires accredited to Ministers for Foreign Affairs.
2. Except as concerns precedence and etiquette, there shall be no differentiation between heads of mission by reason of their class.

Article 15

The class to which the heads of their missions are to be assigned shall be agreed between States.

Article 16

1. Heads of mission shall take precedence in their respective classes in the order of the date and time of taking up their functions in accordance with article 13.
2. Alterations in the credentials of a head of mission not involving any change of class shall not affect his precedence.
3. This article is without prejudice to any practice accepted by the receiving State regarding the precedence of the representative of the Holy See.

Article 17

The precedence of the members of the diplomatic staff of the mission shall be notified by the head of the mission to the Ministry for Foreign Affairs or such other ministry as may be agreed.

Article 18

The procedure to be observed in each State for the reception of heads of mission shall be uniform in respect of each class.

Article 19

1. If the post of head of the mission is vacant, or if the head of the mission is unable to perform his functions a chargé d'affaires ad interim shall act provisionally as head of the mission. The name of the chargé d'affaires ad interim shall be notified, either by the head of the mission or, in case he is unable to do so, by the Ministry for Foreign Affairs of the sending State to the Ministry for Foreign Affairs of the receiving State or such other ministry as may be agreed.

2. In cases where no member of the diplomatic staff of the mission is present in the receiving State, a member of the administrative and technical staff may, with the consent of the receiving State, be designated by the sending State to be in charge of the current administrative affairs of the mission.

Article 20

The mission and its head shall have the right to use the flag and emblem of the sending State on the premises of the mission, including the residence of the head of the mission, and on his means of transport.

Article 21

1. The receiving State shall either facilitate the acquisition on its territory, in accordance with its laws, by the sending State of premises necessary for its mission or assist the latter in obtaining accommodation in some other way.

2. It shall also, where necessary, assist missions in obtaining suitable accommodation for their members.

Article 22

1. The premises of the mission shall be inviolable. The agents of the receiving State may not enter them, except with the consent of the head of the mission.

2. The receiving State is under a special duty to take all appropriate steps to protect the premises of the mission against any intrusion or damage and to prevent any disturbance of the peace of the mission or impairment of its dignity.

3. The premises of the mission, their furnishings and other property thereon and the means of transport of the mission shall be immune from search, requisition, attachment

or execution.

Article 23

1. The sending State and the head of the mission shall be exempt from all national, regional or municipal dues and taxes in respect of the premises of the mission, whether owned or leased, other than such as represent payment for specific services rendered.
2. The exemption from taxation referred to in this article shall not apply to such dues and taxes payable under the law of the receiving State by persons contracting with the sending State or the head of the mission.

Article 24

The archives and documents of the mission shall be inviolable at any time and wherever they may be.

Article 25

The receiving State shall accord full facilities for the performance of the functions of the mission.

Article 26

Subject to its laws and regulations concerning zones entry into which is prohibited or regulated for reasons of national security, the receiving State shall ensure to all members of the mission freedom of movement and travel in its territory.

Article 27

1. The receiving State shall permit and protect free communication on the part of the mission for all official purposes. In communicating with the Government and the other missions and consulates of the sending State, wherever situated, the mission may employ all appropriate means, including diplomatic couriers and messages in code or cipher. However, the mission may install and use a wireless transmitter only with the consent of the receiving State.
2. The official correspondence of the mission shall be inviolable. Official correspondence means all correspondence relating to the mission and its functions.

3. The diplomatic bag shall not be opened or detained.
4. The packages constituting the diplomatic bag must bear visible external marks of their character and may contain only diplomatic documents or articles intended for official use.
5. The diplomatic courier, who shall be provided with an official document indicating his status and the number of packages constituting the diplomatic bag, shall be protected by the receiving State in the performance of his functions. He shall enjoy person inviolability and shall not be liable to any form of arrest or detention.
6. The sending State or the mission may designate diplomatic couriers ad hoc. In such cases the provisions of paragraph 5 of this article shall also apply, except that the immunities therein mentioned shall cease to apply when such a courier has delivered to the consignee the diplomatic bag in his charge.
7. A diplomatic bag may be entrusted to the captain of a commercial aircraft scheduled to land at an authorized port of entry. He shall be provided with an official document indicating the number of packages constituting the bag but he shall not be considered to be a diplomatic courier. The mission may send one of its members to take possession of the diplomatic bag directly and freely from the captain of the aircraft.

Article 28

The fees and charges levied by the mission in the course of its official duties shall be exempt from all dues and taxes.

Article 29

The person of a diplomatic agent shall be inviolable. He shall not be liable to any form of arrest or detention. The receiving State shall treat him with due respect and shall take all appropriate steps to prevent any attack on his person, freedom or dignity.

Article 30

1. The private residence of a diplomatic agent shall enjoy the same inviolability and protection as the premises of the mission.
2. His papers, correspondence and, except as provided in paragraph 3 of article 31, his property, shall likewise enjoy inviolability.

Article 31

1. A diplomatic agent shall enjoy immunity from the criminal jurisdiction of the receiving State.

He shall also enjoy immunity from its civil and administrative jurisdiction, except in the case of:

(a) A real action relating to private immovable property situated in the territory of the receiving State, unless he holds it on behalf of the sending State for the purposes of the mission;

(b) An action relating to succession in which the diplomatic agent is involved as executor,

administrator, heir or legatee as a private person and not on behalf of the sending State;

(c) An action relating to any professional or commercial activity exercised by the diplomatic agent in the receiving State outside his official functions.

2. A diplomatic agent is not obliged to give evidence as a witness.

3. No measures of execution may be taken in respect of a diplomatic agent except in the cases coming under subparagraphs (a), (b) and (c) of paragraph 1 of this article, and provided that the measures concerned can be taken without infringing the inviolability of his person or of his residence.

4. The immunity of a diplomatic agent from the jurisdiction of the receiving State does not exempt him from the jurisdiction of the sending State.

Article 32

1. The immunity from jurisdiction of diplomatic agents and of persons enjoying immunity under article 37 may be waived by the sending State.

2. Waiver must always be express.

3. The initiation of proceedings by a diplomatic agent or by a person enjoying immunity from jurisdiction under article 37 shall preclude him from invoking immunity from jurisdiction in respect of any counterclaim directly connected with the principal claim.

4. Waiver of immunity from jurisdiction in respect of civil or administrative proceedings shall not be held to imply waiver of immunity in respect of the execution of the judgement, for which a separate waiver shall be necessary.

Article 33

1. Subject to the provisions of paragraph 3 of this article, a diplomatic agent shall with respect to services rendered for the sending State be exempt from social security provisions which may be in force in the receiving State.
2. The exemption provided for in paragraph 1 of this article shall also apply to private servants who are in the sole employ of a diplomatic agent, on condition:
 - (a) That they are not nationals of or permanently resident in the receiving State; and
 - (b) That they are covered by the social security provisions which may be in force in the sending State or a third State.
3. A diplomatic agent who employs persons to whom the exemption provided for in paragraph 2 of this article does not apply shall observe the obligations which the social security provisions of the receiving State impose upon employers.
4. The exemption provided for in paragraphs 1 and 2 of this article shall not preclude voluntary participation in the social security system of the receiving State provided that such participation is permitted by that State.
5. The provisions of this article shall not affect bilateral or multilateral agreements concerning social security concluded previously and shall not prevent the conclusion of such agreements in the future.

Article 34

A diplomatic agent shall be exempt from all dues and taxes, personal or real, national, regional or municipal, except:

- (a) Indirect taxes of a kind which are normally incorporated in the price of goods or services;
- (b) Dues and taxes on private immovable property situated in the territory of the receiving State, unless he holds it on behalf of the sending State for the purposes of the mission;
- (c) Estate, succession or inheritance duties levied by the receiving State, subject to the provisions of paragraph 4 of article 39;
- (d) Dues and taxes on private income having its source in the receiving State and capital taxes on investments made in commercial undertakings in the receiving State;
- (e) Charges levied for specific services rendered;
- (f) Registration, court or record fees, mortgage dues and stamp duty, with respect to

immovable property, subject to the provisions of article 23.

Article 35

The receiving State shall exempt diplomatic agents from all personal services, from all public service of any kind whatsoever, and from military obligations such as those connected with requisitioning, military contributions and billeting.

Article 36

1. The receiving State shall, in accordance with such laws and regulations as it may adopt, permit entry of and grant exemption from all customs duties, taxes, and related charges other than charges for storage, cartage and similar services, on:

(a) Articles for the official use of the mission;

(b) Articles for the personal use of a diplomatic agent or members of his family forming part of his household, including articles intended for his establishment.

2. The personal baggage of a diplomatic agent shall be exempt from inspection, unless there are serious grounds for presuming that it contains articles not covered by the exemptions mentioned in paragraph 1 of this article, or articles the import or export of which is prohibited by the law or controlled by the quarantine regulations of the receiving State. Such inspection shall be conducted only in the presence of the diplomatic agent or of his authorized representative.

Article 37

1. The members of the family of a diplomatic agent forming part of his household shall, if they are not nationals of the receiving State, enjoy the privileges and immunities specified in articles 29 to 36.

2. Members of the administrative and technical staff of the mission, together with members of their families forming part of their respective households, shall, if they are not nationals of or permanently resident in the receiving State, enjoy the privileges and immunities specified in articles 29 to 35, except that the immunity from civil and administrative jurisdiction of the receiving State specified in paragraph 1 of article 31 shall not extend to acts performed outside the course of their duties. They shall also enjoy the privileges specified in article 36, paragraph 1, in respect of articles imported at the

time of first installation.

3. Members of the service staff of the mission who are not nationals of or permanently

resident in the receiving State shall enjoy immunity in respect of acts performed in the course of their duties, exemption from dues and taxes on the emoluments they receive by reason of their employment and the exemption contained in article 33.

4. Private servants of members of the mission shall, if they are not nationals of or permanently resident in the receiving State, be exempt from dues and taxes on the emoluments they receive by reason of their employment. In other respects, they may enjoy privileges and immunities only to the extent admitted by the receiving State. However, the receiving State must exercise its jurisdiction over those persons in such a manner as not to interfere unduly with the performance of the functions of the mission.

Article 38

1. Except insofar as additional privileges and immunities may be granted by the receiving State, a diplomatic agent who is a national of or permanently resident in that State shall enjoy only immunity from jurisdiction, and inviolability, in respect of official acts performed in the exercise of his functions.

2. Other members of the staff of the mission and private servants who are nationals of or permanently resident in the receiving State shall enjoy privileges and immunities only to the extent admitted by the receiving State. However, the receiving State must exercise its jurisdiction over those persons in such a manner as not to interfere unduly with the performance of the functions of the mission.

Article 39

1. Every person entitled to privileges and immunities shall enjoy them from the moment he enters the territory of the receiving State on proceeding to take up his post or, if already in its territory, from the moment when his appointment is notified to the Ministry for Foreign Affairs or such other ministry as may be agreed.

2. When the functions of a person enjoying privileges and immunities have come to an end, such privileges and immunities shall normally cease at the moment when he leaves the country, or on expiry of a reasonable period in which to do so, but shall subsist until that time, even in case of armed conflict. However, with respect to acts performed by such a person in the exercise of his functions as a member of the mission, immunity shall continue to subsist.

3. In case of the death of a member of the mission, the members of his family shall continue to enjoy the privileges and immunities to which they are entitled until the expiry of a reasonable period in which to leave the country.

4. In the event of the death of a member of the mission not a national of or permanently resident in the receiving State or a member of his family forming part of his household, the receiving State shall permit the withdrawal of the movable property of the deceased, with the exception of any property acquired in the country the export of which was prohibited at the time of his death. Estate, succession and inheritance duties shall not be levied on movable property the presence of which in the receiving State was due solely to the presence there of the deceased as a member of the mission or as a member of the family of a member of the mission.

Article 40

1. If a diplomatic agent passes through or is in the territory of a third State, which has granted him a passport visa if such visa was necessary, while proceeding to take up or to return to his post, or when returning to his own country, the third State shall accord him inviolability and such other immunities as may be required to ensure his transit or return. The same shall apply in the case of any members of his family enjoying privileges or immunities who are accompanying the diplomatic agent, or travelling separately to join him or to return to their country.

2. In circumstances similar to those specified in paragraph 1 of this article, third States shall not hinder the passage of members of the administrative and technical or service staff of a mission, and of members of their families, through their territories.

3. Third States shall accord to official correspondence and other official communications in

transit, including messages in code or cipher, the same freedom and protection as is accorded by the receiving State. They shall accord to diplomatic couriers, who have been granted a passport visa if such visa was necessary, and diplomatic bags in transit, the same inviolability and protection as the receiving State is bound to accord.

4. The obligations of third States under paragraphs 1, 2 and 3 of this article shall also apply to the persons mentioned respectively in those paragraphs, and to official communications and diplomatic bags, whose presence in the territory of the third State is due to force majeure.

Article 41

1. Without prejudice to their privileges and immunities, it is the duty of all persons enjoying such privileges and immunities to respect the laws and regulations of the receiving State. They also have a duty not to interfere in the internal affairs of that State.

2. All official business with the receiving State entrusted to the mission by the sending

State shall be conducted with or through the Ministry for Foreign Affairs of the receiving State or such other ministry as may be agreed.

3. The premises of the mission must not be used in any manner incompatible with the functions of the mission as laid down in the present Convention or by other rules of general international law or by any special agreements in force between the sending and the receiving State.

Article 42

A diplomatic agent shall not in the receiving State practise for personal profit any professional or commercial activity.

Article 43

The function of a diplomatic agent comes to an end, *inter alia*:

- (a) On notification by the sending State to the receiving State that the function of the diplomatic agent has come to an end;
- (b) On notification by the receiving State to the sending State that, in accordance with paragraph 2 of article 9, it refuses to recognize the diplomatic agent as a member of the mission.

Article 44

The receiving State must, even in case of armed conflict, grant facilities in order to enable

persons enjoying privileges and immunities, other than nationals of the receiving State, and members of the families of such persons irrespective of their nationality, to leave at the earliest possible moment. It must, in particular, in case of need, place at their disposal the necessary means of transport for themselves and their property.

Article 45

If diplomatic relations are broken off between two States, or if a mission is permanently or

temporarily recalled:

- (a) The receiving State must, even in case of armed conflict, respect and protect the premises of the mission, together with its property and archives;
- (b) The sending State may entrust the custody of the premises of the mission, together with its property and archives, to a third State acceptable to the receiving State;
- (c) The sending State may entrust the protection of its interests and those of its nationals to a third State acceptable to the receiving State.

Article 46

A sending State may with the prior consent of a receiving State, and at the request of a third State not represented in the receiving State, undertake the temporary protection of the interests of the third State and of its nationals.

Article 47

1. In the application of the provisions of the present Convention, the receiving State shall not discriminate as between States.
2. However, discrimination shall not be regarded as taking place:
 - (a) Where the receiving State applies any of the provisions of the present Convention restrictively because of a restrictive application of that provision to its mission in the sending State;
 - (b) Where by custom or agreement States extend to each other more favourable treatment than is required by the provisions of the present Convention.

Article 48

The present Convention shall be open for signature by all States Members of the United Nations or of any of the specialized agencies Parties to the Statute of the International Court of Justice, and by any other State invited by the General Assembly of the United Nations to become a Party to the Convention, as follows: until 31 October 1961 at the Federal Ministry for Foreign Affairs of Austria and subsequently, until 31 March 1962, at the United Nations Headquarters in New York.

Article 49

The present Convention is subject to ratification. The instruments of ratification shall be

deposited with the Secretary-General of the United Nations.

Article 50

The present Convention shall remain open for accession by any State belonging to any of the four categories mentioned in article 48. The instruments of accession shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations.

Article 51

1. The present Convention shall enter into force on the thirtieth day following the date of deposit of the twenty-second instrument of ratification or accession with the Secretary-General of the United Nations.
2. For each State ratifying or acceding to the Convention after the deposit of the twenty-second instrument of ratification or accession, the Convention shall enter into force on the thirtieth day after deposit by such State of its instrument of ratification or accession.

Article 52

The Secretary-General of the United Nations shall inform all States belonging to any of the four categories mentioned in article 48:

- (a) Of signatures to the present Convention and of the deposit of instruments of ratification or accession, in accordance with articles 48, 49 and 50;
- (b) Of the date on which the present Convention will enter into force, in accordance with article 51.

Article 53

The original of the present Convention, of which the Chinese, English, French, Russian and

Spanish texts are equally authentic, shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations, who shall send certified copies thereof to all States belonging to any of the four categories mentioned in article 48.

IN WITNESS WHEREOF the undersigned Plenipotentiaries, being duly authorized

thereto by their respective Governments, have signed the present Convention.

DONE at Vienna this eighteenth day of April one thousand nine hundred and sixty-one.

Anexo IV - Convenção de Prevenção ao Terrorismo (1971)

CONVENTION TO PREVENT AND PUNISH THE ACTS OF TERRORISM TAKING THE FORM OF CRIME AGAINST PERSONS AND RELATED EXTORTION THAT ARE OF INTERNATIONAL SIGNIFICANCE

**Signed at the Third Special Session of the General Assembly, in Washington, D.C.
February 2, 1971**

WHEREAS:

The defense of freedom and justice and respect for the fundamental rights of the individual that are recognized by the American Declaration of the Rights and Duties of Man and the Universal Declaration of Human Rights are primary duties of states;

The General Assembly of the Organization, in Resolution 4, of June 30, 1970, strongly condemned acts of terrorism, especially the kidnapping of persons and extortion in connection with that crime, which it declared to be serious common crimes;

Criminal acts against persons entitled to special protection under international law are occurring frequently, and those acts are of international significance because of the consequences that may flow from them for relations among states;

It is advisable to adopt general standards that will progressively develop international law as regards cooperation in the prevention and punishment of such acts; and

In the application of those standards the institution of asylum should be maintained and, likewise the principle of nonintervention should not be impaired,

**THE MEMBER STATES OF THE ORGANIZATION OF AMERICAN STATES
HAVE AGREED UPON THE FOLLOWING ARTICLES:**

Article 1

The contracting states undertake to cooperate among themselves by taking all the measures that they may consider effective, under their own laws, and especially those established in this convention, to prevent and punish acts of terrorism, especially kidnapping, murder, and other assaults against the life or physical integrity of those

persons to whom the state has the duty according to international law to give special protection, as well as extortion in connection with those crimes.

Article 2

For the purposes of this convention, kidnapping, murder, and other assaults against the life or personal integrity of those persons to whom the state has the duty to give special protection according to international law, as well as extortion in connection with those crimes, shall be considered common crimes of international significance, regardless of motive.

Article 3

Persons who have been charged or convicted for any of the crimes referred to in Article 2 of this convention shall be subject to extradition under the provisions of the extradition treaties in force between the parties or, in the case of states that do not make extradition dependent on the existence of a treaty, in accordance with their own laws.

In any case, it is the exclusive responsibility of the state under whose jurisdiction or protection such persons are located to determine the nature of the acts and decide whether the standards of this convention are applicable.

Article 4

Any person deprived of his freedom through the application of this convention shall enjoy the legal guarantees of due process.

Article 5

When extradition requested for one of the crimes specified in Article 2 is not in order because the person sought is a national of the requested state, or because of some other legal or constitutional impediment, that state is obliged to submit the case to its competent authorities for prosecution, as if the act had been committed in its territory. The decision of these authorities shall be communicated to the state that requested extradition. In such proceedings, the obligation established in Article 4 shall be respected.

Article 6

None of the provisions of this convention shall be interpreted so as to impair the right of asylum.

Article 7

The contracting states undertake to include the crimes referred to in Article 2 of this convention among the punishable acts giving rise to extradition in any treaty on the subject to which they agree among themselves in the future. The contracting states that do not subject extradition to the existence of a treaty with the requesting state shall consider the crimes referred to in Article 2 of this convention as crimes giving rise to extradition, according to the conditions established by the laws of the requested state.

Article 8

To cooperate in preventing and punishing the crimes contemplated in Article 2 of this convention, the contracting states accept the following obligations:

- a. To take all measures within their power, and in conformity with their own laws, to prevent and impede the preparation in their respective territories of the crimes mentioned in Article 2 that are to be carried out in the territory of another contracting state.
- b. To exchange information and consider effective administrative measures for the purpose of protecting the persons to whom Article 2 of this convention refers.
- c. To guarantee to every person deprived of his freedom through the application of this convention every right to defend himself.
- d. To endeavor to have the criminal acts contemplated in this convention included in their penal laws, if not already so included.
- e. To comply most expeditiously with the requests for extradition concerning the criminal acts contemplated in this convention.

Article 9

This convention shall remain open for signature by the member states of the Organization of American States, as well as by any other state that is a member of the United Nations or any of its specialized agencies, or any state that is a party to the

Statute of the International Court of Justice, or any other state that may be invited by the General Assembly of the Organization of American States to sign it.

Article 10

This convention shall be ratified by the signatory states in accordance with their respective constitutional procedures.

Article 11

The original instrument of this convention, the English, French, Portuguese, and Spanish texts of which are equally authentic, shall be deposited in the General Secretariat of the Organization of American States, which shall send certified copies to the signatory governments for purposes of ratification. The instruments of ratification shall be deposited in the General Secretariat of the Organization of American States, which shall notify the signatory governments of such deposit.

Article 12

This convention shall enter into force among the states that ratify it when they deposit their respective instruments of ratification.

Article 13

This convention shall remain in force indefinitely, but any of the contracting states may denounce it. The denunciation shall be transmitted to the General Secretariat of the Organization of American States, which shall notify the other contracting states thereof. One year following the denunciation, the convention shall cease to be in force for the denouncing state, but shall continue to be in force for the other contracting states.

STATEMENT OF PANAMA

The Delegation of Panama states for the record that nothing in this convention shall be interpreted to the effect that the right of asylum implies the right to request asylum from the United States authorities in the Panama Canal Zone, or that there is recognition of the right of the United States to grant asylum or political refuge in that part of the territory of the Republic of Panama that constitutes the Canal Zone.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned plenipotentiaries, having presented their full powers, which have been found to be in due and proper form, sign this convention on behalf of their respective governments, at the city of Washington this second day of February of the year one thousand none hundred seventy-one.

Anexo V - Cronologia do caso "Elbrick"

SEPTEMBER 5

1. UPI informs Embassy that both Chilean and Mexican Ambassadors have volunteered their countries as places of asylum for 15 prisoners.
2. At noon Nuncio called meeting of representatives of 14 Embassies, chiefly LA and European, to issue joint statement appealing to kidnapers to release Ambassador and offering services Diplomatic Corps as contact (latter part not agreed upon).
3. FonMin announced to press in early afternoon that GOB would release prisoners as demanded. FonMin notified DCM of release this announcement.
4. Second handwritten note from Ambassador picked up by Jornal do Brasil about 1545 acknowledging news of GOB announcement. Names of 15 prisoners accompanied letter which mentioned Mexico as place prisoners would go.
5. DCM called on FonMin to see what next GOB move would be. Discovered Fonoff had not made arrangements with other countries to receive prisoners. FonMin seized on suggestion of Mexico in note and said would make arrangements with GOM immediately. Asked U.S. good offices in convincing GOM it should cooperate.
6. DCM called Mexican Chargé upon returning to Embassy and told him Fonoff would be making approach. DCM also suggested via telegram that U.S. Embassy Mexico discuss matter with GOM.
7. Mexican Chargé called DCM to say he had GOM authorization, that he had been approached by Brazilians and that he understood prisoners would be moved out on Brazilian military plane.
8. Papal Nuncio called on DCM to show note Nuncio had sent to FonMin and which FonMin would read at 10 p.m. on nationwide T.V. broadcast. This part of FonMin campaign to make GOB decision as acceptable as possible to all groups in Brazil.
9. Nuncio also showed DCM copy of secret document he had drafted together with FonMin to be used by FonMin in his efforts convince military ministers they should recede to requests of kidnapers.

-
10. Nuncio also provided Embassy with copy of statement he prepared make in own name as appeal to kidnapers to release Ambassador.
 11. Fonoff confirms radio bulletin that FonMin's TV-Radio Broadcast scheduled for 10 p.m. officially postponed to next day. No explanation given.
 12. At 2200 hours, Embassy cabled information that it understood active steps under way round up 15 prisoners for transport to Mexico. Prisoners located in Rio, Sao Paulo, Recife.